

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

**A entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial vista  
pela diplomacia portuguesa (1939-1940)**

**Bruno João da Rocha Maia**

Sob a orientação do Prof. Doutor Manuel Loff



**Porto**

**2010**

## **Resumo**

A presente dissertação tem por objectivo retratar a visão portuguesa, nomeadamente do meio diplomático, sobre a entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial, centrando-a no período que abrange o início do conflito a 1 de Setembro de 1939, aquando da declaração de não-beligerância italiana, até à confirmação da sua participação a 10 de Junho de 1940, data em que declara guerra aos Aliados.

Foram abordados diversos pontos no âmbito da política externa italiana, como por exemplo, o conflito italo-abissíneo, a participação da Itália na guerra civil espanhola, a formação do Eixo ou ainda a assinatura do Pacto de Aço, que funcionaram como contexto para entendermos as circunstâncias da entrada italiana na Segunda Guerra Mundial. Foi também necessária uma exposição básica sobre a gestão da política externa portuguesa no período preliminar do conflito para um melhor enquadramento da temática que se pretendeu retratar.

Palavras-chave: Itália; Segunda Guerra Mundial; política externa.

## **Abstract**

The following dissertation has for goal to present the portuguese point of view, especialy in the diplomatic area, about Italy's entry in the Second World War, focusing it in the period that covers the begining of the conflict in September 1st 1939, when it was made the italian non-belligerence declaration, until the confirmation of their participation in the war, in June 10th 1940, when they declared war to the Allies.

Several aspects of the italian foreign policy were focused, for instance, the italian-abissinian conflict, Italy's participation in the Spanish Civil War, the formation of the Axis, the signing of the Pact of Steel, which worked as a context for us to understand the circunstances of Italy's participation in the Second World War. It was also necessary to make a basic exposure about Portugal's foreign policy management in the preliminary period of the conflict, for a better exposure of the chosen subject.

Keywords: Italy; Second World War; foreign policy.

## Índice

Resumo .....	0
Abstract.....	2
Índice .....	3
Introdução.....	4
1. A Itália no contexto internacional .....	9
2. A guerra da Etiópia .....	18
3. A aproximação à Alemanha .....	25
4. A Guerra Civil Espanhola .....	27
5. O Eixo .....	31
6. O <i>Anschluss</i> .....	36
7. A Conferência de Munique .....	40
8. As ambições italianas .....	43
9. O Pacto de Aço.....	45
10. Portugal nas vésperas do conflito .....	50
11. Não beligerância italiana .....	56
12. Da neutralidade à guerra.....	65
Conclusão .....	101
Fontes utilizadas .....	106

## Introdução

A presente dissertação tem por objectivo retratar a visão portuguesa, nomeadamente do meio diplomático, sobre a entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial, centrando-a no período que abrange o início do conflito a 1 de Setembro de 1939, aquando da declaração de não-beligerância italiana, até à confirmação da sua participação a 10 de Junho de 1940, data em que declara guerra aos Aliados.

Não podemos deixar de mencionar o interesse e a curiosidade que os regimes ditatoriais, particularmente o nazi e o fascista italiano, sempre nos suscitaram ao longo do nosso percurso académico. Contudo, o interesse pessoal não é, nem pode ser, o único motivo para o que aqui se pretende retratar. É vasto o leque de trabalhos historiográficos existente relativamente à Segunda Guerra Mundial, mas existe, a nosso ver, uma lacuna no aprofundamento e tratamento da entrada italiana em específico. Ora, tendo em conta o panorama historiográfico nacional, julgamos que o projecto se reveste de alguma pertinência, visto pretendermos fazer referência ao ponto de vista português sobre a entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial e não nos limitarmos apenas ao relato de um acontecimento englobado na conjuntura do conflito.

O desenvolvimento deste trabalho foi influenciado por algumas obras sobre o fascismo à escala internacional, uma vez que referem a questão do expansionismo e, portanto, a participação da Itália na Segunda Guerra Mundial. De todas as obras historiográficas citadas neste projecto é preciso destacar a biografia de Mussolini da autoria de Pierre Milza (2001) que, para além de ter constituído um auxílio essencial à redacção do nosso texto, retrata em alguns dos seus capítulos a política externa italiana, nomeadamente o espaço de tempo que se desenrola entre 1933 e 1939, período sobre o qual aqui fazemos referência.

Outro trabalho sobre o qual importa fazer referência é a obra de MacGregor Knox (1982), com o título *Mussolini Unleashed*, na qual se estuda o período entre 1939 e 1941, tendo como tema a política e a estratégia da Itália fascista durante a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente desde a declaração de não-beligerância italiana até às primeiras derrotas das forças italianas.

Renzo de Felice (2005), na sua *Breve história do fascismo*, dá-nos a conhecer a sua visão sobre, entre outras temáticas, a política externa do fascismo italiano e à qual o nosso texto também deve algumas das ideias expostas.

Importa ainda referir a obra de Jean-Baptiste Duroselle (1953), *Histoire Diplomatique: de 1919 à nos jours*, sobre história diplomática e relações internacionais, que cobre o período que decorre entre 1919 e inícios dos anos de 1950, proporcionando uma importante visão de conjunto.

Quanto ao que é possível apurar da visão portuguesa, duas obras assumem um papel importante para a nossa investigação. Uma delas é o trabalho de Manuel Loff (2008), *O nosso século é fascista*, sobre as duas ditaduras ibéricas na Nova Ordem Eurofascista durante o período 1936-1945. A outra é o trabalho de António Telo (1987), *Portugal na Segunda Guerra*, sobre os acontecimentos em Portugal durante o período de 1939-1946, na qual é privilegiada a política externa, ligada à política militar, e a política económica e a sua relação com a evolução social.

Quanto ao problema, torna-se necessária a elaboração de algumas questões. O que podemos depreender da política externa fascista de 1933 a 1939 e da sua entrada na guerra em 1940? Mais do que isso, a principal questão que aqui se coloca é perceber, através da informação que chegou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português proveniente das diferentes embaixadas e diplomatas, as questões e expectativas sobre os diversos momentos da política externa italiana. Acima de tudo, as expectativas que a não-entrada da Itália no conflito em 1939 criaram em Lisboa.

Apesar de a Itália se apresentar claramente como um país secundário no panorama da política externa portuguesa deste período, quando comparado, por exemplo, com a Grã-Bretanha ou com a Espanha, não podemos desprezar a coincidência ideológica entre o regime salazarista e o fascismo italiano, cujo sistema político constituiu um modelo para o *Estado Novo*. Como recorda Manuel Loff, “as duas potências-guias do *Eurofascismo* entenderam sempre existir uma coincidência ideológica com as ditaduras ibéricas”, cuja manifestação seria, no caso salazarista, naturalmente mais complexa “pela clara consciência da tensão criada entre a âncora diplomática que significava a Aliança Luso-Britânica e a pulsão ideológica que empurrava o Salazarismo para o campo eurofascista.”<sup>1</sup> Dentro desse campo, a preferência iria para o modelo italiano pois aproximava-se “da tessitura mais

---

<sup>1</sup> LOFF, Manuel – *O nosso século é fascista!: o mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008, p. 489.

consensualizada do regime entre as várias famílias sociais e políticas que o apoiavam que, em teoria pelo menos, era aquela que diziam preferir salazaristas e franquistas, entre quem a Igreja Católica, a corporação militar e os sectores dominantes da economia tradicional” se destacavam “na gestão e na definição do sistema político”.<sup>2</sup>

O presente trabalho implicou um estudo sobre a política externa italiana, no qual, entre outros assuntos, foram abordadas questões como o conflito italo-abissíneo, a participação italiana na guerra civil espanhola, a formação do Eixo, a assinatura do Pacto de Aço, ou ainda a declaração da não-beligerância, que funcionaram como contexto para perceber em que circunstâncias se deu a entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial. Foi ainda necessária uma exposição básica sobre a política externa portuguesa, no âmbito da preparação do conflito, para uma melhor interpretação da visão portuguesa sobre a temática que se pretende retratar. Para tal, procedeu-se à realização do estado da questão, para se conhecer o que estava feito, e, conseqüentemente, ao levantamento bibliográfico.

A documentação seleccionada para a realização deste trabalho está reunida no A.M.N.E. [Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros] e no A.N.T.T./A.O.S. [Arquivos Nacionais Torre do Tombo/Arquivo Oliveira Salazar], tratando-se em geral de telegramas e ofícios trocados dentro da Administração Central e entre esta e representações diplomáticas. Relativamente à documentação diplomática portuguesa, merece nota de destaque a compilação organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros com o título de *Dez anos de política externa (1936-1947)*. A análise da documentação levantada focou-se na identificação da data, do assunto, do emissor e receptor do documento, tratando-se, na maioria, de correspondência entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e os representantes diplomáticos portugueses em Roma, na Santa Sé, em Berlim e Londres, entre outros. Referência ainda para os *Discursos e Notas Políticas* da autoria de Oliveira Salazar e para a utilização, influenciada pela leitura de diferentes obras, do *Diário* do Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano entre 1936 e 1943, Galeazzo Ciano.

No conjunto da documentação reunida, importa fazer referência às personagens que dali emergem. Além de Salazar ou Mussolini, surgirão, naturalmente, outras importantes figuras de Estado ao longo do nosso trabalho. Quanto às outras, começemos por destacar José Lobo de Ávila Lima (1885-1956), licenciado em Direito e diplomata

---

<sup>2</sup> *Idem*, p. 513.

de carreira, foi enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Roma desde Janeiro de 1935 onde permaneceria formalmente em representação do Governo português depois da queda de Mussolini e quase até ao fim do conflito, mais precisamente até Fevereiro de 1945. Seria transferido para Ankara depois de a guerra terminar.

Personagem de grande destaque seria Armindo Monteiro (1896-1955), figura que Salazar substituiu no Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi subsecretário de Estado das Finanças de 1929 a 1931, ministro das Colónias de 1931 a 1935 e ministro dos Negócios Estrangeiros de 1935 a 1936. Em 1936 seria nomeado embaixador em Londres onde permanecerá até 1943.

Outra figura diplomática importante foi Alberto da Veiga Simões (1888-1954), também ele licenciado em Direito, praticou advocacia até ingressar no corpo consular em 1915. De formação republicana conservadora, seria convidado para exercer o cargo de redactor político do jornal *República*. Foi representante de Portugal em duas capitais de língua alemã, primeiro em Viena (1921) depois em Berlim (1922-1924). Regressaria a Berlim para exercer as mesmas funções entre Agosto de 1933 e Julho de 1940.

Entre os vários diplomatas que aqui poderiam ser mencionados, destaquemos também a figura de Augusto de Castro Sampaio Côte-Real (1883-1971), com larga carreira diplomática, foi enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Londres, junto da Santa Sé e em Bruxelas durante 1924. Em 1931 foi o representante de Portugal em Roma, regressando a Bruxelas em 1935, e de novo em 1938, para exercer as mesmas funções.

Do lado italiano, a personagem que importa destacar é Galeazzo Ciano. Nascido em 1903, foi designado, no início dos anos trinta, para uma série de cargos diplomáticos na América do Sul, China e no Vaticano. Em 1935 foi nomeado subsecretário da Imprensa e Propaganda e participou na guerra da Etiópia integrado na 15ª esquadilha de bombardeamento da Aviação. Em 1936 chegaria à chefia do Ministério dos Negócios Estrangeiros onde permaneceria até 1943, altura em que seria demitido por Mussolini, sendo destacado para o cargo de embaixador no Vaticano. Seria executado em Verona após a criação da *Repubblica Sociale Italiana* pela sua participação na destituição do *Duce*.

Depois de apresentadas algumas das personagens que surgirão ao longo do nosso trabalho, importa agora fazer referência às limitações e dificuldades com que deparamos ao longo da nossa investigação. Elas resumem-se, essencialmente, a aspectos com



implicações no levantamento de documentação. Os arquivos em que nos apoiamos para a realização deste trabalho situam-se em Lisboa, pelo que nos foi impossível efectuarmos todas as deslocações que pretenderíamos face a contrariedades de ordem financeira que, naturalmente, condicionaram visitas frequentes a esses mesmos arquivos. Outra questão prende-se com a documentação digitalizada no *TTonline*, neste caso, documentação diplomática proveniente do Vaticano em 1940. Pensamos que a sua análise teria sido importante tendo em conta a temática escolhida, mas, por razões técnicas, tal nunca se mostrou possível.

## 1. A Itália no contexto internacional

O desenvolvimento da política externa fascista até finais dos anos vinte caracterizou-se, segundo a interpretação de De Felice, pela subordinação à tentativa de consolidação interna do regime. No início da década de vinte, a política externa italiana mostrava-se comedida e responsável, “dentro dos limites das tradições, alheia a aventuras em que os sectores extremistas e nacionalistas do próprio fascismo terão querido envolvê-la.”<sup>3</sup> Mussolini procurou privilegiar a estabilidade em detrimento de uma política de risco, pretendendo, durante os primeiros anos após se tornar primeiro-ministro, afirmar a primazia do Estado pondo cobro ao espírito aventureiro do Partido. As transformações experimentadas pelo fascismo iriam, contudo, alterar esta disposição.

Como afirma Collotti, a década de trinta assinalou a tentativa de apelo às massas feita pelo regime como forma de incutir a cultura fascista a uma burguesia abatida e pouco diligente, sem “comportamentos marciais que fossem o sinal exterior de uma profunda renovação interior”.<sup>4</sup> Tornava-se necessário imprimir-lhe o *espírito totalitário*, inserido num período de radicalização de maior alcance, talvez com o intuito de desviar a atenção da população relativamente à medíocre situação económica da Itália durante os anos da Depressão. É precisamente nessa época que se assiste ao desenvolvimento de uma política externa de carácter mais agressivo, colocando-se “em estreita sintonia com a exigência da consolidação da disciplina interna do país.”<sup>5</sup>

Segundo a concepção dos nacionalistas, um dos pontos centrais da política externa fascista prender-se-ia com os acordos do pós Primeira Guerra Mundial que davam aos italianos o sentimento de “vitória mutilada”, não estando de acordo com o seu estatuto de vencedores. O fascismo advogava, portanto, uma política externa revisionista com o desígnio de alterar os acordos de paz, o que permitiria ao país ocupar uma posição de relevo a nível internacional.

O imperialismo da década de trinta tomava agora “conotações mais económicas e espirituais do que militares.”<sup>6</sup> O Mediterrâneo e a África constituíam os principais pontos de expansão italiana, associados ao desejo de primazia na zona balcânico-

---

<sup>3</sup> FELICE, Renzo de – *Breve história do fascismo*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005, p. 95.

<sup>4</sup> COLLOTTI, Enzo – *Fascismo, fascismos*. Lisboa: Caminho, 1992, p. 81

<sup>5</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>6</sup> FELICE, Renzo de – *O.c.*, p. 96.

danubiana, para a qual contribuiriam os acordos com a Checoslováquia e a Jugoslávia no decorrer de 1924, assim como o reconhecimento da União Soviética. Quanto ao primeiro objectivo, o domínio exercido pela França e pela Grã-Bretanha contrariava a sua execução e impedia igualmente um “equilíbrio internacional necessário para que a Itália desfrutasse de importância diplomática enquanto potencial desestabilizador do equilíbrio de poder.”<sup>7</sup>

O poder exercido pela França e pela Inglaterra impediam Mussolini de pôr em prática uma política externa agressiva e revisionista que pusesse em causa o *status quo* do pós-guerra que tanto era questionado pelo *Duce*. Ao seu desprezo pelos ideais nos quais assentava a Sociedade das Nações, aliava-se o repúdio pelas democracias inglesa e francesa, não fazendo senão intensificar a sua inveja pelo poderio dos dois países, nomeadamente face às possessões francesas em África e influência no sudeste europeu, e a presença britânica no Mediterrâneo e o seu controlo sobre Gibraltar, Malta e o Suez.

Após a integração de Fiume, que permitiu ao *Duce* superar D’Annunzio, a menos bem sucedida ocupação da ilha de Corfu mostrou a Mussolini que ainda não poderia competir com os mais poderosos. Tal facto forçava-o a adoptar uma posição mais cautelosa, procurando fortalecer a posição italiana através da manutenção de boas relações, nomeadamente com a Inglaterra.<sup>8</sup> Do ponto de vista inglês, a Itália apresentava-se como um elemento de equilíbrio face à hegemonia continental francesa e aos seus interesses mediterrânicos, posição que se repercutiria no relacionamento ítalo-francês, marcado pelas constantes fricções entre os dois Estados.

A negação francesa em considerar as reivindicações coloniais italianas e a sua guerra ideológica contra o fascismo dificultavam um entendimento. Este só poderia ser possível pela satisfação das exigências de Paris, que pretendia assegurar a hegemonia na Europa, mostrando-se intransigente na questão colonial e contestando qualquer tipo de intromissão italiana na sua influência no sudeste europeu.

As boas relações com a Grã-Bretanha, em particular com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Chamberlain, permitiram ao *Duce* a aceitação inglesa aquando do estabelecimento de um protectorado italiano sobre a Albânia em 1926. Mussolini via-o como um meio de alargar a influência italiana no sudeste da Europa. Com esse intuito, fomentaria, inclusivé, movimentos destabilizadores na Jugoslávia e promoveria o alargamento da sua esfera de influência na Hungria, através da assinatura de um

---

<sup>7</sup>BLINKHORN, Martin – *Mussolini e a Itália fascista*. Lisboa: Gradiva, 1984, p. 66.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 67.

acordo com um governo igualmente de direita e com as mesmas pretensões revisionistas, procurando minar a preponderância francesa nos Balcãs. Em África, as ambições italianas não eram menos proeminentes, como ficou evidente, primeiro na Líbia, com a submissão da população berbere, e depois na Etiópia, pela assinatura de um tratado conciliador que, contudo, não impediria a agressão italiana contra o país alguns anos mais tarde.<sup>9</sup>

Em Setembro de 1929, depois de exercer o cargo durante sete anos, Mussolini vai conceder a direcção da diplomacia italiana a Dino Grandi. Com esta nomeação, o chefe do Governo pretendia demonstrar aos seus pares europeus que a Itália, “sem renunciar a obter uma revisão dos tratados e uma redistribuição do saque colonial, aceitava comportar-se como potência responsável, respeitadora do direito internacional e desejosa de desempenhar na cena internacional um papel de árbitro.”<sup>10</sup> Ao conceder a Grandi o cargo de ministro e, conseqüentemente, de chefe da delegação italiana na Sociedade das Nações, Mussolini pretendia dar ao fascismo uma maior respeitabilidade junto do meio genebrino, crendo no seu ministro para tal desígnio.

Grandi, um fascista moderado, vai pautar o seu mandato à frente dos negócios estrangeiros por esse princípio, procurando “desde o início racionalizar uma política estrangeira até então fragmentária e circunstancial.”<sup>11</sup> A sua política assentaria na manutenção de boas relações com a França e, principalmente, com a Inglaterra, e de alguma prudência quanto à Alemanha e à União Soviética, sustentando a ligação às potências ocidentais na aceitação dos ideais genebrinos. Tudo isto se revelaria, no entanto, parte integrante da hábil diplomacia de Mussolini. Ao discurso e atitude pacífica exercida por Grandi para com os estados cumpridores dos tratados, o *Duce* contrapunha uma estratégia visando a “mobilização das massas transalpinas e dos aliados potenciais do revisionismo fascista”<sup>12</sup>, adoptando, desta forma, uma espécie de duplo discurso que lhe permitiria desafiar o *status quo* do pós-guerra.

Segundo a interpretação de De Felice, apesar da aparente discordância, não existia uma política divergente entre o *Duce* e o seu ministro. Grandi estava incumbido de apaziguar a comunidade internacional relativamente às verdadeiras intenções italianas, agindo em conformidade com o chefe do Governo num contexto internacional favorável à conciliação. O ministro italiano dava conta da intenção pacífica do seu país

---

<sup>9</sup> *Idem*, p. 68.

<sup>10</sup> MILZA, Pierre – *Mussolini*. Lisboa: Verbo, 2001, p. 547.

<sup>11</sup> FELICE, Renzo de – *O.c.*, p. 99.

<sup>12</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 548.

nas conferências internacionais e das preocupações do Governo na subsistência de uma política de desarmamento, enquanto, internamente, o *Duce* se empenhava numa campanha intimidatória contra as democracias, principalmente em relação à França. Esta atitude seria mais evidente após o fracasso da conferência de Londres sobre os armamentos navais, a qual seria marcada pela intransigência francesa. Apesar da sua atitude moderada, o ministro nunca renunciaria a contrariar os anseios hegemónicos da França, procurando sempre distanciar-se da posição francesa.

Durante os três anos de Grandi à frente da política externa, Mussolini soube balancear o comportamento conciliador do seu ministro, que lhe granjeava alguma complacência por parte das democracias, com o seu discurso aguerrido de acordo com a elite partidária desejosa de uma política externa ajustada ao projecto totalitário. A política adoptada por Grandi permitiu a conquista, para a Itália, de uma renovada importância e de um papel de árbitro no *status quo* europeu.<sup>13</sup> Contudo, a sua destituição acontece, para além da pressão exercida pela elite partidária nesse sentido, num momento em que o *Duce* “teve a sensação que, por meio da crise, algo estava a querer mudar na Europa, no sentido de uma ruptura no equilíbrio das potências, e que a Itália podia tirar partido dessa eventual redistribuição das cartas”<sup>14</sup>, o que seria a subida de Hitler ao poder em Janeiro de 1933.

Decidido a reimplantar uma política de revisionismo activo, Mussolini reassume o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros em Julho de 1932, abandonando em grande medida a anterior política face ao que poderiam ser considerados resultados frustrantes, fruto de uma diplomacia de cariz moderado. De facto, a ascensão de Hitler na Alemanha era encarada por Mussolini como uma oportunidade de estabelecer um jogo de forças favorável aos estados contestatários da ordem internacional, imposta pelas democracias ocidentais, e permitiria à Itália reforçar as suas intenções revisionistas.

Neste sentido, Mussolini retomava uma política já nitidamente perceptível no final da década de vinte, apoiando “as reivindicações territoriais da Hungria, dando um apoio financeiro e logístico aos nacionalistas croatas e macedónios<sup>15</sup>, bem como à *Heimwehr* austríaca, e sobretudo apoiando a Alemanha na sua exigência de

---

<sup>13</sup> FELICE, Renzo de – *O.c.*, p. 99.

<sup>14</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 552.

<sup>15</sup> Contra a Jugoslávia.

restabelecimento da sua soberania e de igualdade de direitos em matéria militar.”<sup>16</sup> Contrariava-se, portanto, a tese sustentando que o fascismo não era para exportação e a pretensão de desligar o desenvolvimento da política externa da natureza e dos pressupostos ideológicos do regime.<sup>17</sup>

Ciente do novo equilíbrio de forças e reforçado pela expansão internacional do fascismo, Mussolini tornava-se, no início de 1933, o árbitro da situação europeia. Evocando as afinidades ideológicas entre fascismo e nazismo, Hitler desejava promover a aproximação à Itália consciente da sua importância para o equilíbrio da Europa. À medida que se multiplicavam os contactos entre as duas ditaduras, crescia a apreensão, nomeadamente por parte da França. O desprezo e a pouca importância que os dirigentes franceses dispensavam até aí à Itália, dava agora lugar a uma tentativa de aproximação ao país vizinho.

Os contactos para uma aproximação directa ao *Duce* multiplicavam-se, porém, a França não pretendia ceder a qualquer tipo de revisionismo italiano nem tão pouco na esfera colonial, comprometendo-se em manter e respeitar os tratados e acordos da Sociedade das Nações para a salvaguarda da paz. Por conseguinte, a questão do desarmamento surgia então, para os dirigentes franceses, como pretexto para um eventual entendimento entre os dois países, face aos escassos argumentos a apresentar perante o ditador italiano.

A 3 de Março de 1933, Mussolini, como indica Pierre Milza, recebia o representante francês Henry de Jouvenel no Palácio Veneza para um acordo geral sobre as questões pendentes entre os dois países, de forma a atenuar a tensão das suas relações e promover um entendimento quanto à organização da Europa. No seguimento deste encontro com a diplomacia francesa, Mussolini iria delinear os pontos do seu projecto de *Pacto a Quatro*, visando a colaboração entre as grandes potências europeias: o Reino Unido, a França, a Alemanha e a Itália. Tratar-se-ia de “substituir o sistema de segurança colectiva, caro à organização genebrina, por uma direcção das quatro principais potências europeias” e de “querer restabelecer o «acordo das nações» que tinha presidido, durante a maior parte do século XIX, aos destinos do Velho Continente.”<sup>18</sup> Este acordo permitiria ao *Duce* invocar a revisão dos tratados, a ser discutida no seio da Sociedade das Nações e integrado no regulamento dos assuntos

---

<sup>16</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 553.

<sup>17</sup> COLLOTTI, Enzo – *O.c.*, p. 82.

<sup>18</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 556.

internacionais. As pretensões do *Duce* deparariam, evidentemente, com a oposição francesa, partilhada pelos britânicos, enquanto Hitler se mostraria bastante favorável ao projecto.

Consciente que o destino da Europa poderia depender das decisões relativas às propostas do ditador italiano, Jouvenel multiplicou os esforços junto do chefe do Governo italiano procurando tornar o tratado aceitável pelo seu governo. Em França existiam políticos, na mesma linha de pensamento de Jouvenel, seguros de “que o obstáculo posto a uma aproximação entre as duas ditaduras merecia bem que se desrespeitasse um pouco o princípio da intangibilidade das cláusulas territoriais dos tratados.”<sup>19</sup> Apesar das demonstrações favoráveis ao acordo político com a Itália, foram os dirigentes dos estados aliados da França, integrantes da *Pequena Entente*, que patentearam as maiores hostilidades perante o projecto. Aos protestos da *Pequena Entente*, associar-se-ia um *lobby* anti-italiano dentro do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, contribuindo definitivamente para o *échec* das negociações.

Esse mesmo ministério acabaria por redigir um contraprojecto, contemplando somente a colaboração dos Estados signatários na manutenção da paz inserida no quadro da Sociedade das Nações, depreciando o plano mussoliniano e as suas reivindicações. Ficava igualmente delineado que qualquer revisão dos tratados caberia ao Conselho da S.D.N. e não às quatro potências integrantes do acordo. Mussolini, esperançoso que o pacto significasse uma revisão gradual dos tratados, rubrica o texto em Roma, a 7 de Junho de 1933, promovendo a aproximação franco-italiana. Esta prolongar-se-ia pelos meses seguintes, apesar do fracasso do Pacto, determinado, quer pela não-ratificação da Inglaterra e da França, quer pela retirada da Alemanha da conferência de desarmamento e da Sociedade das Nações sob o pretexto de que “não aceitava ser tratada como um país secundário”.<sup>20</sup>

Durante as negociações para a assinatura do *Pacto a Quatro*, Mussolini tinha rejeitado associar-se a qualquer uma das outras potências, não comprometendo a sua posição de árbitro e acreditando que tal possibilitaria à Itália, mais tarde ou mais cedo, beneficiar da revisão dos tratados, cuja realização estava assegurada pela assinatura do acordo pelas quatro potências europeias. Todavia, o *Duce* iria ser contrariado nas suas intenções face à ameaça nazi que se fazia sentir na Áustria, a qual era apadrinhada pela Itália fascista e integrada na zona de influência italiana. Face ao expansionismo alemão

---

<sup>19</sup> *Idem*, p. 557.

<sup>20</sup> OLIVEIRA, César – *Salazar e a guerra civil de Espanha*. 1ª ed. Lisboa: O Jornal, 1987, p. 43.

e à ameaça do *Anschluss*<sup>21</sup>, Mussolini era obrigado a direccionar a sua política em prol dos ocidentais, no momento em que se empenhava em formar, na região balcânico-danubiana, “uma clientela com os vencidos da guerra”, indispensável para a sua “política de desestabilização do sistema de alianças de retaguarda instituído pela França”.<sup>22</sup>

Mussolini mostrava algumas reticências face ao chefe do Governo germânico e receava o projecto expansionista alemão levado a cabo pelos dirigentes do NSDAP. As tensões entre os nazis austríacos e o governo do ditador *austro-fascista* Dollfuss cresciam exponencialmente, tornando-se claro para o *Duce*, no início de 1934, o perigo de absorção da Áustria pelo *Reich*. Assim, a radicalização autoritária do regime e as medidas adoptadas pelo chanceler austríaco para combater os nazis foram recebidas com satisfação pelo chefe do Governo italiano, confirmando a sua vontade na salvaguarda da independência austríaca.

É neste clima de incerteza, segundo nos indica Milza, que o *Führer* promove diligências no sentido de se reunir com Mussolini para a discussão, entre outros assuntos, da questão austríaca. Mussolini aceita, sem grande entusiasmo, e os dois ditadores encontram-se a 14 de Junho em Stra<sup>23</sup>. Durante o encontro, Hitler assegurou ao seu anfitrião que não pretendia anexar, de momento, a Áustria, mas exigia a demissão de Dollfuss e a presença nazi num novo governo.

O clima de tensão vivido na Áustria acabaria por resultar, em finais de Julho, na tentativa falhada de um golpe de Estado protagonizada por nazis austríacos em Viena, o qual terminaria no assassinato de Dollfuss. Ao golpe de força, o *Duce* respondia com a colocação de quatro divisões italianas na fronteira austríaca em advertência à Alemanha, determinado a opor-se a uma eventual intervenção armada do *Reich*.<sup>24</sup>

A acção de Mussolini na fronteira do Brenner, com grande repercussão na Europa, vaticinava uma aproximação às democracias em detrimento da Alemanha, enquanto Hitler se via privado de um apoio que dava como adquirido algumas semanas antes. A situação austríaca e os acontecimentos registados deram azo à reaproximação entre a França e a Itália e ao reatar das conversações que tinham ficado em suspenso desde o final da missão de Jouvenel. O *Duce* receberia o chefe da diplomacia francesa,

---

<sup>21</sup> Acontecimento que culminou na anexação da Áustria pelo *Reich* em Março de 1938, o qual trataremos mais à frente no nosso trabalho.

<sup>22</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 559.

<sup>23</sup> Localidade próxima de Pádua.

<sup>24</sup> BLINKHORN, Martin – *O.c.*, p. 70.



Pierre Laval, para a resolução dos desacordos entre os dois países, apresentando-se a reunião como a oportunidade para Mussolini obter da França a aquiescência para o seu projecto imperialista.

As negociações entre o *Duce* e o seu interlocutor resultariam no acordo relativamente ao estatuto privilegiado dos italianos da Tunísia, que Paris pretendia ver progressivamente abolido, a França desistiria dos seus interesses económicos na Etiópia e cedia à Itália alguns territórios do Chade, da Eritreia e da Líbia. Ficaria ainda patente o interesse dos dois países na manutenção da independência austríaca, imposta desde 1919 pelo Tratado de Paz e, sobretudo, a convicção de Mussolini, no momento da assinatura dos acordos com Laval, de que a França não lhe colocaria entraves a uma intervenção militar na Etiópia.<sup>25</sup> Esta convicção levaria Mussolini a propor, nas semanas seguintes, uma cooperação militar entre os dois países, concretizando a aproximação à congénere francesa. Consagrando a amizade com a França, “livre de ter de recolher as garras do lado de Belgrado e de renunciar eventualmente (ou temporariamente) às suas intenções revisionistas, ele pensava poder ao mesmo tempo reprimir as ambições hitlerianas no Danúbio e ganhar tempo para conquistar um império.”<sup>26</sup>

Os avanços italianos com vista a uma colaboração militar com a França seriam pouco considerados do lado francês, receando-se que um eventual acordo com a Itália arruinasse decisivamente qualquer possibilidade de entendimento com a Alemanha. No entanto, a decisão alemã de aumentar os efectivos do seu exército, apesar de não alterar a atitude do governo francês, suscitaria a reunião da Itália com as duas potências ocidentais em Stresa.

As resoluções da conferência acabariam por frustrar as ambições do *Duce*, que pretendia ver reconhecido pelas democracias o seu projecto de conquista apoiando-se, para tal, no apoio dos representantes franceses, o qual acabaria por não se verificar, face ao alinhamento dos últimos com a delegação inglesa. A questão da Etiópia não seria abordada nas conversações, pelo que o *Duce* aproveitaria as resoluções finais para atingir o seu propósito. Declarada a necessidade de manutenção da paz, Mussolini apressou-se a limitá-la à Europa. Nem os responsáveis franceses nem os britânicos acreditavam que o *Duce* fosse capaz de levar o projecto imperial a seu termo, pelo que não levantaram qualquer objecção. Por seu lado, Mussolini, perante o silêncio dos seus parceiros, acreditava que estes não comprometeriam o seu empreendimento. O fracasso

---

<sup>25</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 567

<sup>26</sup> *Idem*, p. 569.

da Conferência de Stresa não impediu a Itália de continuar a alimentar um projecto de aliança militar com a França, que a guerra da Etiópia trataria de extinguir.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste – *Histoire diplomatique: de 1919 à nos jours*. Paris: Librairie Dalloz, 1953, p. 203.

## 2. A guerra da Etiópia

A intervenção italiana na Etiópia, a 3 de Outubro de 1935, constituiu a primeira agressão de uma potência europeia contra a independência de outro país, desde 1914, assinalando uma mudança fundamental na história da Itália fascista e da Europa no período entre as duas guerras.<sup>28</sup> Para o fascismo italiano, significava a vingança contra a vitória mutilada e a revelação das suas verdadeiras intenções no âmbito das relações internacionais, reavivando o seu dinamismo pela realização do sonho imperial nacionalista procurado ao longo de meio século.<sup>29</sup>

A crise dos anos trinta, desestabilizadora dos equilíbrios internos do país, obrigaria o regime a procurar no exterior os sucessos que internamente a ditadura não conseguiria obter.<sup>30</sup> Associada à aventura colonial, à imitação do modelo nacional-socialista e à revolução cultural do regime, a crise mundial desenvolverá “um salto totalitário” em Itália, portador, nitidamente, da guerra, epílogo de uma política que visa aperfeiçoar a raça e formar um homem novo, fruto da reforma dos costumes e da cultura fascistas.<sup>31</sup>

Assim, perante a radicalização do regime, que a sociedade não assimila, aumenta para o Chefe, “a tentação de precipitar o país na guerra, de maneira a que o povo italiano se ache colocado numa situação que o obrigue, quer a fortalecer na acção as virtudes marciais que o regime teria, uns anos por outros, conseguido inculcar-lhe, quer a adquirir-las a quente, no terreno do confronto armado.”<sup>32</sup> O discurso de guerra daqui proveniente e a necessidade de o associar à acção culminavam na cultura combativa característica do fascismo, desenvolvida pelo seu líder, afastando-o cada vez mais da política genebrina e dos princípios defendidos pelas democracias. A guerra da Etiópia assume, portanto, uma importância central na transição a que se assiste relativamente às políticas exercidas por Mussolini até Outubro de 1935, e estabelece a redistribuição dos papéis.

A missão etíope não principiaria sem que a Itália consolidasse a sua posição no território líbio, mais precisamente nas regiões da Cirenaica e da Tripolitânia,

---

<sup>28</sup> MILZA, Pierre – *Le fascisme*. Paris: MA Editions. 1986, p. 87.

<sup>29</sup> PAXTON, Robert O. – *Anatomía del fascismo*. Barcelona: Península, 2005, p. 183.

<sup>30</sup> PALLA, Marco – *Mussolini et l'Italie fasciste*. Firenze: Casterman – Giunti, 1993, p. 101.

<sup>31</sup> PAXTON, Robert O. – *O.c.*, p. 194.

<sup>32</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 575.

transformadas mais tarde em “laboratório da acção colonial fascista”. Para tal, seriam distribuídas terras aos colonos, maioritariamente camponeses oriundos do sul da Itália, fomentando-se igualmente a construção de diversas infra-estruturas. Tais empreendimentos constituíam, para o *Duce*, a oportunidade de ocupar uma posição estratégica entre a Tunísia, de domínio francês, e o Egipto sob o controlo britânico, assim como de reunir o consenso para o empreendimento colonial, o qual permitiria “a modestos emigrantes instalarem-se num país onde tinham a ilusão de serem os senhores, e não mais um subproletariado explorado e humilhado.”<sup>33</sup>

Depois da experiência colonial na Líbia, Mussolini pretendia agora alargar a influência italiana na África oriental, reforçando a sua posição na Somália e na Eritreia com vista à penetração na Etiópia. Esta política de conquista apresentaria duas motivações: permitiria satisfazer as expectativas do estabelecimento de um império, do qual o *Duce* surgiria como baluarte, e representava a oportunidade de vingar a derrota militar de Ádua, em 1896. Apesar de as colónias sob o domínio italiano não se revelarem tão atractivas, para os potenciais emigrantes, quanto o regime desejaria e se mostrarem pouco compensadoras para os colonos lá instalados, o ataque à Etiópia respondia à “necessidade de emoção, conflito e sucesso dramático” do qual o fascismo carecia, estando “perfeitamente personificada no próprio Mussolini santificada pelo *machismo* pueril do culto do *Duce*.”<sup>34</sup>

A invasão da Abissínia tinha, porém, alguns obstáculos pela frente. A Etiópia era, com o apoio da Itália, membro da Sociedade das Nações desde 1923 e subsistia um pacto de amizade entre os dois países desde 1928. Esse pacto seria, no entanto, posto em causa pela recusa do *Négus*<sup>35</sup> em satisfazer os interesses italianos no território, considerados demasiado abusivos pelo imperador.

Ora, a partir de 1932, a operação armada contra a Etiópia começaria a ser planeada pelo *Duce*. Principiaria por enviar o ministro das Colónias à Eritreia, para avaliar as condições e os investimentos necessários para transformar a colónia em base para a intervenção militar. Em 1933, prometia ao mesmo ministro o comando das operações e fixava para 1936 o prazo máximo da sua realização.

A propagação de incidentes na fronteira entre a Somália e a Etiópia funcionariam como pretexto para Mussolini iniciar a intervenção. Contudo, era

---

<sup>33</sup> MILZA, Pierre – *As relações internacionais de 1918 a 1939*. Lisboa: Edições 70, 1998, p. 172.

<sup>34</sup> BLINKHORN, Martin – *O.c.*, p. 72.

<sup>35</sup> O mesmo que Rei. Título usado pelo imperador etíope, Hailé Selassié.

necessário, do ponto de vista ideológico, tornar o propósito imperialista aceitável para a opinião internacional, o que poderia ser conseguido pela denúncia do cariz feudal e escravagista da sociedade etíope, e preparar diplomaticamente a operação.

A presença britânica e francesa em Stresa, em de Abril de 1935, tinha convencido Mussolini de que não encontraria oposição por parte das democracias ocidentais, considerando o silêncio dos seus parceiros como adesão às suas ambições expansionistas. Convictos, face à ameaça de intervenção alemã na Áustria, de que o *Duce* não se lançaria na aventura expansionista, os representantes britânicos optariam por ignorar a questão etíope durante os trabalhos da conferência. Quatro dias após a sua conclusão, a Grã-Bretanha iria, pela primeira vez, expressar a oposição à intervenção italiana na Etiópia. O chefe do *Foreign Office*, Sir John Simon, defendia que “a opinião pública inglesa não aceitaria que o Duce pudesse ultrajar impunemente a lei internacional, e que o envio para África de uma parte importante do exército italiano enfraqueceria consideravelmente a coligação anti-hitleriana, no caso de o chanceler alemão pôr em prática o seu projecto de anexação da Áustria.”<sup>36</sup>

Os argumentos ingleses indicavam a sua vontade em fazer respeitar o pacto da Sociedade das Nações e a independência de um estado-membro da organização genebrina. Contudo, as verdadeiras preocupações subjacentes a estas afirmações coincidiam com a preservação do seu domínio no Mediterrâneo e em África, temendo que uma eventual supremacia italiana na África oriental ameaçasse as suas possessões nesse continente.

Nos finais de 1934, o incidente fronteiriço entre a Somália italiana e a Etiópia, nas proximidades de Ual-Ual, agravavam consideravelmente as tensões entre a Itália e a Abissínia.<sup>37</sup> O caso é apresentado perante a Sociedade das Nações, onde a opinião geral se mostrava mais favorável à Itália. Nenhuma medida concreta é, contudo, tomada.

Em Junho de 1935, Anthony Eden, ministro para os assuntos da S.D.N. no Governo presidido por Stanley Baldwin, reunir-se-ia com Mussolini a fim de estabelecer um compromisso com o *Duce*. A Etiópia cederia à Itália uma extensão territorial significativa, recebendo da Grã-Bretanha uma parcela da Somália que lhe permitiria a saída para o mar. A oferta seria prontamente recusada pelo chefe do Governo italiano, adoptando igual atitude, alguns meses depois, perante a proposta anglo-francesa apresentada por Laval. Esta determinava o estabelecimento de um

---

<sup>36</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 579.

<sup>37</sup> PALLA, Marco – *O.c.*, p. 101.

mandato comum sobre a Etiópia, que consistiria na assistência técnica para a organização administrativa e desenvolvimento do país. Caberia à Itália o principal papel nesta ajuda, estabelecendo-se um verdadeiro protectorado italiano sobre o país.<sup>38</sup>

Mussolini desejava de facto a guerra. Nem os planos de compromisso elaborados pelas democracias ocidentais, nem a ameaça britânica, concentrando uma frota de 800 000 toneladas no Mediterrâneo, o fariam recuar.<sup>39</sup> A ameaça seria, aliás, um *bluff*, face à precariedade dos navios utilizados, e acabaria por favorecer Mussolini do ponto de vista interno, operando uma mudança na atitude da opinião pública italiana, que até aí mostrava alguma hostilidade perante a agressão à nação africana.<sup>40</sup>

Os preparativos encontravam-se já bastante adiantados, estando praticamente reunidas todas as condições para o início da contenda. Assiste-se a uma mobilização de grandes proporções para garantir o sucesso das tropas italianas em caso de extensão do conflito. A quantidade de recursos e o número de soldados mobilizados evidenciava a desproporção face ao limitado exército etíope, pouco numeroso e sem material de guerra moderno.

A contenda inicia-se a 3 de Outubro e iria revelar-se mais difícil do que à partida se esperaria. Face às dificuldades que o exército poderia encontrar, próprias das condicionantes do território, Mussolini pretendia uma acção rápida e eficaz para prevenir a reorganização do adversário e, ao mesmo tempo, evitar que as sanções impostas pela Sociedade das Nações pudessem condicionar a acção italiana.

As primeiras semanas de conflito saldaram-se positivamente, como era expectável, resultando na ocupação de uma série de cidades em apenas alguns dias. A ofensiva italiana sofreria, contudo, um revés face à inesperada resistência dos soldados do *Négus* aos exércitos fascistas, superiores em número, armamento e em meios logísticos. Aliados a uma situação internacional progressivamente desfavorável, estes contratempos acabariam por ditar o afastamento de De Bono do Comando Supremo das operações, sendo substituído, a 13 de Novembro, por Badoglio.<sup>41</sup>

Obrigadas a recuar face à ofensiva etíope, seria preciso esperar por Fevereiro de 1936 para que as forças italianas retomassem a iniciativa. O chefe do Estado-Maior do exército italiano procederia ao fomento de uma guerra de extermínio com vista à vitória

---

<sup>38</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste – *O.c.*, p. 210.

<sup>39</sup> MILZA, Pierre (1998), p. 173.

<sup>40</sup> CHABOD, Federico – *História do fascismo italiano*. 2ª ed. Lisboa: Arcádia, 1960, p. 137.

<sup>41</sup> PAYNE, Stanley G. – *A history of fascism, 1914-1945*. Madison: University of Wisconsin Press, 1995, p. 234.

rápida e ao menor prejuízo possível. Os meios usados, desde bombardeamentos, ao uso de gases tóxicos, não deixavam dúvidas quanto às intenções fascistas e revelariam uma execução massiva de etíopes.

A violação do Pacto pela agressão italiana, perpetrada contra um estado-membro da Sociedade das Nações, acabaria por resultar na aplicação de sanções económicas pelo organismo genebrino contra a Itália. Tais sanções incidiam sobre as importações e exportações do país agressor e condicionavam a concessão de crédito ao mesmo.

Os dirigentes franceses e britânicos estavam, todavia, dispostos a considerar as reivindicações do *Duce* como preço a pagar para a manutenção da Itália na frente anti-hitleriana. Perante a pressão da opinião pública, a França e a Grã-Bretanha aprovavam as sanções mas procurariam limitar-lhes o alcance. Em França, Laval empenha-se por limitar os efeitos do embargo, pressionado pelo facto de o *Duce* lhe ter comunicado que, no caso de uma severa aplicação das sanções, “seria obrigado a virar-se para a Alemanha para obter os produtos que lhe fossem recusados pela França.”<sup>42</sup>

Em Inglaterra, cujos interesses imperiais sofrem maior ameaça, “a opinião pública manifesta uma oposição mais viva face à agressão fascista, mas recua perante a eventualidade de um conflito armado.”<sup>43</sup> Por outro lado, alguns Estados que tinham votado as sanções, caso da Bélgica, da Polónia, da Checoslováquia ou da Jugoslávia, transmitiram ao chefe do Governo italiano que não aplicariam a decisão da Sociedade das Nações. À intenção dos referidos Estados poder-se-ia acrescentar o desejo do Governo português no término das sanções, como ficaria patente no discurso de Armindo Monteiro<sup>44</sup> proferido a 3 de Junho de 1936, na Assembleia da S.D.N., segundo o qual “le Gouvernement portugais reconnait que l’application à l’Italie des sanctions votées le dernier octobre est une attitude impossible; et que, même si elle était possible ce serait une attitude inutile”, ao mesmo tempo que salientava que “il est bien certain que personne n’avait joyeusement déployé le drapeau des sanctions – et mon pays ne l’avait fait que très douloureusement. Étant donné qu’une solide amitié et une sympathie ardente pour l’oeuvre gigantesque qu’elle [l’Italie] a su realiser dans ces dernières années; et que, d’autre part, nous n’avions dans le conflit aucun intérêt direct, les sanctions représentaient pour nous un lourd sacrifice accepté avec tristesse.”<sup>45</sup> O próprio

---

<sup>42</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 586.

<sup>43</sup> MILZA, Pierre (1998), p. 175.

<sup>44</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros à data.

<sup>45</sup> Discurso de Armindo Monteiro na Assembleia da S.D.N., 3/6/1936, in A.N.T.T., AOS/CO/NE-6A, pasta 8, p.95; francês no original.

Salazar apontava, uns meses antes, para uma solução conciliatória, “estando em causa um país [a Itália] com o qual temos mantido ininterruptas relações de boa amizade e para o qual vão, por tantas afinidades políticas e mentais, a nossa admiração e simpatia.”<sup>46</sup>

As sanções acabariam por se revelar ineficazes, pela falta de rigor na sua aplicação por parte dos Estados que as aprovaram. As únicas medidas que poderiam ter comprometido a expedição italiana - o encerramento do Canal do Suez e o embargo sobre o petróleo -, amplamente dependentes da Inglaterra, não seriam aplicadas, demonstrando a vontade dos dirigentes ingleses em não comprometer o relacionamento com a Itália.<sup>47</sup>

Mussolini e o seu regime beneficiariam desta situação, reforçando o consenso à sua volta e dissipando as dúvidas que o envolvimento na guerra com a Etiópia ainda suscitava na população. A propaganda fascista, a retórica mussoliniana e as vitórias no campo de batalha despertaram no povo italiano uma reacção calorosa perante o empreendimento colonial, vendo-o agora como uma possibilidade de alcançar melhores condições de vida. Nunca antes o *Duce* tinha reunido em seu torno uma devoção tão grande, conseguindo, inclusivé, o apoio de representantes das antigas elites contrárias à ditadura. Mussolini granjeou ainda o apoio do clero, que inicialmente se tinha mostrado reticente em relação ao conflito.<sup>48</sup>

Para Duroselle, o desejo em não romper com Mussolini representava, nesta altura, o ponto central nos contactos das potências ocidentais com Roma. Mantinha-se a pretensão de alcançar um acordo pacífico para a questão etíope e é neste contexto que, em Dezembro de 1935, o chefe do *Foreign Office*, Samuel Hoare, e Pierre Laval concluem um plano de compromisso. O projecto franco-britânico consistiria na divisão da Etiópia, da qual dois terços do território seriam concedidos ao *Duce*, satisfazendo as suas exigências, e obrigaria o império do *Négus* a tornar-se um protectorado italiano. Mussolini estava disposto a aceitar este compromisso. Contudo, o plano acabaria por fracassar quando o seu conteúdo se tornou público, provocando, inclusivé, a demissão de Hoare. Em França, Laval é obrigado a recuar para salvar o seu governo e o plano é totalmente posto de parte.<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> SALAZAR, Oliveira – *Discursos e Notas Políticas* (1935-1937). vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, 1937, p 116.

<sup>47</sup> POLLARD, John Francis – *The fascist experience in Italy*. Londres: Routledge, 1998, p. 95.

<sup>48</sup> PAYNE, Stanley G. – *O.c.*, p. 235.

<sup>49</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste – *O.c.*, p. 212 e 213.



No seguimento do fracasso das negociações e do iminente desmembramento da frente de Stresa, a ofensiva italiana retomava no início da Primavera, revelando-se proveitosa para os exércitos fascistas. Conseguem o cerco a Addis-Adeba e obrigam o *Négus* a abandonar a Etiópia e a refugiar-se em Inglaterra. A 5 de Maio, Badoglio entra na capital etíope. Alguns dias mais tarde, e depois da aprovação do Grande Conselho Fascista, Mussolini coloca a Etiópia sob plena soberania italiana e confere ao rei o título de “Imperador da Etiópia”. Apesar da partilha forçada do triunfo com o monarca, Vitor Emanuel III, o *Duce* possuía razões para estar satisfeito. O regime atingira o seu ponto mais alto e nunca o consenso em torno do chefe do Governo tinha sido tão grande.<sup>50</sup>

Algum tempo após a proclamação do Império, a chefia do Ministério dos Negócios Estrangeiros é assumida por Galeazzo Ciano, que se tornaria uma das figuras deste novo ciclo do regime. Já com o genro do *Duce* em funções, as sanções económicas impostas pela Sociedade das Nações são abolidas. A anexação da Abissínia, porém, não é oficialmente reconhecida.

No ofício de Augusto de Vasconcelos a Armindo Monteiro de 24 de Junho de 1936, o delegado português junto da S.D.N. expunha, de forma crítica, o problema italo-abissínio e as consequências que dali poderiam advir, concluindo que a “Itália vai jogar a Europa de «chantage» em «chantage», primeiro para que lhe legalizem a conquista da Etiópia, depois para que lhe forneçam meios de a conservar, enfim para que a elevem ao grau de Grande potência, com um G máximo. Para arrancar concessões sobre concessões, jogará com Berlim, que a seu turno jogará com Roma. A não ser que a Inglaterra se decida a pagar-lhe a sua colaboração na Europa e a sua separação de Berlim, mediante espécies sonantes e garantias ultra seguras.”<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 592.

<sup>51</sup> Ofício de Augusto de Vasconcelos a Armindo Monteiro, Genebra, 24/6/1936, in A.N.T.T., AOS/CO/NE-6A, pasta 6.

### 3. A aproximação à Alemanha

Como indica Pierre Milza, o empreendimento italiano na Etiópia indicava que a Itália tinha escolhido alargar a sua influência em África e no Mediterrâneo relegando para segundo plano as suas pretensões balcânico-danubianas. Ao direccionar a sua política expansionista para aquela área, o *Duce* encontraria a oposição da Grã-Bretanha, com iguais pretensões na região, e da França que, para além de não pretender renunciar aos seus próprios interesses nessa zona, não fazia qualquer intenção de quebrar a solidariedade para com os britânicos. A aproximação à Alemanha constituía, portanto, um passo lógico para Mussolini, o que seria perfeitamente perceptível para Hitler, ciente de que a penetração fascista na África oriental lhe permitia alargar a sua influência na Europa central. É neste contexto que o *Führer* apoia a política italiana durante a crise etíope, pela recusa em aplicar as sanções, fortalecendo, deste modo, os laços comerciais entre o *Reich* e a Itália, beneficiando, inclusivé, da benevolência italiana aquando do golpe de força na Renânia.<sup>52</sup>

Aliada ao reforço dos laços comerciais entre os dois países, a afinidade ideológica indicava no sentido de uma aliança entre as duas ditaduras, que comungavam no desprezo pelas democracias e orientavam a sua política externa para um revisionismo agressivo.<sup>53</sup>

O distanciamento perante as democracias ocidentais acabaria por ser inevitável para o *Duce* face à intransigência da Grã-Bretanha e da França na manutenção do *status quo* europeu, privilegiando os seus próprios interesses e a preservação dos seus domínios coloniais. Uma vez abandonada a posição revisionista, Mussolini esperava que lhe fossem oferecidas compensações tangíveis, as quais Londres e Paris não poderiam proporcionar sem colocar em causa a sua própria influência. Frustradas as

---

<sup>52</sup> Hitler utilizaria, como pretexto, o pacto franco-soviético de 2 de Maio de 1932 para justificar a remilitarização da Renânia. Tal pacto, previa que, em caso de ameaça de agressão de um Estado europeu contra uma das partes, a outra prestar-lhe-ia assistência imediata. Perante tais circunstâncias, que poderiam ser encaradas como uma ameaça para o *Reich*, Hitler considerava que este pacto tornava caducas as cláusulas do Tratado de Locarno de Outubro de 1925, pelo qual a Alemanha reconhecia as suas fronteiras com a França e com a Bélgica, bem como a desmilitarização da zona renana, comprometendo-se a não recorrer à força para uma eventual revisão *status quo*. A ratificação do acordo entre a França e a URSS vai permitir ao *Führer* denunciar o Tratado de Locarno e a 7 de Março de 1936, as forças alemãs penetram na zona desmilitarizada. A falta de uma reacção forte por parte dos países co-signatários do Tratado de Locarno reforçaria o Chanceler e os seus desígnios expansionistas. (MILZA, Pierre (1998), pp. 76, 165, 177 e 178.).

<sup>53</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 595.

suas aspirações, o *Duce* encontrar-se-ia mais receptivo a uma aproximação à Alemanha. A tensão entre Mussolini e os dirigentes de Londres e Paris acabaria por se intensificar e a atitude<sup>54</sup> das potências ocidentais, relativamente ao reconhecimento da anexação da Etiópia, serviria para alargar o fosso existente.

A chegada de Ciano à chefia dos Negócios Estrangeiros acabaria, segundo a interpretação de Milza, por precipitar a aproximação à Alemanha nazi, confirmada, quando, contra todas as expectativas, Mussolini, influenciado pelo chefe da política externa italiana, decide encontrar uma solução para a questão austríaca que satisfizesse Hitler. Deste modo, modificando radicalmente a sua política danubiana, o *Duce* convoca o chanceler austríaco, Schuschnigg, aconselhando-o a resolver as divergências com o *Führer*. É sob a mediação de Mussolini que os dois estados germânicos assinam, a 11 de Junho, um acordo que culminaria dois anos mais tarde no *Anschluss*.<sup>55</sup> Seria para o *Duce* “o preço a pagar por uma colaboração política entre os dois países que a Guerra Civil Espanhola iria revelar à Europa e ao mundo.”<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> Limitam-se a destacar simples cônsules junto das autoridades italianas em Addis-Adeba.

<sup>55</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 597.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, César – *O.c.*, p. 46.

## 4. A Guerra Civil Espanhola

O envolvimento italiano na questão espanhola remontava a 1932, pelos contactos estabelecidos com os movimentos de oposição à República, no momento em que acontecia a tentativa de golpe de Estado do general Sanjurjo. Em 1934, Mussolini encontrava-se com dirigentes carlistas prometendo-lhes apoio financeiro para a ajuda ao derrube do regime republicano. Não era surpreendente, portanto, que nos dias após o levantamento contra os republicanos, em Julho de 1936, Franco tenha solicitado o apoio do governo fascista para preparar a sua intervenção e para assegurar os meios aéreos indispensáveis à travessia de Gibraltar pelas forças rebeldes estacionadas em Marrocos.<sup>57</sup>

Ciano, favorável ao pedido de Franco, considerava a intervenção italiana em Espanha indispensável para encorajar o *Führer* a cooperar com o governo fascista. O *Duce* mostrava-se inicialmente hesitante face às dúvidas que subsistiam relativamente à vitória rebelde. Porém, o seu ministro acabaria por convencê-lo, alegando que a intervenção possibilitaria alargar a influência fascista ao Mediterrâneo ocidental, ao mesmo tempo que reforçava o dever de travar a ajuda francesa e soviética ao governo da Frente Popular espanhola.

Beneficiando da interferência de Ciano, os franquistas asseguravam um importante apoio material. O ministro dos Negócios Estrangeiros italiano conceberia ainda o *Uffizio Spagna* para coordenar o apoio aos rebeldes.<sup>58</sup>

Para a Grã-Bretanha, o conflito espanhol embaraçava a negociação de um pacto de segurança colectiva, abrangendo a Alemanha, a Itália, a França, a própria Grã-Bretanha e a Bélgica, que os dirigentes britânicos acreditavam poder efectivar, convictos que a “remilitarização da Renânia e a anexação da Abissínia teriam acalmado os apetites territoriais de Berlim e Roma.”<sup>59</sup> É neste contexto que, juntamente com a França, é proposto o Acordo de não-intervenção<sup>60</sup>. Mussolini declara a sua intenção de

---

<sup>57</sup> MILZA, Pierre (1998), p. 185.

<sup>58</sup> ROSAS, Fernando – *O salazarismo e a aliança luso-britânica: estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 a 40*. Lisboa: Fragmentos, 1988, p. 71.

<sup>59</sup> *Idem*, p. 72.

<sup>60</sup> Proposto a 2 de Agosto de 1936 pelo Governo francês chefiado por Leon Blum e apoiado por Londres, tratava-se de um acordo com vista à não-intervenção em Espanha. A Itália, a Alemanha, a URSS e Portugal, entre outros países, subscreveriam, com ou sem reservas, o acordo multilateral. A 9 de Setembro, seria criada uma Comissão de Não-Intervenção composta pelos países directamente envolvidos no conflito espanhol, na qual deveria ser discutida a aplicação do embargo ao material de guerra com

aderir ao Acordo, mas ressalva que nada faria para impedir o alistamento de voluntários ou as subscrições públicas a favor dos nacionalistas espanhóis.

A intervenção alemã na guerra de Espanha seria substancialmente menor do que a italiana. O conflito representava, para o *Führer*, uma boa oportunidade para fortalecer os laços com Roma, ao mesmo tempo que proporcionava a ocasião para desviar para o Mediterrâneo ocidental as ambições italianas, ampliando a preponderância alemã na região danubiana, até então considerada pelo *Duce* como pertencendo à sua esfera de influência.

Hitler encarava o conflito espanhol diferentemente do seu parceiro italiano: “tratava-se menos de arranjar um seguidor ideológico do que visar objectivos estratégicos bem definidos: ameaçar a fronteira francesa dos Pirenéus; atravessar uma potência fascista nas comunicações marítimas anglo-francesas no Atlântico e no Mediterrâneo; cobiçar o minério de ferro espanhol, e alcançar a instalação de bases para os submarinos alemães nas costas de uma Espanha aliada.”<sup>61</sup> Contudo, deixando ao *Duce* o controlo da zona mediterrânica, o chanceler alemão considerava que cabia a Mussolini assumir as maiores responsabilidades na resolução do conflito espanhol. Era, no entanto, do interesse alemão que a guerra se arrastasse, imobilizando uma parte do exército italiano, no momento em que se levantava o problema do *Anschluss*.<sup>62</sup>

Contrariamente ao seu homólogo alemão, Mussolini desejava uma intervenção em grande escala do seu país na guerra civil de Espanha. Em contrapartida à ajuda italiana, o *Duce* exigia de Franco uma colaboração política no Mediterrâneo ocidental. Além disso, uma vitória franquista tornava-se indispensável para a instauração de um governo autoritário de direita em Espanha que impedisse a formação de um “eixo Paris/Madrid explicitamente antifascista e determinado a contrariar os projectos expansionistas da Itália, e mesmo a fornecer um trampolim aos adversários do regime para uma eventual operação de reconquista da Península.”<sup>63</sup>

A participação de antifascistas ao lado dos republicanos espanhóis envolvia ainda mais a Itália no conflito espanhol. O Governo de Roma mostrava-se determinado em eliminar os adversários do regime, temendo que o sucesso da coligação de esquerda – comunistas, socialistas e republicanos - em Espanha produzisse “uma infecção

---

destino a Espanha. As medidas do Comité seriam, todavia, ineficazes face ao apoio militar, sobretudo, da Itália, da Alemanha e da URSS às duas partes em confronto.

<sup>61</sup> ROSAS, Fernando – *O.c.*, p. 71.

<sup>62</sup> MILZA, Pierre (1998), p. 186.

<sup>63</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 600.

«vermelha» capaz de contaminar a própria Itália.”<sup>64</sup> A Guerra Civil Espanhola representava, à semelhança do que tinha acontecido na Etiópia, uma oportunidade para mobilizar o povo italiano à volta do regime e aumentar o prestígio da Itália e do seu chefe. Segundo Milza, o *Duce* “não hesitou em denunciar o perigo «bolchevique» e em brandir o estandarte da cruzada, o que lhe valeu [...] o apoio do alto clero e da maior parte dos católicos”<sup>65</sup>, procurando justificar ideologicamente a intervenção, mas a luta contra o comunismo seria apenas o encobrir das verdadeiras intenções do ditador.

Apesar do total envolvimento de Mussolini no conflito espanhol, os italianos não mostravam o mesmo entusiasmo que a intervenção na Abissínia tinha suscitado. Este esmorecimento não impediria o *Duce* de investir substancialmente em Espanha. O destacamento de forças italianas para o conflito esteve longe de ser simbólico. A ajuda italiana constituía-se por “25 000 soldados e membros das milícias no cume da escalada em 1937 e mais de 70 000 no todo, juntamente com grandes quantidades de aviões, armamentos e munições que a Itália só a custo se podia dar ao luxo de dissipar.”<sup>66</sup> Conjugada com um importante, mas menos significativo, apoio alemão, a ajuda italiana cumpriu uma função valiosa na vitória dos rebeldes nacionalistas.

O primeiro sucesso das forças italianas acontece na batalha de Málaga em Fevereiro de 1937. Madrid constituía o próximo alvo, considerado decisivo para êxito das operações. A investida contra a capital espanhola seria frustrada em Guadalajara, pela determinação do exército republicano e de voluntários antifascistas. O fracasso da ofensiva fascista, liderada pelo general Roatta, acabaria por ser atribuído à mediocridade dos meios, sobretudo humanos, colocados à disposição do general, com ênfase colocado na colaboração falhada das tropas espanholas.

Após a batalha de Guadalajara, as convicções de uma vitória fácil e os discursos triunfalistas, sobretudo de Ciano, foram abalados. A derrota desferiu um rude golpe no prestígio fascista e do próprio Mussolini. O fracasso na frente madrilena obrigava o *Duce* a assumir os encargos da derrota, acabando por solicitar a Franco a substituição das unidades italianas. Apenas em Agosto de 1937, após a tomada de Santander pelos exércitos fascistas, seria encontrado um novo alento, que culminaria com a vitória franquista em 1939.

---

<sup>64</sup> FELICE, Renzo de – *O.c.*, p. 103.

<sup>65</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 600.

<sup>66</sup> BLINKHORN, Martin – *O.c.*, p. 73.

A Guerra Civil Espanhola permitiu testar novas tecnologias e estratégias militares, e confirmou o carácter violento da guerra fascista. Contudo, o conflito revelar-se-ia custoso para a Itália saldando-se em “perto de 4000 mortos, mais de 11 000 feridos, um pouco mais de 6 mil milhões de liras em material de guerra, dos quais apenas uma parte será reembolsada pelos nacionalistas.”<sup>67</sup>

A campanha no território espanhol dirigiu definitivamente a diplomacia mussoliniana para uma política de supremacia no Mediterrâneo, desviando a Itália das suas pretensões danubianas e levando o *Duce* a aproximar-se cada vez mais da Alemanha em detrimento das potências ocidentais.

---

<sup>67</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 603.

## 5. O Eixo

Depois do reconhecimento pelo *Reich* da anexação italiana da Etiópia, em Julho de 1936, multiplicam-se os contactos entre Roma e Berlim para o reforço dos laços entre as duas ditaduras. Em Setembro, o ministro alemão Hans Frank encontrava-se com Mussolini e Ciano em Roma tendo em vista a discussão de um plano de partilha da Europa, sobre o qual Hitler pretendia conhecer a opinião do seu homólogo italiano. O *Führer* reconhecia o Mediterrâneo como zona de influência italiana, pretendendo em troca que a Itália renunciasse às suas ambições balcânico-danubianas, o que significaria o seu abstencionismo da questão austríaca.

No mês seguinte, seria a vez do ministro dos Negócios Estrangeiros italiano se deslocar a Berlim onde se encontraria, primeiro com von Neurath, e depois com Hitler. O encontro de Ciano com o ministro alemão das Relações Exteriores culminaria na assinatura de um acordo que comprometia os dois governos a consultarem-se e a coordenarem a sua actuação em matéria de política internacional.<sup>68</sup> No seu regresso a Roma, Ciano tentava convencer o *Duce* do interesse, para a Itália, em tornar efectiva a aproximação à Alemanha e defendia a ideia de um acordo mais próximo com o *Reich*, algo que Mussolini encarava ainda com algumas reservas. No entanto, considerava o estreitar de relações com o Estado germânico como um meio de pressionar as democracias ocidentais a adoptarem uma atitude mais conciliadora para com a Itália e a conseguir o seu consentimento à proclamação do Império.

A 1 de Novembro de 1936, num discurso proferido em Milão, Mussolini evocava o acordo recente com a Alemanha que descrevia como uma “entente entre les deux pays”, entendimento que representaria uma “verticale Berlin-Rome [qui] n’est pas un diaphragme, c’est plutôt un axe, autour duquel peuvent s’unir tous les Etats européens animés d’une volonté de collaboration et de paix.”<sup>69</sup> O acordo não impediria, contudo, que o *Duce* assinasse, em Janeiro de 1937, um *gentlemen’s agreement* com a Grã-Bretanha.

O acordo mediterrânico ítalo-britânico, segundo informava o representante português em Roma, depois de um encontro com Ciano, “servindo aqueles seus anelos íntimos respeitadamente à amizade d’ Alémancha deu-lhe a deixa o Duce, aquando

---

<sup>68</sup> MORGAN, Philip – *Fascism in Europe 1919-1945*. Londres: Routledge, 2003, p. 172.

<sup>69</sup> Mussolini, cit. in DUROSELLE, Jean-Baptiste – *O.c.*, p. 228.



do seu famoso discurso de Milão”, no qual o chefe do Governo italiano afirmava estar pronto “à reconciliação numa base de mútuo-respeito”. As palavras do *Duce* seriam bem recebidas pelos dirigentes britânicos “paralelamente a uma série de factos amistosos, desde a retirada da guarnição inglesa na capital abexim até à supressão da representação diplomática, tudo rematando no texto de ontem, entrado nos arquivos diplomáticos sob a rubrica de «gentlemen’s agreement»”. Tratar-se-ia, portanto, de uma reconciliação amigável “visando a garantir o statu quo territorial mediterrânico”, perante a qual se garantia “os direitos e interesses de vários Estados afins à diplomacia britânica, mas se inclui o desmentido a certos e apregoados ambicionismos de Roma respeitadamente às posições insulares hispânicas...”. A ultimação do acordo seria ainda marcada pelo “desejo inglês de que ele tivesse amplitude tríplice, incluindo a intervenção e firma francesas.” Mussolini, “que no terreno diplomático se tem patenteado homem de boas contas..., opôs o seu veto”, isolando a França que via as tentativas de aproximação a Roma, empreendidas desde 1932, arruinadas pela proclamação do Eixo. Era ainda acrescentada uma cláusula final “consignando a inofensividade do acordo para com terceiros, o que aliás também largamente contentou a Wilhelmstrasse.” Lobo de Ávila concluía com duas importantes notas: “a primeira é o facto sintomático de toda a recente e deveras importante acção diplomática se haver decorrido e concluído, longe e fora dos corredores e escaninhos do Secretariado do grémio genebrino. A segunda é a facilidade para o futuro colonial italiano da colaboração material da City, que bem necessária se lhe antolha...”<sup>70</sup>

A Grã-Bretanha tentava, então, assumir-se como reguladora da paz na Europa perante as dificuldades internacionais criadas pela guerra civil de Espanha. No entanto, o *Foreign Office* não podia desprezar o facto de que, “se Roma e Berlim lhe oferecem agora uma ponte, passando eventualmente por Espanha, para atingir esse seu antigo desígnio e retomar o seu histórico papel de medianeira, a Grande Bretanha [sic] dificilmente poderá hesitar, mesmo à custa de dever constatar – e esse será mais um êxito pessoal de Mussolini – que a estrada entre Berlim e Londres, na hora actual, tem o seu cruzamento em Roma.” O *Duce* seria o principal beneficiário desta possível evolução diplomática, relegando a França, “isolada pela sua política do Pacto com a Rússia<sup>71</sup>, enfeudada mais do que nunca, depois da falência do breve acordo com a Itália”, podendo se constituir como a “verdadeira prisioneira da permanente arbitragem

---

<sup>70</sup> Ofício nº 6 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 3/1/1937, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 11, Maço 353.

<sup>71</sup> Ver nota nº 52.

britânica”, permitindo à Itália conseguir “aquilo que nunca deixou de ser o objectivo da política fascista: desviar para Roma a linha Londres-Paris que constituiu nos últimos anos o fulcro da política europeia.”<sup>72</sup>

Durante o ano de 1937, a Alemanha multiplicaria as iniciativas para estreitar os laços com a Itália e desenvolver as potencialidades do Eixo. As visitas alemãs a Roma suceder-se-iam no intuito de reforçar os pontos de interesse entre os dois chefes de governo e preparar a viagem que o *Duce* realizaria à Alemanha em Setembro do mesmo ano. Goering visitava a capital italiana em Janeiro onde seria acolhido por Ciano. As conversações incidiriam sobre a situação internacional e confirmariam “o prosseguimento da substancial concordância ítalo-germânica acerca do embate ibérico.” Acerca do entendimento entre os dois países, o representante do *Reich*, discursando em Roma, afirmaria que “a amizade ítalo-germânica é mais que uma cooperação diplomática, pois que mais fortes e profundos se revelam os liames entre os dois povos. Na base da sua colaboração residem ideais idênticos e idênticos inimigos.”<sup>73</sup>

A Itália ocupava, por esta altura, uma posição bastante relevante no plano internacional. Tinha promovido uma reaproximação à Áustria e à Hungria e assinado, em Março de 1937, um acordo com a Jugoslávia, tornada claramente pró-fascista sob o regime de Stojadinovic.<sup>74</sup> O reatamento dos laços com a Áustria e a Hungria suscitaria, inclusivé, algumas reacções por parte da imprensa política europeia, aludindo-se à “eclosão de uma vasta coligação de forças políticas, espécie de quádrupla aliança ítalo-germana-austro-hungária”, na qual se vislumbraria “uma recôndita intenção de próxima restauração habsbourguiana”, prontamente desmentida pela Itália, que negava a intervenção nas questões internas austríacas, ao mesmo tempo que salientava “o veemente e repetido empenho de salvaguardar da nocividade de quaisquer manejos dissidentes, a integridade e eficiência do actual entendimento ítalo-germânico, o eixo...”<sup>75</sup>

O *gentlemen's agreement* celebrado com a Grã-Bretanha poderia ainda assegurar a Mussolini uma certa margem de manobra perante o *Führer*. Contudo, os meios diplomáticos não vislumbravam no acordo celebrado com a Inglaterra um meio capaz

---

<sup>72</sup> Augusto de Castro, Direcção Geral dos Negócios Políticos e Económicos, nº7, 17/1/1937, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 11, Maço 353.

<sup>73</sup> Ofício nº 21 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 21/1/1937, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 11, Maço 353.

<sup>74</sup> Primeiro-ministro da Jugoslávia desde 1935, Milan Stojadinovic, consciente da ameaça fascista, procurou ao longo do seu mandato promover uma política de entendimento com a Itália.

<sup>75</sup> Ofício nº 61 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 3/3/1937, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 11, Maço 353.

de afastar o *Duce* da sua política de controlo da bacia mediterrânica. Augusto de Castro revelava, num ofício enviado a Salazar, uma conversa com o chefe do Governo italiano na qual, falando do Mediterrâneo, que ele nunca tinha deixado de considerar um “mar latino”, o chefe fascista lhe dizia que “para fazer face ao equilíbrio perante o domínio inglês, é preciso que o Mediterrâneo pertença a uma ou a três potências, nunca a duas”. O diplomata afirmava que essa política mediterrânea, tornada essencial depois da conquista da Abissínia, “é nitidamente anti-inglesa”, e que acabaria por originar um conflito “sobre o qual a Itália joga, parecendo provocá-lo, quando na realidade, mais de que ninguém, o teme.” Portanto, a Itália estaria limitada perante a pressão alemã na Europa central e a pressão britânica do Mediterrâneo, ao qual pretendia impor a sua primazia, “apoiando-se na Alemanha contra a Grande-Bretanha [sic], na sua política de intimidação”, acrescentando que “o chamado «eixo Roma-Berlim», está sendo considerado pela Grande-Bretanha [sic] como um acto hostil e determinando, pelo efeito da reacção anti-italiana um esfriamento progressivo das relações anglo-alemãs que contraria evidentemente Hitler, que conhece, de resto, o carácter precário do apoio italiano.”<sup>76</sup> Já Veiga Simões declarava que “a Itália, com a sua política ante a Inglaterra, atingira apenas, e escassamente, o gentlemen’s agreement de Dezembro, a que a Inglaterra tirara significado, precisando logo que ele não implicava o reconhecimento do império etíope.”<sup>77</sup>

Depois das sucessivas viagens dos representantes do *Reich* a Itália, era o *Duce*, em Setembro, que se deslocava à Alemanha em visita oficial. A viagem permitiu a Mussolini assimilar o poderio militar e industrial do *Reich*. Era importante impressionar o chefe do Governo italiano e envolvê-lo na grandeza da nova Alemanha. Discursando para a multidão presente no Campo de Maio, em Berlim, Mussolini afirmaria, perante o arrebatamento do *Führer*, que “quando um fascista tem um amigo, marchará com este amigo até à morte.”<sup>78</sup> Durante as conversas com o chanceler alemão, teria sido confirmada “a afirmação solene do bloco ítalo-germânico perante a ameaça comunista, com duplo carácter defensivo e ofensivo; e a proclamação, em cujo teor a percentagem de astúcia político-diplomática é considerável..., da elasticidade pacifista da nova e potente conjunção política, rubricada de eixo Roma-Berlim”, à qual se teria

---

<sup>76</sup> Augusto de Castro, Direcção Geral dos Negócios Políticos e Económicos, nº 27, 5/3/1937, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 11, Maço 353.

<sup>77</sup> Ofício nº 144 de Veiga Simões a Salazar, confidencial, Berlim, 6/3/1937, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 11, Maço 353.

<sup>78</sup> OLIVEIRA, César – *O.c.*, p. 48.

acrescentado a “solidária concordância de movimentos”. Alvo de debate entre os dois ditadores seria também “a colisão espanhola e a cooperação económica entre os dois países.” Relativamente à primeira, a Alemanha encarava “a resistência hispânico-nacionalista como útil peça de enfraquecimento e barragem à cominação bolchevique em suas fronteiras de leste”. A Itália encarava o conflito espanhol, como já havia ficado patente, “empenhando vidas” e revestindo a sua acção “duma preponderante galhardia idealista.” O tema militar também seria abordado, do qual se teria “cautelosamente arredado o vocábulo aliança”, o mesmo sucedendo na esfera política. O *Führer* e o seu interlocutor chegariam ainda a acordo em matéria de política internacional, concertando “desenvolver a sua acção diplomática, no menosprezo ou ignorância do organismo genebrino, e não cortar as pontes com Londres.”<sup>79</sup>

Nas semanas que se seguem à viagem da comitiva italiana à Alemanha, Mussolini e Ciano tomariam uma série de decisões claramente influenciadas pela sua visita ao Estado germânico. O *Duce* mostrava-se mais receptivo aos avanços de Hitler e é neste contexto que alimenta os projectos mais delirantes: “guerra preventiva contra a URSS, pedido de retrocessão à Alemanha dos territórios africanos que lhe tinham sido retirados pelo Tratado de Versalhes, projecto de bombardeamento de surpresa da frota inglesa no Mediterrâneo, constituição de depósitos de armas na fronteira ítalo-francesa, etc.”<sup>80</sup> É perante este assomo germanófilo que o chefe do Governo italiano decide destituir o embaixador em Paris, faz a Itália aderir ao pacto Anti-Komintern e reconhece a soberania japonesa sobre a Manchúria. A 11 de Dezembro, retira definitivamente a Itália da Sociedade das Nações.

---

<sup>79</sup> Ofício nº 253 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 2/10/1937, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 11, Maço 353; reticências no original.

<sup>80</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 609.

## 6. O *Anschluss*

Em ofício enviado por Veiga Simões a Salazar, em que versava sobre os rumos da política externa alemã, o diplomata português afirmava que, relativamente às ambições alemãs na Áustria, aquando da visita do marechal Goering a Roma no início de 1937, este teria informado Mussolini de que a “Alemanha acedia a auxiliar, um pouco mais discretamente que a Itália, a reintegração da Espanha no nacionalismo e a dissolução das veleidades comunistas que rondavam ao redor de Valência e Barcelona. Fazendo-o, com cautelas que não agastassem o seu exército, cioso de individualismo e de triunfos próprios”, conseqüentemente, “forçava a Itália a uma compensação: a renúncia à tutela da Áustria, e a lá entronizar um Habsburgo ligado à casa de Saboya [sic], que fosse um segundo obediente e serviçal do imperialismo italiano.” Assim, “em troca do auxílio à construção de um sistema político espanhol afim do italiano, que só momentaneamente interessava à Alemanha, o Terceiro Reich poderia enfim definir a sua política de expansão até à foz do Danúbio.” Portanto, a acção alemã em Espanha “tinha assim por contrapartida o assentimento italiano ao programa expansionista do Terceiro Reich, dando-lhe no entanto a forma de respeito das soberanias existentes no que respeita à Áustria, à Ungria [sic], e à Roménia.”<sup>81</sup>

Durante as conversações que o *Duce* mantivera com os representantes do regime nazi, a questão austríaca teria sido cuidadosamente evitada. Hitler tinha consciência das susceptibilidades que o assunto poderia levantar nas relações entre as duas ditaduras, e, portanto, pretendia, gradualmente, convencer o seu homólogo italiano da necessidade da eliminação da Áustria. O *Duce* mostrava, por seu lado, uma maior abertura às pretensões germânicas e estava consciente de que não poderia continuar, por muito mais tempo, a opor-se ao *Führer* numa questão tão relevante quanto a unificação da Áustria ao *Reich*. Por conseguinte, ao mesmo tempo que se declarava defensor da independência do estado danubiano, Mussolini iria ceder progressivamente, admitindo, no momento da assinatura do pacto Anti-Komintern, a legitimidade das ambições alemãs, considerando a Áustria um país germânico e reconhecendo a impossibilidade da Itália manter indeterminadamente a sua influência sobre aquele país. Pretendia, unicamente, tomar conhecimento prévio dos procedimentos de Berlim.

---

<sup>81</sup> Ofício nº 242 de Veiga Simões a Salazar, confidencial, Berlim, 5/5/1937, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 11, Maço 353.

No momento em que Mussolini aderira ao Pacto Tripartido<sup>82</sup>, o *Führer* reunia-se com os principais dirigentes da política nazi na chancelaria onde lhes daria a conhecer os seus planos de anexação da Áustria. Seria nesse momento que o chefe do Governo alemão estipularia o calendário da futura expansão para a conquista do *Lebensraum*.<sup>83</sup> O *Duce* não era informado destas iniciativas. Nas primeiras semanas de 1938, Hitler procedia à destituição dos elementos que considerava impedirem as suas ambições expansionistas. Blomberg e Fritsch são afastados do Exército, deixando ao *Führer* o controlo do ministério da Guerra e a chefia da *Wehrmacht*. No ministério dos Negócios Estrangeiros, von Neurath é substituído por Ribbentrop. Como indica Milza, em Itália, “Ciano manifestava o seu profundo contentamento perante a «marcha para a nazificação integral», considerando que ela encontrava «a sua justificação mais sólida na identidade dos dois regimes».”<sup>84</sup> Por seu lado, o *Duce* mostrava satisfação por ver o seu homólogo alemão no comando supremo das forças armadas, facto que o chanceler interpretaria como um incentivo à sua política expansionista.

O reforço dos laços com a Itália e a divisão das zonas de influência, na qual os dois ditadores tinham chegado a acordo, convenciam o *Führer* que, do lado do Brenner, nada havia a recear. Em relação às potências ocidentais, o Governo francês, pouco seguro, não parecia capaz de promover uma acção conciliadora com Londres, colocando por terra uma intervenção diplomática contra a ameaça ao *status quo* territorial da Europa central. Anthony Eden, secretário dos Negócios Estrangeiros inglês e um dos principais opositores às potências do Eixo, seria, no momento em que se preparava o golpe de força na Áustria, substituído pelo Lord Halifax, partidário da política de apaziguamento, no *Foreign Office*. Perante tais circunstâncias, o *Führer* podia colocar o seu plano em prática sem incorrer em demasiados riscos.<sup>85</sup>

Em Fevereiro de 1938, Hitler reunia-se com o chanceler austríaco, Schuschnigg, acabando por lhe lançar um ultimato. O *Führer* exigia a libertação dos prisioneiros nazis, a total liberdade de movimentos para as organizações pró-hitlerianas e a nomeação de um nacional-socialista para o ministério do Interior. Schuschnigg via-se obrigado a aceitar todas as condições, consciente do golpe de força que se preparava.

Ignorando Mussolini, que tinha aconselhado Schuschnigg a não organizar um referendo sobre a independência austríaca sob pena de causar o ultimato nazi, o

---

<sup>82</sup> Pacto nipo-germânico anticomunista.

<sup>83</sup> MILZA, Pierre (1998), p. 196.

<sup>84</sup> Ciano, cit. in MILZA, Pierre (2001), p. 609.

<sup>85</sup> MILZA, Pierre (1998), p. 197.

chanceler austríaco marcaria o plebiscito para 13 de Março, para demonstrar que o país estava contra o *Anschluss*.<sup>86</sup> Surpreendido com a decisão e incerto de que o resultado do plebiscito fosse favorável à Alemanha, Hitler decide avançar.<sup>87</sup>

O avanço das tropas alemãs para a fronteira austríaca tomou Mussolini de surpresa. Avisado pelo *Führer* no último instante, era notório que o chanceler alemão tinha ignorado o compromisso celebrado com o seu homólogo italiano de uma acção conjunta, e estava colocada de parte qualquer tipo de compensação à Itália conforme o *Duce* tinha almejado. Perante o que acabava de assistir, o chefe do Governo italiano não podia deixar de recear pelo Alto-Ádige<sup>88</sup>, uma vez que os motivos invocados por Hitler para avançar legitimavam “antecipadamente futuras intervenções nos Estados onde existiam minorias germanófonas.”<sup>89</sup>

Prevenindo uma situação semelhante à mobilização das forças italianas em 1934, Hitler prontificar-se-ia a apaziguar Mussolini garantindo-lhe a intangibilidade da fronteira do Brenner. Ao *Duce* não restava outra hipótese senão aceitar o *Anschluss*, colocando, assim, a sua política balcânico-danubiana num plano secundário. Com a anexação da Áustria, a Alemanha “assumia o controlo da bacia danubiana e das vias de comunicação que escoavam para oeste o petróleo romeno, os cereais da Hungria, os minerais e as madeiras da Jugoslávia.”<sup>90</sup> Assim, Berlim iria atrair para si, em detrimento de Roma, a influência sobre a Hungria e a Bulgária, que passariam a recorrer à Alemanha para realçar as suas ambições revisionistas. Além do mais, Mussolini sabia que não podia levar a cabo a realização do seu império mediterrânico e africano sem a oposição da Inglaterra e da França e que, na eventualidade de uma guerra para estabelecer a sua primazia em detrimento das duas potências ocidentais, necessitaria do apoio alemão.

Enquanto a *Wehrmacht* se preparava para invadir a Áustria, os nazis austríacos pressionavam o governo de Viena para a demissão de Schuschnigg e para a renúncia ao referendo sobre a independência do país. Por esta altura, os pedidos de auxílio do

---

<sup>86</sup> Confrontar, por exemplo, telegrama de Veiga Simões a Salazar, 13/3/1938, in A.N.T.T., AOS/CO/NE-2G1, pasta 12, pp. 182 e 183.

<sup>87</sup> MILZA, Pierre (1998), p. 197.

<sup>88</sup> Região fronteiriça do Tirol do Sul, situada no território entre a Itália e a Áustria, habitada por uma minoria de língua alemã. Havia sido concedida à Itália aquando do desmembramento da Áustria-Hungria a partir de 1918.

<sup>89</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 610.

<sup>90</sup> *Idem, Ibidem.*

chanceler austríaco aos países da fragmentada “Frente de Stresa” eram inúteis<sup>91</sup>, e a 12 e 13 de Março, as tropas do *Reich* invadem a Áustria sem encontrar qualquer tipo de resistência. Hitler proclama a criação da *Ostmark* como parte integrante da Alemanha e, um mês mais tarde, os austríacos ratificam a anexação do país pelo *Reich*.<sup>92</sup>

A reacção das democracias ocidentais ao *Anschluss* foi praticamente inexistente. A França e a Grã-Bretanha tinham adoptado uma atitude complacente e limitar-se-iam a condenar a anexação da Áustria, frisando que não possuíam qualquer tipo de obrigação para com o país.

Em Itália, a apatia revelada por Mussolini não deixou de criar algum desconforto na opinião pública originando, inclusivé, manifestações anti-alemãs no seio do corpo estudantil. O monarca Vítor Emanuel III manifestou o seu descontentamento pelo abandono da Áustria às ambições expansionistas do *Führer*, descontentamento expressado também pelas fileiras do próprio Partido Nacional Fascista.

Perante a contestação generalizada, Mussolini fazia votar a 12 de Março, pelo Grande Conselho, uma ordem na qual era aprovada a atitude do Governo italiano, afirmando que o *Anschluss* correspondia à vontade do povo austríaco.<sup>93</sup>

Apesar de demonstrar publicamente uma certa condescendência perante as acções do *Reich*, Mussolini sentia-se fortemente exasperado relativamente às justificações que o chanceler alemão tinha dado para a anexação do estado danubiano. O *Duce* admitia, inclusivamente, juntar-se às democracias ocidentais numa guerra contra a Alemanha caso o *Führer* pusesse causa a fronteira do Brenner. Esta foi a razão pela qual ele planeou uma última tentativa de aproximação às potências ocidentais. Em Abril de 1938, seriam assinados, com a Grã-Bretanha, os Acordos de Páscoa para a resolução do litígio ítalo-britânico no Mediterrâneo e das tensões na África oriental e no Próximo Oriente. Relativamente à França, eram retomadas as negociações através do embaixador francês em Roma.

---

<sup>91</sup> Confrontar, por exemplo, Telegrama de Veiga Simões ou de Augusto de Castro a Salazar, 12/3/1938, in A.N.T.T., AOS/CO/NE-2G1, pasta 12, pp.173 e 208 respectivamente.

<sup>92</sup> MILZA, Pierre (1998), p. 198.

<sup>93</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 611.



## 7. A Conferência de Munique

Nos finais de Abril de 1938, as preocupações fronteiriças respeitantes ao Brenner reanimavam-se na sequência da agitação conduzida pela população de língua alemã do Alto-Ádige. São estas as circunstâncias que levariam o ministro dos Negócios Estrangeiros italiano a sugerir a Ribbentrop a assinatura de um pacto com vista ao respeito mútuo das fronteiras. A iniciativa de Ciano e as preocupações dos dirigentes fascistas acabariam, contudo, por ser relegadas para segundo plano no momento da visita de Hilter a Itália, no início de Maio.

Esta visita serviria para os dois ditadores validarem definitivamente a aliança de facto entre os dois países e permitiria ao *Führer* tomar conhecimento da capacidade das forças armadas italianas, que não seria tão imponente quanto as paradas o faziam crer. Para tranquilizar o seu homólogo, Hitler iria oferecer, durante as declarações oficiais no Palácio Veneza, uma vez mais, a garantia da intangibilidade da fronteira do Brenner.

No seguimento da visita do *Führer* a Itália, a pressão da diplomacia alemã sobre Mussolini acentuava-se. Os representantes nazis pretendiam a formalização da aliança, que prometiam não invocar em caso de conflito relacionado com a questão dos Sudetas.<sup>94</sup> Fascinado pelo poderio alemão, o *Duce* via a sua vontade de aceder aos avanços do *Führer* contida por Ciano. De facto, o ministro começara a perceber o perigo que uma aliança com o *Führer* poderia comportar e dedicava-se a reter o *Duce* numa decisão que poderia terminar na guerra. Influenciado por Ciano, Mussolini resistia à assinatura do pacto militar, pacto que, apesar da evidente aproximação entre as duas ditaduras, seria, como explica De Felice, grandemente impopular junto do povo italiano. Impopularidade esta, “vigorosamente apontada por Italo Balbo, para quem o povo é totalmente indiferente às verdadeiras ou presumidas afinidades ideológicas entre o nacional-socialismo e o fascismo.”<sup>95</sup>

As hesitações de Mussolini perante uma aliança com o *Reich* não o impediam, no entanto, de apoiar abertamente as reivindicações alemãs nos Sudetas. A partir de

---

<sup>94</sup> Região habitada maioritariamente por uma população de língua alemã, situada na região fronteiriça da Checoslováquia. Funcionaria como pretexto para a ocupação daquele país por parte do *Reich*. As reivindicações alemãs sobre aquela zona, apoiadas no partido pró-fascista local, acabariam por resultar numa crise envolvendo as potências ocidentais e a URSS, resultante do jogo de alianças francês. A questão seria resolvida a favor de Hitler depois do recuo das democracias em Munique. (DUROSELLE, Jean-Baptiste – *O.c.*, p. 244).

<sup>95</sup> FELICE, Renzo de – *O.c.*, p. 120.

Setembro, a crise entrava numa fase aguda e o *Duce* intensificava a sua acção junto da opinião pública, apoiando as medidas do *Führer* e garantindo que a Itália estava pronta para entrar em guerra ao lado da Alemanha.

Mussolini desejava que Hitler resolvesse a questão dos Sudetas a favor da Alemanha. Isto permitir-lhe-ia colocar de novo em causa o *status quo* estabelecido pelos tratados e retomar a política revisionista que acalentava desde a sua subida ao poder. Consciente da debilidade e da falta de preparação que a Itália apresentava no momento, o chefe do Governo italiano pretendia que a Alemanha atingisse os seus objectivos sem ter de recorrer à força. Essa debilidade não lhe permitia assinar uma aliança formal com o *Reich*, mas o *Duce* não deixava de proferir discursos agressivos como forma de pressionar as democracias ocidentais a aceitarem as suas exigências.<sup>96</sup>

Era perante este ambiente de tensão que o Governo de Praga decretava a mobilização geral. A Grã-Bretanha colocava a sua frota em estado de alerta e a França, a Itália, a Alemanha e a URSS convocavam os soldados na reserva. Num momento decisivo, o primeiro-ministro britânico, Neville Chamberlain, apontava para a realização de uma conferência internacional. Mussolini, que poderia ter sido vítima dos seus próprios discursos belicistas e não pretendia ver o seu país arrastado para uma guerra para a qual não estava preparado, auto-propôs-se a desempenhar o papel de mediador. Fez chegar ao *Führer* uma proposta para a realização de uma conferência a quatro com vista à resolução da crise checoslovaca.<sup>97</sup>

A 29 de Setembro, os dois ditadores reuniam-se com os chefes dos governos britânico e francês, Chamberlain e Daladier respectivamente, em Munique. A crise internacional que se desencadeia leva Mussolini, segundo a interpretação de De Felice, “à ribalta no seu papel de «moderador» do extremismo nacional-socialista.”<sup>98</sup> Na verdade, o seu envolvimento com Berlim não permitia ao *Duce* outra coisa senão o apoio às reivindicações de Hitler. A reunião acabaria com o triunfo da diplomacia nazi e a cedência das democracias em todas as frentes.

Do acordo saído da Conferência de Munique, a Alemanha obtém tudo aquilo que o *Führer* exigira em Godesberg a Chamberlain (anexação pela Alemanha dos territórios que tivessem pelo menos 50% de população de língua alemã; e a aceitação das reivindicações húngaras sobre a Eslováquia meridional e das reivindicações da Polónia

---

<sup>96</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste – *O.c.*, p. 255.

<sup>97</sup> MILZA, Pierre (1998), p. 203.

<sup>98</sup> FELICE, Renzo de – *O.c.*, p. 121.

sobre Teschen) sem recorrer a qualquer tipo de violência. O *Führer* obtém um território povoado por 2,8 milhões de germanófonos e com inúmeras empresas industriais e, em troca, a Checoslováquia recebia a promessa de garantia das suas novas fronteiras.

O acordo assinado a 30 de Setembro representaria apenas a protelação do desmembramento da Checoslováquia. A Polónia ocuparia a zona de Teschen e a Hungria apropriava-se do sul da Eslováquia. A União Soviética revela o seu descontentamento por se ver afastada da resolução da crise e suspeita que os ocidentais tenham induzido Hitler para Leste a fim de garantirem a sua segurança. O *Führer* sairia reforçado da reunião com as potências ocidentais face à debilidade patenteada pelos chefes dos Governos francês e inglês no momento das negociações. O recuo das democracias convenceria o chanceler alemão de “que a última palavra será sempre sua.”<sup>99</sup>

---

<sup>99</sup> MILZA, Pierre (1998), p. 204.

## 8. As ambições italianas

Mussolini sairia de Munique com o prestígio renovado e, no seu regresso a Itália, seria aclamado pelo povo como o salvador da paz. A reunião a quatro tinha confirmado a Itália como aliada de facto da Alemanha, mas a mediação do *Duce* tinha, pretensamente, permitido salvar a Europa e as próprias democracias encaravam o chefe do Governo italiano com um respeito renovado. É neste contexto que o Governo francês decide reanimar as relações diplomáticas com a Itália, reconhecendo a anexação da Etiópia de 1936. A Grã-Bretanha decide fazer vigorar os Acordos de Páscoa, considerando a retirada de uma parte do corpo expedicionário italiano de Espanha como um sinal de boa vontade por parte de Mussolini.<sup>100</sup> O clima favorável à diplomacia italiana representa uma boa oportunidade para o *Duce* ver satisfeitas as suas reivindicações, voltando-se para o lado da sua vizinha ocidental (que vira o fracasso de Munique retirar-lhe toda a credibilidade junto dos seus aliados da Europa central e oriental) para o conseguir.

Os primeiros contactos com o embaixador francês, François-Poncet, revelaram-se, como nos indica Milza, bastante positivos. Todavia, qualquer tentativa de entendimento seria gorada face às manifestações anti-francesas, protagonizadas na presença do diplomata francês, pelos “membros da Câmara dos Fachos e das Corporações aos gritos de «Tunísia! Córsega! Djibuti!»». Ao que se acrescentaram, vindos de vários bancos, os de «Nice! Sabóia!»”.<sup>101</sup> O responsável pelo *Quai d’Orsay*, Georges Bonnet, encararia estes acontecimentos como uma afronta à França, mostrando-se intransigente perante as ambições italianas, evidenciando-o a Ciano quando este o recebeu no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a 2 de Dezembro de 1938.

Face ao papel que tinha desempenhado em Munique, o *Duce* pretendia obter do país vizinho a revisão de alguns pontos. No que dizia respeito ao Suez, Mussolini limitar-se-ia a reivindicar a redução das tarifas comerciais. Quanto a Djibuti, exigia o estabelecimento de um condomínio franco-italiano, bem como o controlo total sobre os caminhos-de-ferro. Finalmente, no que dizia respeito à Tunísia, em relação à qual Ciano tinha defendido perante Georges Bonnet a necessidade de revisão dos acordos de 1935,

---

<sup>100</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 616.

<sup>101</sup> *Idem, Ibidem.*

exigia-se a instituição de uma propriedade conjunta que permitisse o desenvolvimento da colonização italiana e a conservação da nacionalidade dos italianos presentes no território.<sup>102</sup>

Tais eram os requisitos que o chefe do Governo italiano pretendia apresentar aos dirigentes franceses. Contudo, os acontecimentos que se tinham registado em Montecitorio<sup>103</sup> com o diplomata François-Poncet, tornavam pouco provável a aprovação francesa, como, de facto, se iria perceber pelo extremar da posição do Governo gaulês. Quanto à Grã-Bretanha, a visita de Chamberlain a Roma, em Janeiro, não resultaria em nada de concreto, reforçando apenas o menosprezo de Mussolini pelos líderes das democracias.

A 5 de Fevereiro de 1939, Mussolini apresentava aos membros do Grande Conselho Fascista o programa orientador da política externa que permitiria conceber o futuro da Itália fascista. Assim, as ambições italianas não passariam pelo continente, à excepção da Albânia, espelhando, deste modo, a ruptura com os objectivos revisionistas da política fascista até 1936, nomeadamente na região balcânico-danubiana e no litoral adriático. Mussolini assumia, portanto, a predominância do *Reich* na região.

Reforçaria ainda a importância do Mediterrâneo para a Itália, encarando-o contudo como “uma «prisão», cujas «grades» são a Córsega, a Tunísia, Malta e Chipre. Estas grades devem ser quebradas.” Por último, destacava a importância do livre acesso aos oceanos para qualquer Estado independente, o que tornava essencial assumir posições nas saídas do Atlântico e do Índico.<sup>104</sup>

A intervenção na Albânia e o contencioso franco-italiano representavam dois dos pontos do programa que, segundo o *Duce*, poderiam ser resolvidos rapidamente, uma vez que a vizinha ocidental apresentava-se claramente como uma potência decadente que poderia ser forçada a negociar a cedência de certas possessões mediterrânicas. Pelo contrário, um eventual conflito com a Grã-Bretanha pelo livre acesso aos oceanos estava, de momento, fora de questão. Portanto, Mussolini não considerava, nesse instante, uma guerra do Eixo contra as forças conjuntas da França e da Grã-Bretanha como fazendo parte do futuro próximo da Europa.

---

<sup>102</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *Ciano's diary*. Londres: William Heinemann Ltd, 1947, p.8.

<sup>103</sup> Sede da Câmara de Deputados.

<sup>104</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 619.

## 9. O Pacto de Aço

Durante as negociações com a França, Mussolini não conseguira obter a satisfação para as suas ambições no Mediterrâneo e em África. Posto isto, o *Duce* procuraria uma compensação que lhe desse a certeza de que não tinha perdido a iniciativa e de que não se transformara num simples instrumento da diplomacia alemã.

O ministro das Relações Exteriores nazi, von Ribbentrop, depois de tomar conhecimento das reivindicações italianas perante a França, informava que a Alemanha não tinha qualquer intenção em apoiá-las. Por esta razão, o *Duce* decidiria, juntamente com Ciano, transformar o semiprotectorado exercido na Albânia numa conquista efectiva do país.

A 15 de Março, depois de um encontro entre Hitler e Hacha, que tinha sucedido a Benès como Presidente da República checoslovaca, as tropas alemãs ocupavam a Boémia, instituindo o Protectorado da Boémia e Morávia. O *Führer* só avisaria Mussolini depois do facto consumado e justificaria, segundo Ciano, a sua acção pela recusa dos checos em desmobilizarem “their military forces; because they were continuing to keep their contacts with Russia, and because they mistreated Germans.” No seu diário, o chefe da política externa italiana escrevia que “the Axis functions only in favour of one of the its parts, which tends to preponderate, and acts entirely on its own initiative with little regard for us.” O ministro dos Negócios Estrangeiros interrogava-se sobre o peso que poderia ser dado às promessas de Hitler, nomeadamente no que dizia respeito à Itália, concluindo que “it is useless to deny that all this worries and humiliates the Italian people. It is necessary to give them satisfaction and compensation: Albania.”<sup>105</sup>

O desmembramento da Checoslováquia e a ocupação de Praga pelas tropas nazis proporcionam-lhe a ocasião esperada. Ciano estava convencido de que a anexação da Albânia levantaria a moral do país e constituiria uma possibilidade de redefinir a posição italiana em relação ao *Reich*, cuja hegemonia começava a revelar-se preocupante.

A 7 de Abril de 1939, o governo de Roma enviava um ultimato ao rei Zog I da Albânia, acusando-o de não se preocupar minimamente com os interesses económicos

---

<sup>105</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, pp. 44 e 45.

italianos. Tal resolução era apenas o pretexto que permitiria legitimar o golpe de força. As tropas italianas invadem no mesmo dia o território albanês encontrando uma resistência quase nula. Com a fuga do monarca albanês para a Grécia, a Albânia era declarada, a 8 de Abril, protectorado italiano.

O golpe de força na Albânia significava, segundo as declarações de Dino Grandi na carta de congratulação enviada a Mussolini, a imobilização da Jugoslávia e ameaça da posição britânica “with the loss in advance of its naval bases, and our complete domination of the Eastern Mediterranean.”<sup>106</sup>

Alguns dias após a conquista, uma assembleia de notáveis oferece a coroa da Albânia ao rei Vítor Emanuel III e a 16 de Abril a união ítalo-albanesa é proclamada. Esta iniciativa acontecia depois de Mussolini e Ciano terem acordado o plano para a união dos dois países. Ao concederem a coroa albanesa ao rei de Itália, garantiam a posse da Albânia, escamoteando o facto de ela ter ocorrido por um golpe de força. Deste modo, evitar-se-iam os protestos das potências estrangeiras, nomeadamente da Grã-Bretanha, com a qual a tensão parecia estar a diminuir.<sup>107</sup>

O êxito da campanha albanesa e a atitude complacente do *Führer* perante o acontecimento marcariam “um verdadeiro ponto de não-retorno na evolução da política estrangeira fascista.”<sup>108</sup> O golpe de força na Albânia tinha convencido as potências ocidentais de que a Itália estava definitivamente do lado da Alemanha. Assim, Mussolini nada mais teria a ganhar adiando a aliança com o *Reich*, principalmente depois das garantias dadas à Grécia e à Roménia pelas democracias ocidentais, e do acordo assinado entre a Grã-Bretanha e a Turquia na sequência do golpe na Albânia. Circunstâncias que o *Duce* acabaria por considerar como uma tentativa de cerco pelas potências ocidentais.<sup>109</sup>

Contudo, até aquela data, Mussolini tinha-se mostrado receoso em formalizar a aliança militar com o seu homólogo alemão. Por um lado, a aliança com a Alemanha “surge como um movimento natural, alicerçado em evidentes pontos comuns políticos e ideológicos.” Depois da Conferência de Munique, Mussolini reforça a convicção de que “só a aliança com a nova Alemanha lhe pode dar a almejada grandeza no

---

<sup>106</sup> Grandi, cit. in KNOX, MacGregor – *Mussolini unleashed, 1939-1941: politics and strategy in fascist Italy's last war*. Londres: Cambridge University Press, 1982, p. 41.

<sup>107</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 67.

<sup>108</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 621.

<sup>109</sup> WHITTAM, John – *Fascist Italy*. Manchester: Manchester University Press, 1995, p.119.

Mediterrâneo.”<sup>110</sup> Por outro lado, ele receava arrastar a Itália para uma guerra que não poderia travar, e tinha de ter em consideração as dúvidas que a aliança com o *Reich* ainda suscitavam no seio da opinião pública e, inclusivé, da hierarquia fascista.

Assim, durante os meses que antecederam a assinatura do Pacto de Aço, Mussolini mostrava-se, ora convicto de marchar ao lado do *Führer*, ora encarando uma aproximação às democracias. A 1 de Janeiro de 1939, comunicava a Ciano a intenção de aceitar a proposta de Ribbentrop para a assinatura de um tratado de aliança, o que não o impediria, alguns dias mais tarde, de receber os representantes britânicos em Roma, os quais estavam dispostos a reatar a amizade com a Itália. Em Fevereiro, era o representante francês, Baudouin, que se deslocava à capital italiana onde discutiria com Ciano eventuais concessões do governo francês. A saber, uma zona livre em Djibuti, a remissão dos caminhos-de-ferro em território etíope, a participação na administração do Suez e a conservação do estatuto dos italianos na Tunísia.<sup>111</sup> Porém, as entrevistas acabariam por chegar ao conhecimento público, obrigando Daladier a suspender as negociações.

O desmembramento da Checoslováquia e a anexação da Boémia e da Morávia pelo *Reich* seriam encarados em Itália com grande descontentamento. Alguns dias após a ocupação de Praga, Ciano desabafava: “The events of the last few days have reversed my opinion of the Führer and of Germany; he, too, is unfaithful and treacherous and we cannot collaborate with him. I have also worked today with the Duce for an understanding with the Western Powers.”<sup>112</sup>

Ciano constituía, doravante, o principal travão à assinatura de uma aliança que considerava perigosa e contra a vontade de grande parte do povo italiano. O genro de Mussolini não era, aliás, o único com reticências em relação à aliança com o *Führer*. No seio do Grande Conselho, bem como nas elites fascistas, a desconfiança em relação ao *Reich* era evidente.

O chefe do Governo achava-se, portanto, isolado na sua convicção, com a excepção da ala intransigente do Partido reunida à volta de Farinacci, defensora da aliança alemã. Apesar de todas as dúvidas que o pacto com a Alemanha suscitava, o *Duce* acabaria por avançar em direcção ao compromisso com o seu homólogo alemão. Mussolini preferia ter o *Führer* do seu lado, receando as consequências que poderiam

---

<sup>110</sup> TELO, António José – *Portugal na segunda guerra*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1987, p. 17.

<sup>111</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, pp. 2, 11 e 21.

<sup>112</sup> *Idem*, p. 51.



advir de o ter contra si. A aproximação à Alemanha acabaria por ser o resultado do receio em deixar o país completamente isolado na Europa, mais do que o desejo de obter eventuais compensações fruto da aliança com o *Führer*.<sup>113</sup>

Por fim, Ciano era incumbido pelo *Duce* de dar início a conversações preliminares com os alemães com vista à assinatura da aliança militar com o *Reich*. Estas conversações serviriam para dar a conhecer aos alemães o ponto de vista italiano. Roma estaria determinada em assinar uma aliança com o *Reich* na condição de a guerra não se iniciar antes de 1943. Este período de “paz preliminar devia permitir à Itália terminar a pacificação da Etiópia e da Albânia, construir seis couraçados, mandar regressar de França o milhão de italianos que tinham emigrado para este país, deslocar a indústria da planície do Pó para o Sul e, por fim, organizar a Exposição Universal de Roma, prevista para 1942 e que devia, ao mesmo tempo, dar um impulso à economia italiana e levar ao seu auge o prestígio do regime, fazendo o balanço do *ventennio* fascista.”<sup>114</sup>

A 6 de Maio, Ribbentrop encontrava-se com Ciano em Milão. O ministro das Relações Exteriores alemão tomava nota dos pedidos italianos e informava o seu interlocutor que o *Führer* estava decidido a não declarar guerra até 1942. Ressalvava, contudo, a necessidade da questão de Danzig<sup>115</sup> ser resolvida.

Depois de ser telefonicamente informado por Ciano sobre a evolução das negociações, Mussolini, induzido pela raiva provocada pela imprensa estrangeira, que noticiara violentas manifestações anti-alemãs em Milão, ordenava o seu ministro que anunciasse publicamente a assinatura do pacto bilateral entre as duas ditaduras.<sup>116</sup> O *Duce* pretendia, deste modo, impressionar as democracias e pôr fim aos boatos que circulavam sobre a desintegração do Eixo.

O projecto de pacto seria esboçado de acordo com os desejos alemães e iria ter um carácter claramente belicoso. O artigo terceiro estipulava que, caso uma das partes se achasse envolvida “in warlike complications with another Power or Powers, the other

---

<sup>113</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 622.

<sup>114</sup> *Idem*, p. 623.

<sup>115</sup> Transformada em *cidade livre* pelo Tratado de Versalhes de 1919, desde 1934, aquando da assinatura do Pacto de Não-Agressão germano-polaco, até Outubro de 1938 que o problema não era levantado pelo regime nazi. Os dirigentes alemães propunham o regresso de Danzig à Alemanha e a construção de uma via-férrea e de uma estrada que ligassem o porto báltico ao *Reich*, o que colidiria, no entanto, na recusa polaca. Após o desmembramento de Checoslováquia, as reivindicações do *Reich* sobre Danzig tornar-se-iam cada vez mais firmes. Ao mesmo tempo que as forças navais alemãs manobravam ao largo da costa polaca, o coronel Beck recusava liminarmente as exigências nazis, preferindo lançar-se em guerra do que a aceitar a mudança do estatuto de Danzig. (DUROSELLE, Jean-Baptiste – *O.c.*, pp. 270 e 271).

<sup>116</sup> KNOX, MacGregor – *O.c.*, p. 41.

would immediately come to its assistance as an ally and support it with all its military forces on land, at sea and in the air.”<sup>117</sup> Tal ponto colocava definitivamente a Itália à mercê de uma guerra declarada pelo chanceler alemão. O único artigo com cunho italiano, a pedido do embaixador Attolico, dizia respeito à fronteira do Brenner, cuja intangibilidade o *Führer* iria efectivamente reconhecer.

A 22 de Maio de 1939, o Pacto de Aço é assinado em Berlim por Ribbentrop e Ciano. Mussolini acreditava que com a assinatura do tratado, o *Führer* seria obrigado a consultá-lo antes de empreender qualquer iniciativa, e portanto a Alemanha seria forçada a esperar que a Itália estivesse militarmente pronta para defrontar as democracias. Contudo, em nenhum ponto do pacto se estipulava que o *Reich* tivesse de esperar três anos para iniciar as hostilidades e, apesar do artigo segundo prever consultas em caso de ameaça para a paz, nenhuma cláusula fazia depender o estado de beligerância de um acordo entre as duas potências signatárias.<sup>118</sup>

Durante a reunião preliminar de 6 de Maio, quando Ciano dera a conhecer a Ribbentrop as condições italianas quanto às datas do empreendimento belicista, o ministro alemão teria a cautela de estabelecer uma distinção entre a guerra generalizada pelo continente europeu, perante a qual estaria de acordo com os pontos de vista de Ciano, e um confronto localizado com a Polónia a propósito da questão de Danzig. O mal-entendido manter-se-ia aquando da assinatura do pacto, acabando por incentivar a política de agressão alemã.

---

<sup>117</sup> WHITTAM, John – *O.c.*, p. 119.

<sup>118</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste – *O.c.*, p. 275.

## 10. Portugal nas vésperas do conflito

Considerando Portugal uma “potência atlântica”, presa “pela natureza à Espanha” e política e economicamente inclinada “sobre o mar e as colónias”, Salazar sustentava que “a linha tradicional da nossa política externa, coincidente com os verdadeiros interesses da Pátria portuguesa, está em não nos envolvermos, podendo ser, nas desordens europeias, em manter a amizade peninsular, em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico”, e, inclusivé, em salvaguardar “a aliança inglesa, que interesses comuns têm mantido através dos séculos sem sofrer as vicissitudes das ligações deste género.”<sup>119</sup> Ora, encarando a Guerra de Espanha como “o primeiro terreno de experiências” para a “obra de «redignificação» de Portugal no Mundo” reivindicada pelo regime, Manuel Loff entende não “ser uma coincidência o facto de, derrubada a República democrática em 1926 e afirmado o poder salazarista entre 1930 e 1933, não se terem produzido quaisquer declarações significativas sobre o posicionamento externo do país até 1935”<sup>120</sup>, ano da nota oficiosa acima citada.

O apoio salazarista aos revoltosos, “colocando o governo português ao lado das potências do futuro Eixo”, obrigaria “a diplomacia portuguesa a envolver-se em inéditas disputas com as ainda dominantes diplomacias inglesa e francesa”<sup>121</sup>, procurando escapar à dependência que se verificava desde há muito tempo face à Grã-Bretanha. Além do papel que a Guerra Civil Espanhola desempenharia no relacionamento luso-britânico, outros factores condicionariam a aliança secular ao longo dos anos trinta.

Um desses factores seria o clima de tensão na Europa provocado pela ascensão do *Reich* e pela sua política revisionista que acabariam por constituir um perigo para Lisboa face “aos efeitos que as reivindicações alemãs poderiam provocar juntos dos Britânicos, eventualmente disponíveis para apaziguar os Alemães com a promessa de territórios coloniais portugueses”.<sup>122</sup> Tal aconteceu, segundo António Telo, no início de 1937 com a proposta inglesa para a realização de uma conferência internacional “para examinar uma nova partilha de África”, em finais do mesmo ano, quando Halifax se desloca a Berlim e “apresenta de novo a Hitler a questão das colónias”, e de novo em

---

<sup>119</sup> SALAZAR, Oliveira (1937), p. 80 e 81.

<sup>120</sup> LOFF, Manuel – *O.c.*, pp. 225 e 226.

<sup>121</sup> *Idem*, p. 226.

<sup>122</sup> *Idem*, p. 229.

1938 quando a Inglaterra, no âmbito de um acordo geral com a Alemanha, “inclui Angola entre os territórios que podem ser cedidos”. O chanceler alemão não pretende, contudo, desistir das suas ambições na Europa “em troca de um império africano”, fazendo gorar o projecto.<sup>123</sup>

O apoio do regime salazarista a Franco acabaria por criar situações de tensão com a Inglaterra, que não estava interessada “na instalação de um regime pró-Eixo em Espanha”, repercutindo-se nas negociações para o rearmamento português, as quais Londres utilizaria como forma de pressão para o Governo português alterar a sua política relativamente a Espanha.<sup>124</sup> Salazar considera que não pode recuar no seu apoio a Franco, não só por razões ideológicas mas também pelo domínio nacionalista na fronteira portuguesa, além disso “se a Espanha republicana nunca constituíra qualquer ameaça para Portugal, uma República vencedora não veria com bons olhos o vizinho que fomentara e ajudara directamente os revoltosos.” Assim, não restava outra solução ao ditador português senão jogar entre o apoio aos nacionalistas e as pressões inglesas.<sup>125</sup>

Não podemos deixar de salientar a actuação portuguesa perante a questão da não-intervenção no conflito espanhol. A recusa em aderir ao *Acordo de Não-Intervenção*, arrastando a decisão ao longo do mês de Agosto de 1936, seria decisiva na consolidação militar do exército franquista e o seu desempenho no *Comité* de Londres favoreceria decisivamente a intervenção ítalo-alemã no apoio a Franco. Como indica Fernando Rosas, “enquanto as resistências e dilacões portuguesas permitem demorar ou torpedear qualquer acordo internacional”, os nazi-fascistas, “formalmente mais cordatos, têm tempo de armar e reforçar maciçamente os rebeldes” esvaziando de conteúdo “qualquer compromisso de não-intervenção.”<sup>126</sup> Contudo, apesar dos diferendos e considerando as “resistências colocadas por Salazar às iniciativas diplomáticas do Reino Unido”, Rosas defende que “nunca, em última análise, o Governo de Lisboa deixou de fazer o que os britânicos tinham por importante e procuravam impor no tocante aos aspectos internacionais da Guerra Civil.”<sup>127</sup>

No discurso proferido na Assembleia Nacional a 6 de Julho de 1937, Salazar, aludindo à aliança inglesa, defendia que a mesma não constituía “toda a nossa política

---

<sup>123</sup> TELO, António – *O.c.*, pp. 29, 30 e 33.

<sup>124</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>125</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>126</sup> ROSAS, Fernando – *O.c.* p. 74.

<sup>127</sup> *Idem*, p. 44.

externa e que não é à Inglaterra que compete defender antes de nós ou mesmo contra nós todos os nossos interesses.” Relacionando o último ponto com acontecimentos de Espanha, o Presidente do Conselho afirmava que “algumas pessoas têm sido tentadas a dizer que, por vezes, temos estado contra a política inglesa nesta questão; mas há aqui grandes equívocos a desfazer.” Indicando o desacordo na questão da não-intervenção, o chefe do Governo português justificava-o afirmando: “Nós temos na península interesses muito especiais e corremos riscos que outros não correm”, apontado para o perigo comunista como factor da “nossa oposição a que a não-intervenção funcione em detrimento do nacionalismo espanhol, barreira entre Portugal e o comunismo ibérico.”<sup>128</sup> Salazar não deixava, no entanto, de salientar a cooperação portuguesa e a amizade com a Grã-Bretanha.

As dificuldades que a Inglaterra havia colocado aos pedidos portugueses relativamente ao rearmamento tinham levado Salazar a voltar-se para a Itália e para a Alemanha para obter armas. O *Foreign Office* acabaria, contudo, por não adoptar uma posição rígida perante a situação, considerando não existir “o risco de Portugal fugir à aliança por adquirir armas noutra origem”, além disso as crescentes vitórias franquistas levam a Inglaterra a adoptar uma política de conciliação em Espanha, deixando de haver “grandes vantagens em pressionar Portugal para obter um recuo”.<sup>129</sup>

Em 28 de Abril, na sessão de encerramento da I Legislatura, Salazar, discursando sobre a política externa, reafirmaria a aliança com a Grã-Bretanha ao proferir: “ A situação do Império Britânico no mundo, a situação de Portugal no Atlântico e em África são factores suficientes para nos imporem por tempo imprevisível a mesma colaboração de aliados”. Essa afirmação enquadrar-se-ia no anúncio da intenção de reconhecer “de direito o Governo do Generalíssimo Franco como governo de Espanha.”<sup>130</sup> De facto, em Maio de 1938, Portugal reconhece, à semelhança do que já haviam feito Itália e Alemanha, o Governo Nacionalista, destacando Pedro Teotónio Pereira para embaixador em Burgos.

Em Setembro de 1938, a crise checoslovaca e a perspectiva de uma guerra europeia colocam o regime de Franco em risco. Como indica António Telo, “se a França e a Inglaterra entram em guerra com a Alemanha, a existência de voluntários em Espanha aponta para um envolvimento da Península”, e ainda “se a República vier a

---

<sup>128</sup> SALAZAR, Oliveira (1937), pp. 313 e 314.

<sup>129</sup> TELO, António – *O.c.*, p. 32.

<sup>130</sup> SALAZAR, Oliveira – *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*. vol. III. Coimbra: Coimbra Editora, 1943, pp. 80,81 e 84.

contar com o apoio do Exército Francês”, a Itália poderia intervir estendendo o conflito ao Mediterrâneo, “única via possível para o abastecimento dos nacionalistas.” Além disso, existe o perigo de um desembarque inglês em Portugal, invocando a aliança, que seria fatal para os nacionalistas não deixando outra alternativa a Franco senão “conseguir, por um lado, neutralizar a fronteira portuguesa e, por outro, dar garantias de neutralidade às democracias que as levem a não intervir na guerra civil.”<sup>131</sup>

Perante tais circunstâncias, é proposta a Portugal a assinatura de um pacto de não-agressão pelo regime de Burgos que teria, para Franco, o objectivo de comprovar o seu desejo de neutralidade perante as democracias e, acima de tudo, de neutralizar uma possível passagem das tropas inglesas por Portugal, evocando a aliança, uma vez que em Espanha se pretendia subordinar qualquer compromisso existente às disposições do pacto. Londres não coloca qualquer entrave ao projecto, entendendo-o como garantia da neutralidade espanhola. Ora, segundo a interpretação de António Telo, as principais hesitações à assinatura do pacto surgem do lado de Salazar, desconfiado da total abertura britânica ao projecto.

Após a Conferência de Munique e dissipado o perigo de guerra imediata, a Inglaterra mostra sinais de pretender reforçar os laços com Lisboa, principalmente como forma de pressão sobre Espanha, dispondo-se de novo a apoiar o rearmamento português, encorajando ao mesmo tempo a assinatura do pacto com Burgos. Salazar, contudo, “tem a impressão que Londres o procura empurrar para a assinatura do tratado com segundas intenções”. A hesitação do ditador português prende-se ainda com o possível desagrado dos países do Eixo quanto ao pacto de não-agressão, impedindo-o de “avançar nos contactos com a Espanha, pois não quer desencadear qualquer tipo de represálias.” Indeciso, o chefe do Governo português “desconfia da falta de reservas inglesa e, mantendo a porta aberta, não toma as iniciativas que Londres deseja, enquanto prossegue as negociações para a compra de armamento para o Exército com o Eixo”, além disso “não responde às insistências de Burgos” para a assinatura do pacto.<sup>132</sup>

No início de 1939 as pressões britânicas para a conclusão do pacto intensificam-se. Londres procura conter Franco e pretende usar o documento em favor da política de aproximação a Burgos. Além disso, torna-se necessário para os ingleses neutralizarem a Península, face à nova ameaça da Alemanha que desbaratou o Acordo de Munique. O

---

<sup>131</sup> TELO, António – *O.c.*, p. 35.

<sup>132</sup> *Idem*, pp. 40 e 41.

Pacto Ibérico é finalmente assinado em Lisboa a 17 de Março ficando salvaguardada a compatibilização do mesmo com a aliança luso-britânica.

A tentativa da Inglaterra em aprofundar a aliança com Portugal e as eventuais cedências na questão do rearmamento português continuam a merecer a desconfiança de Salazar. De Londres, como indica António Telo, Armindo Monteiro recorda ao chefe do Governo português “que Portugal está dependente dos fornecimentos ingleses e certamente não vai receber peças e munições para o armamento do Eixo.” As críticas do embaixador não são bem recebidas por Salazar que o ameaça com a demissão. Perante a posição firme do primeiro, o ditador português vê-se obrigado a recuar temendo “a atitude inglesa em caso de conflito, tornando-se o embaixador em Londres um perigo”, pois “era um candidato evidente se a Inglaterra alguma vez viesse a precisar de promover um governo alternativo ao actual.” Assim, Salazar procura acabar com qualquer dúvida de Londres reafirmando a aliança entre os dois países, contudo, mantém os contactos com o Eixo para a compra de armamento pelo menos até Setembro. A atitude de Salazar não deixa de originar protestos e levantar dúvidas em Londres. Todavia, consumada a vitória de Franco, a Inglaterra tem interesse em manter boas relações com Lisboa, “subordinadas ao objectivo de manter a Espanha neutral e facilitar a aproximação em curso com Madrid.”<sup>133</sup>

Terminada a guerra, Salazar “descrever-se-ia perante a elite do regime como o condutor de uma vitória militar e política”<sup>134</sup>: “Enfrentando por toda a parte a incompreensão e cegueira da Europa; arrostando com más vontades, ameaças e perigos (...). Dispendemos esforços, perdemos vidas, corremos riscos, compartilhámos sofrimentos; e não temos nada a pedir nem contas a apresentar. Vencemos – eis tudo.”<sup>135</sup>

Seis meses após a assinatura do Pacto Ibérico iniciava-se a Segunda Guerra Mundial. Salazar declarava a neutralidade portuguesa e reafirmava a aliança com a Inglaterra. O ditador português não poderia, no entanto, deixar de recear a eventualidade de “em Espanha, Serrano Suñer<sup>136</sup> e a Falange, em convergência com a influência da Alemanha e da Itália, arrastarem o novo regime para um bloco político-militar que poderia ser incompatível com a política externa portuguesa fundada na aliança com a

---

<sup>133</sup> *Idem*, pp. 45, 47 e 48.

<sup>134</sup> LOFF, Manuel – *O.c.*, p. 420.

<sup>135</sup> SALAZAR, Oliveira (1943), p. 148.

<sup>136</sup> Ministro espanhol de Assuntos Exteriores (Outubro de 1940- Setembro de 1942) e ministro do Interior/Gobernación (Janeiro de 1938- Outubro de 1940).

Inglaterra”<sup>137</sup> colocando, assim, a neutralidade da Península em risco. Efectivamente, Suñer defenderia a “aproximação com a Itália, dando a entender que na sua perspectiva o pacto com Portugal se insere já numa política conjunta dos regimes do Sul da Europa, onde necessariamente Portugal estaria subordinado à Espanha.”<sup>138</sup> Iniciado o conflito, Salazar encontrava-se, portanto, perante uma Espanha dividida e fortemente influenciada pelo Eixo, enquanto do outro lado, as relações luso-britânicas eram oscilantes.

---

<sup>137</sup> OLIVEIRA, César – *O.c.*, pp. 348 e 349.

<sup>138</sup> TELO, António – *O.c.*, p. 49.



## 11. Não beligerância italiana

A situação internacional agravara-se bastante desde que o *Reich* eliminara a Checoslováquia. A debilidade mostrada pelas potências ocidentais perante o golpe de força nazi contra aquele Estado encorajaria o *Führer* a preparar um novo ataque, desta feita contra a Polónia. Alguns dias depois de assinar a aliança com Mussolini, o chanceler alemão confidenciava aos seus generais que “further successes cannot be achieved without bloodshed”, anunciando a sua decisão “to attack Poland at the first favorable opportunity.”<sup>139</sup>

Se o *Duce* tinha ordenado a Ciano assinar o Pacto de Aço fora porque acreditava que Hitler não desse início às hostilidades antes de 1942. Por seu lado, o *Führer* estava decidido a intervir na Polónia muito antes dessa data. Nos finais de Março, o chanceler alemão começava a exigir com mais perseverança a cedência de Danzig.

Para as democracias ocidentais, a eliminação da Checoslováquia tinha-lhes revelado a verdadeira face da política hitleriana. Já não se tratava de integrar no *Reich* a totalidade dos povos germanófonos, mas sim a conquista do *Lebensraum*. A questão de Danzig surgia, portanto, como o momento para reagir aos empreendimentos da diplomacia nazi.

Do lado italiano crescia a estranheza pelo silêncio alemão relativamente à questão de Danzig. A 3 de Julho de 1939, Ciano anotava no seu diário: “The international situation has become obscure in these last few days because of the problem of Danzig. I remain calm, thinking that it is a false alarm. The fact is that the Germans haven’t said a word on the subject, which cannot be reconciled with the commitments of the Pact.”<sup>140</sup> O embaixador da Itália em Berlim, Bernardo Attolico, percebera que a invasão à Polónia estava próxima e não deixaria de comunicar o seu pressentimento a Ciano. As advertências do diplomata não seriam encaradas com muita importância pelo chefe da política externa italiana. A sua visita a Espanha, onde constataria que Franco estava decidido a não se envolver na guerra, acabaria, no entanto, por mudar a sua postura relativamente às mensagens alarmistas do representante italiano em Berlim. As informações enviadas por Attolico continuavam a ser inquietantes. A convicção do diplomata era a de que os alemães estavam preparados para agir em Danzig a 14 de

---

<sup>139</sup> Hitler, cit. in KNOX, MacGregor – *O.c.*, p. 42.

<sup>140</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 113.

Agosto.<sup>141</sup> Outro diplomata em Berlim, Massimo Magistrati, apesar de certas reservas, não se mostraria tão pessimista quanto Attolico. No entanto, Magistrati mostrar-se-ia favorável à realização de uma conferência de paz, que deveria ser apresentada aos alemães com todo o cuidado de forma a evitar “its being interpreted by them to mean that we would wish to withdraw from our obligations to the Alliance.”<sup>142</sup> O projecto ficaria alinhavado aquando da reunião do último com o *Duce* no Palácio Veneza, mas seria mal visto pela diplomacia nazi e acabaria por ser abandonado.

Apesar do desejo de manter a paz, Mussolini não deixava de considerar os seus desejos imperialistas. O interesse pela Jugoslávia e pela Grécia tinha reanimado e o *Duce* encarava a ocupação dos dois Estados. O afastamento do primeiro-ministro Stojadinovic, claramente filo-fascista, pelo Príncipe Regente Paulo tinha desagradado a Mussolini, que pretendia doravante a anexação da Croácia, transformando-a num Estado fantoche onde se instigaria um levantamento contra o governo de Belgrado.<sup>143</sup>

O *Duce* estava, no entanto, consciente de que a Itália não possuía meios para levar adiante tal política. Aquando da reunião do Conselho de Ministros a 29 de Abril, o chefe do Governo italiano tinha manifestado o seu desagrado pela falta de preparação do país, na qual a única excepção seria a Marinha. No seu diário Ciano escreveria: “He feels, and rightly so, that beyond appearances, which are more or less carefully kept up, there is little underneath. I think so too. I have no exact information as to the Army, but the many rumours which I hear are distinctly pessimistic. Also, some impressions which I formed on the occasion of the mobilization for the Albanian undertaking, which was after all a small mobilization, have increased my doubts. The military make great play with a lot of names. They multiply the number of divisions, but in reality these are so small that they scarcely have more than the strenght of regiments. The ammunition depots are short of ammunition. Artillery is outmoded. Our anti-aircraft and anti-tank weapons are altogether lacking. There has been a good deal of bluffing in the military sphere, and even the *Duce* himself has been deceived – a tragic bluff. We will not talk about the question of the Air Force. Valle states that there are 3006 first-line planes, while the Navy information service says that there are only 982. A gross exaggeration. I report the matter to the Duce. I believe that it is my duty to speak with absolute honesty

---

<sup>141</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 116

<sup>142</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>143</sup> KNOX, MacGregor – *O.c.*, p. 42.

about such a matter, even though it makes him bitter. This will serve to avoid greater sorrow in the future.”<sup>144</sup>

Alguns dias após a reunião do Conselho de Ministros, Ciano via confirmada pelo general Carboni a precariedade dos armamentos italianos. A preocupação manifestada pelo chefe da política externa fascista seria ainda agravada face à atitude evidenciada pelo *Duce*. Mussolini parecia preocupar-se mais com a parada militar, que os soldados tivessem aprendido a marchar em passo romano e que soubessem executar o “apresentar armas” na perfeição, do que com as reais limitações, das quais estaria certamente consciente. Surpreendido pela imprudência do *Duce*, Ciano anotava: “In spite of my formal charges in connection with the results of Cavagnari’s investigation of the efficiency of our Air Force he has done nothing, absolutely nothing; and today in his conversation with Cavagnari he didn’t even mention the matter. Why? Does he fear the truth so much that he is unwilling to listen?”<sup>145</sup>

Naquele momento, Mussolini ainda não pensava lançar-se no processo beligerante. Contudo a “rápida e espectacular subida em força do III *Reich* tinha-lhe de algum modo imprimido uma certa urgência, e conduzira-o, muito mais cedo que o previsto, a envolver-se num projecto beligerante.” De facto, ele tinha “caído na armadilha, obrigado a «marchar com o seu amigo, até ao fim», como tinha prometido a Hitler no estádio olímpico de Berlim, ou a fazer marcha atrás sob o risco de perder a sua dignidade e de passar aos olhos dos alemães por um covarde e um traidor.”<sup>146</sup>

A intenção de adiar tanto quanto possível um eventual conflito generalizado, mantinha-se como principal objectivo da diplomacia italiana. No momento em que preparavam o encontro entre os dois ditadores, Ciano e Magistrati projectavam a realização de uma conferência de paz que seria proposta ao chanceler alemão. Para o genro do *Duce*, a sua realização traria as seguintes vantagens: ou as democracias aceitavam sentar-se à mesa das negociações, e neste caso teriam de ceder consideravelmente, ou recusavam, e nesse caso as ditaduras teriam a vantagem de ter tomado a iniciativa para a paz, reforçando a sua posição para eventuais reivindicações.<sup>147</sup> As diligências italianas iriam, contudo, chocar na determinação da Alemanha em efectivar o seu ataque à Polónia, como o ministro dos Negócios

---

<sup>144</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 79.

<sup>145</sup> *Idem*, p. 81.

<sup>146</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 662.

<sup>147</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 115.

Estrangeiros italiano iria ter a oportunidade de comprovar aquando do seu encontro com os dirigentes nazis em Agosto.

Em Itália, o rei e os chefes militares, conscientes do estado deplorável das armas italianas, pronunciavam-se determinadamente a favor da neutralidade. O *Duce* também o sabia e tinha a consciência que desencadear uma guerra, naquele momento, era insuportável.<sup>148</sup>

Depois de o *Führer* ter decidido adiar a reunião com Mussolini, Ciano colocava a hipótese de se reunir com Ribbentrop, entendendo que a situação era demasiado grave para a Itália continuar a assistir aos acontecimentos passivamente. O *Duce* concordava com o seu ministro, e encarava a reunião como uma oportunidade para provar aos alemães que o desencadear da guerra naquele momento seria uma loucura.

A 11 de Agosto, Ciano encontrava-se com von Ribbentrop em Salzburgo. Relatando as incidências da reunião, o genro do Duce escrevia: “Von Ribbentrop is evasive whenever I ask him for particulars about German policy. His conscience troubles him. He has lied too many times about German intentions toward Poland not to feel uneasy now about what he must tell me and what they are really planning to do. The decision to fight is implacable. He rejects any solution which might give satisfaction to Germany and avoid the struggle. I am certain that even if the Germans were given more than they ask for they would attack just the same, because they are possessed by the demon of destruction.” À medida que a reunião se desenrolava, o ministro italiano dava conta da tensão entre as duas partes, concluindo: “I am becoming aware of how little we are worth in the opinion of the Germans.”<sup>149</sup>

No dia seguinte, o *Führer* recebia o ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália em Berchtesgaden. Hitler mostrar-se-ia mais cordial mas igualmente impassível quanto à sua decisão. O chanceler alemão garantia ao seu interlocutor limitar o conflito à Polónia, convencido de que os ocidentais não se envolveriam no assunto. Contudo, se a guerra se tornasse geral, ela devia ser travada enquanto os dois ditadores ainda eram suficientemente jovens para garantirem o seu sucesso. Ciano consciencializava-se de que nada mais havia a fazer. “He has decided to strike, and strike he will. All our arguments will not avail in the least to stop him.”<sup>150</sup> Para Ciano, a aliança com a Itália, no que dizia respeito aos nazis, seria apenas um meio de aliviar as frentes de batalha

---

<sup>148</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 662.

<sup>149</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 124.

<sup>150</sup> *Idem, Ibidem.*

alemãs, uma vez que o inimigo seria obrigado a empregar algumas divisões no controlo dos italianos.

O genro de Mussolini explicava no seu diário que regressava a Roma “completely disgusted with the Germans, with their leader, with their way of doing things. They have betrayed us and lied to us. Now they are dragging us into an adventure which we do not want and which may compromise the regime and the country as a whole.”<sup>151</sup> A reacção do *Duce* foi oscilante. Se por um lado concordava com Ciano, a sua honra impelia-o a marchar com a Alemanha. Os desejos de Mussolini entravam, neste momento, em plena contradição. Apesar de se mostrar hesitante em lançar o país para a guerra, não deixava de almejar a sua parte do saque na Croácia e na Dalmácia.

A perplexidade do chefe do Governo italiano era evidente e Ciano tentaria doravante induzir o sogro a renegar a aliança ítalo-germânica. Salientava que o prestígio do *Duce* se encontrava indubitavelmente abalado e que este se transformara num mero satélite do *Führer*. O ministro instigava Mussolini a denunciar o Pacto de Aço para não comprometer o país, salientando que os nazis tinham traído as suas promessas pelo que não deveriam ter quaisquer escrúpulos em abandonar a Alemanha. Entretanto, Starace seria chamado a intervir para revelar ao *Duce* o verdadeiro estado de espírito da opinião pública. O povo italiano não desejava lutar ao lado da Alemanha e contribuir para o incremento do seu poder, o qual ser tornaria, eventualmente, uma ameaça para a própria Itália.<sup>152</sup>

Os argumentos de Ciano acabariam por convencer o *Duce*. A Itália não poderia marchar cegamente do lado do *Reich*, contudo, era necessário preparar cuidadosamente a cisão com a Alemanha para evitar a ruptura total das relações entre os dois países. Neste momento, o *Duce* ainda considerava possível que as democracias cedessem, contingência perante a qual não seria benéfico o rompimento com Berlim, pois o *Duce* não renunciava a obter a sua parte do espólio. Se a França e a Grã-Bretanha atacassem, a Itália encontrar-se-ia no direito de se libertar, preservada na sua honra, da aliança com a Alemanha.

Movido pela sua noção de honra e lealdade, Mussolini reafirmaria, apesar de tudo, a sua determinação em juntar-se aos alemães na contenda, caso as democracias decidissem combater. Doravante, o *Duce* estava irremediavelmente decidido a apoiar a

---

<sup>151</sup> *Idem*, p. 125.

<sup>152</sup> *Idem*, p. 126 a 130.

Alemanha no conflito, e apenas uma intervenção enérgica de Ciano junto do chefe do Governo impediu que este último formalizasse a sua intenção junto do *Reich*. Por conseguinte, é no momento em que o genro de Mussolini preparava o encontro com Ribbentrop para reafirmar os direitos da Itália enquanto parceiro do Eixo, que sucederia uma mudança na conjuntura internacional: a Alemanha preparava-se para assinar um pacto de não-agressão com a União Soviética.<sup>153</sup>

A 23 de Agosto de 1939, surgia a notícia inesperada da assinatura do pacto germano-soviético lançando a confusão nos meios diplomáticos. Os objectivos do *Führer* eram evidentes. Em termos ideológicos, a União Soviética representava o expoente máximo do comunismo que ele abominava, e geopoliticamente o vasto território soviético enquadrar-se-ia no “espaço vital” alemão. Logo, a destruição da URSS revelar-se-ia, evidentemente, como uma das ambições da política expansionista do chanceler alemão. Contudo, num momento em que o ataque à Polónia estava iminente, o *Führer* tinha todo o interesse em assegurar a neutralidade da União Soviética perante o risco do envolvimento ocidental na guerra, evitando, desta forma, combater em duas frentes.

Para Ciano era evidente que “the Germans have struck a master blow. The European situation is upset.” Era necessário agir com precaução, esperar e manterem-se prontos “to gain something in Croatia and Dalmatia.”<sup>154</sup> No mesmo dia, o *Duce* recebia Pariani que lhe daria garantias sobre a prontidão do exército, exaltando o espírito belicoso do chefe do Governo. Todavia Pariani “was clearly far from reliable, and the other service chiefs promised nothing.”<sup>155</sup>

Quanto a Vítor Emanuel III, o monarca desejava, acima de tudo, a neutralidade. Seria este anseio que ele revelaria a Ciano aquando do encontro de ambos a 24 de Agosto. O rei considerava que a Itália não tinha condição alguma para fazer a guerra, “the Army is in a «pitiful» state. The military review and the manoeuvres have fully revealed the unhappy state of unpreparedness of all our major formations. Even our frontier defence is insufficient. He has made thirty-two inspections and is convinced that the French can go through it with great ease.” Aliadas ao anti-germanismo patente na opinião pública italiana, estas seriam, para o monarca, segundo o testemunho de Ciano, razões mais do que suficientes para que a Itália adoptasse uma posição

---

<sup>153</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 663.

<sup>154</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 131.

<sup>155</sup> KNOX, MacGregor – *O.c.*, p. 43.

expectante e nada fizesse em relação ao conflito. O monarca salientaria ainda a sua intenção de colaborar em qualquer decisão capital que o *Duce* tomasse.<sup>156</sup>

No dia seguinte, Ribbentrop informava Ciano que a questão polaca tinha chegado a um ponto crítico. Mussolini continuava a mostrar-se incomodado pela indefinição em que o seu país se encontrava e não tinha abandonado os seus desígnios beligerantes. O ministro do Negócios Estrangeiros pretendia usar os argumentos do rei para dissuadir Mussolini, mas seria uma mensagem enviada por Hitler ao *Duce* que ajudaria Ciano a fazer prevalecer os seus argumentos a favor da não-intervenção. O pacto de não-agressão assinado com a União Soviética permitia ao chanceler alemão desmobilizar efectivos consideráveis a oriente, depois de eliminada a Polónia, considerando, portanto, dispensável o apoio das forças italianas. Na carta enviada ao seu homólogo italiano a 25 de Agosto, o *Führer* explicava as razões da aproximação à URSS e destacava que o êxito das negociações com Estaline constituía uma vantagem enorme para o Eixo.<sup>157</sup> Após ter declarado que o ataque contra a Polónia aconteceria dentro de pouco, o *Führer* apelava ao “Italian understanding”.<sup>158</sup>

Ciano usaria o excerto da carta em que Hitler apelava à compreensão do *Duce*, como pretexto para persuadir Mussolini a enviar uma resposta que confirmasse a impossibilidade da Itália entrar no conflito. A mensagem seria imediatamente transmitida a Attolico por telefone e endereçada por este ao chanceler alemão. Depois de declarar o seu consentimento ao pacto germano-soviético e aceitar a acção alemã na Polónia, o *Duce* transmitia a Hitler a posição italiana em caso de guerra. A Itália forneceria todo o apoio político e económico que lhe fosse solicitado na condição do conflito permanecer localizado. Em contrapartida, se a guerra tomasse outras proporções pela entrada dos aliados da Polónia na contenda, o *Duce* reservava-se o direito de não encetar qualquer tipo de iniciativa militar face à insuficiência dos meios ao seu dispor.

Seguidamente, para evitar que a Itália fosse obrigada a intervir na guerra, sem, no entanto se comprometer, Mussolini declarava que a intervenção italiana poderia ser imediata se a Alemanha fornecesse “the military equipment and raw materials to withstand the blow which France and Britain will direct predominantly against us.”<sup>159</sup>

---

<sup>156</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 133.

<sup>157</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste – *O.c.*, p. 288.

<sup>158</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 134.

<sup>159</sup> Mussolini, cit. in KNOX, MacGregor – *O.c.*, p. 43.

Nesse mesmo dia, von Mackensen<sup>160</sup> entregaria uma breve nota ao *Duce*, na qual era solicitada a elaboração de uma lista pormenorizada dos produtos e das armas que a Itália necessitaria para fazer face ao ataque da França e da Grã-Bretanha contra o seu território. A lista seria preparada no dia seguinte com a contribuição dos chefes de Estado-Maior das três armas, da qual Ciano diria ser “enough to kill a bull – if a bull could read it”<sup>161</sup>, e incluiria: “7 milhões de toneladas de petróleo, 6 milhões de carvão, 2 milhões de aço, 1 milhão de madeira e mais 0,5 milhão de toneladas de 14 produtos raros, para além de máquinas e 150 baterias antiaéreas.”<sup>162</sup>

Mussolini explicava ao chanceler alemão as razões de tão vastas necessidades e salientava que a Itália não poderia, de maneira nenhuma, entrar na guerra sem tais provisões. Attolico, no momento em que entregava a lista, “on his own authority, informed the Germans that Italy required immediate delivery of the 17 million tons of raw materials and 17, 000 vehicles which had been requested.”<sup>163</sup> (confidenciaria mais tarde a Ciano que o teria feito propositadamente para desencorajar o *Reich* a satisfazer os pedidos italianos.)

Conforme Ciano anotava no seu diário, o *Führer* percebera que este pedido indicava que a Itália não se juntaria ao *Reich* na guerra, declarando-se incapaz de satisfazer as pretensões italianas. Afirmava que entendia a posição do *Duce*, propondo-se a aniquilar a Pólonia e a vencer a França e a Grã-Bretanha sem ajuda. Pedia apenas a Mussolini que não revelasse a sua posição até ser estritamente necessário, que imobilizasse as forças franco-britânicas através de demonstrações militares apropriadas e uma propaganda activa, e que enviasse para a Alemanha operários e trabalhadores agrícolas.<sup>164</sup> O *Duce* aceitaria todas as condições e prometia reconsiderar a posição da Itália após a primeira fase do conflito.

Mussolini expressava a sua angústia pela impossibilidade de intervir, e, apesar do seu instinto militar e sentido de honra o impelirem para a guerra, a Razão tinha-o impedido de avançar. Para Milza, ao decidir manter provisoriamente o seu país fora do conflito, Mussolini estava “ao mesmo tempo consciente de ter feito uma boa escolha e humilhado por ter tido que reconhecer perante Hitler que tinha sido incapaz de preparar

---

<sup>160</sup> Hans Georg von Mackensen, embaixador alemão em Roma.

<sup>161</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 135.

<sup>162</sup> TELO, António José – *O.c.*, p. 21.

<sup>163</sup> WHITTAM, John – *O.c.*, p. 120.

<sup>164</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 136.



a Itália para a guerra.”<sup>165</sup> Os dias que precederam ao conflito foram marcados pela tentativa de resolução da questão polaca. O *Führer* promoveria uma tentativa de aproximação à Grã-Bretanha, provavelmente para evitar o alastramento da guerra para ocidente, afirmando-se “ready to receive a Polish plenipotentiary”<sup>166</sup>. Os ingleses não poderiam satisfazer as exigências alemãs e começavam a surgir notícias de mobilização geral em Varsóvia.

A 31 de Agosto de 1939, ao mesmo tempo que eram decretadas uma série de medidas que permitiriam afirmar, em caso de sucesso de uma solução pacífica, que a Itália estaria pronta para entrar no conflito, “calls to arms, black-outs, requisitions, closing of cafés and amusement places...”, Ciano e Mussolini propunham à França e à Grã-Bretanha, como último recurso, “a conference for September 5, for the purpose of reviewing those clauses of the Treaty of Versailles which disturb Europe.”<sup>167</sup> Nem as potências ocidentais, nem a Alemanha dariam seguimento à proposta italiana e as conversações acabariam por esmorecer. O *Duce* admitiria até ao último momento que o processo beligerante pudesse ser interrompido pelas negociações entre os intervenientes, mas era claro que nada mais havia a fazer.

Na madrugada de 1 de Setembro, a *Wehrmacht* invadia a Polónia. Nesse mesmo dia, um comunicado oficial do Conselho de Ministros anunciava aos italianos que a Itália não assumiria qualquer iniciativa militar depois de o *Duce* ter conseguido junto de Hitler a libertação da Itália das obrigações do Pacto. Começava o período de não-beligerância que iria perdurar até 10 de Junho de 1940, quando, perante uma França de rastos, Mussolini decide entrar na guerra ao lado da Alemanha.

---

<sup>165</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 665.

<sup>166</sup> Hitler, cit. in CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 139.

<sup>167</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 140.

## 12. Da neutralidade à guerra

A decisão de não-beligerância seria recebida com grande satisfação pela opinião pública italiana acreditando tratar-se do primeiro passo para a ruptura completa com a Alemanha. O sentimento seria partilhado pelos chefes do regime e das forças armadas, assim como pelo monarca Vítor Emanuel III.

O representante português em Roma, relatando as primeiras incidências da não-beligerância italiana salientava que “enquanto todos os países, ao definirem o seu alheamento mais ou menos imparcial do embate em curso, não haverem tido relutância em empregar o termo neutralidade, o Governo italiano o não ter feito.” Facto que indicaria que a “coadjuvação económica italiana se achava capotadamente assegurada ao seu parceiro do eixo”, a qual, de resto, tinha sido solicitada pelo *Führer* a Mussolini enquanto este último comunicava ao seu homólogo a impossibilidade de entrar na guerra. Depois de explicar que os encontros de Ciano com os dirigentes nazis em Salzburgo e Berchtesgaden tinham lançado o Governo italiano no caminho da não-intervenção, Lobo de Ávila declarava que tal hipótese estaria, supostamente, determinada em certas “cláusulas reversaes [sic] secretas do pacto de aliança italo-germânico, a cujo abrigo a Itália se haveria exonerado de qualquer imperiosa intervenção armada num período máximo de três anos e por efeito de qualquer ocorrência belicosa provocada pelo Reich.” Terminaria a sua intervenção afirmando que, independentemente da razão, num espírito que ele apelidava de “transaccional”, “a hesitação, diga-se neutralidade, suscitou-se e perdura. Haja vista...”<sup>168</sup>

Os dias que se seguiram ao início da guerra adivinhavam-se diplomaticamente agitados. O *Duce* ainda acreditava na oportunidade de interferir no conflito desempenhando o papel de árbitro, um pouco à semelhança do que tinha acontecido em Munique. Como tal, constava nos meios diplomáticos que “o Governo Italiano, preocupado com as contingências próprias e resultantes do conflito internacional, prossegue com diligências diplomáticas em busca de uma fórmula de compromisso entre os beligerantes”, a qual “consistiria na cessação das hostilidades mediante o

---

<sup>168</sup> Ofício nº 202 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 6/9/1939, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 8, Maço 17.

reconhecimento do *statu quo* territorial avassalado pelas armas alemãs sem prejuízo de independência da Polónia.”<sup>169</sup>

A resistência polaca parecia definitivamente quebrada. A 19 de Setembro, o *Führer* faria em Danzig o seu discurso triunfante. No seu diário, Ciano anotava que o discurso do chanceler alemão tinha evidenciado alguma moderação, o que poderia resultar na procura de uma solução pacífica entre os intervenientes. Tal solução, segundo o embaixador italiano em Berlim, acabaria por ser aniquilada pela intervenção russa na Polónia. Veiga Simões indicava que o “Chanceler queria, após a ocupação da Polónia, propor a paz guardando apenas as províncias alemãs. A ocupação da Rússia Branca e da Ucrânia<sup>170</sup> tornou isso impossível.” Quanto à posição do seu país, o embaixador italiano em Berlim afirmava que esta era “clara e se manterá”, apesar de a França manter “na fronteira italiana e na Tunísia 700 000 homens, e que, em vez de os estar transportando para a fronteira alemã, como se dizia, ainda antontem continuava a concentração na fronteira italiana.”<sup>171</sup>

A 23 de Setembro, perante uma assembleia de líderes fascistas de Bolonha, o *Duce* afirmava que, uma vez liquidada a Polónia, as democracias ocidentais deixavam de possuir um objectivo de guerra válido, apontando para a possibilidade do estabelecimento de uma paz negociada. Para Armino Monteiro, o chefe do Governo aludia “aos sintomas do desejo de conseguir apoio dos neutros a favor da opinião italiana, porque a intervenção da Itália deve inevitavelmente arrastar o imediato alargamento da guerra à Europa Oriental, ao Mediterrâneo, e a outros continentes.”<sup>172</sup> O *Duce* elogiava o apoio às iniciativas de paz mas afirmava implicitamente, que a Itália poderia, em última instância, intervir.

O interesse do *Duce* numa paz negociada era, em parte, uma consequência do desejo de Mussolini em manter a aliança com a Alemanha. Se a Itália não podia combater, conquistaria pelo menos a gratidão do *Reich*, levando as potências ocidentais até à mesa das negociações. A maior ameaça à aliança ítalo-germânica não era a não-beligerância italiana ou sua possível deserção, mas sim o facto de que Berlim pudesse considerar Moscovo mais útil do que Roma. A ameaça tornou-se mais clara no momento em que Estaline se apoderou da parte da Polónia que tinha reivindicado aquando da assinatura do pacto germano-soviético de Agosto. A 27 de Setembro,

---

<sup>169</sup> Telegrama de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 12/9/1939, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº50.

<sup>170</sup> Pela URSS.

<sup>171</sup> Telegrama de Veiga Simões a Salazar, Berlim, 22/9/1939, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 74.

<sup>172</sup> Telegrama de Armino Monteiro a Salazar, Londres, 25/9/1939, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 84.

Ribbentrop deslocava-se a Moscovo para formalizar a divisão da Polónia. Roma não seria informada de nada. O pacto entre Berlim e Moscovo causava um alarmismo significativo no Palácio Veneza, agravado pelo total silêncio por parte dos alemães.<sup>173</sup> Ciano considerava, inclusivé, que “the alliance between Moscow and Berlin is a monstrous union against the letter and spirit of our Pact. It is anti-Rome and anti-Catholic.”<sup>174</sup>

Tendo em conta o clima de incerteza que subsistia, Lobo de Ávila, num dos ofícios enviados a Salazar, informava, tendo em conta a aliança ítalo-germânica, do “total desaparecimento da letra redonda, oficial e oficiosa, da expressão «eixo Roma-Berlim», outrora repetida e consagrada nos mais variados tons. E não só dos prelos, pois que anteontem um categorizado funcionário do [Palácio] «Chigi» nos confidenciava, que tanto ele como seus colegas haviam recebido disciplinar sugestão para evitar o enunciado político supra em seu vocabulário corrente...” Continuava dizendo que “a aligação [sic], se ilação existe, perdura substancialmente aquilo que desde a primeira hora tivemos a honra de levar ao conhecimento de quem de direito. A condição de dúvida persiste e perdurará, aguardando, porventura, determinantes ainda não produzidas, e procurando apoio na evolução tremenda dos acontecimentos.” Concluía explicando que “a dúvida (que alguns pretendem seja angustiosa nas altas esferas...) persiste, pois, e perdura, na medida mesma em que o «abstencionismo italiano» segue seu curso normal.”<sup>175</sup>

Durante a reunião do Conselho de Ministros de 30 de Setembro, Ciano receberia um telefonema de Ribbentrop propondo um encontro entre os chefes italiano e alemão. Ciano aconselharia o *Duce* a não se deslocar pessoalmente à Alemanha uma vez que uma reunião com o *Führer* poderia colocá-lo numa posição difícil, “both with regard to the world in the event of Hitler advancing absurd proposals, as is likely, and, also, with regard to Hitler himself, if the latter asked him for immediate military collaboration.”<sup>176</sup> O ministro dos Negócios Estrangeiros encarregar-se-ia, portanto, de se encontrar com os dirigentes nazis.

No dia seguinte, Ciano chegava a Berlim para uma conferência com Hitler e Ribbentrop, disposto a manter a Itália fora da guerra. O *Führer* mostrava-se plenamente

---

<sup>173</sup> KNOX, MacGregor – *O.c.*, p. 50.

<sup>174</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 159.

<sup>175</sup> Ofício n° 205 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 26/9/1939, in A.M.N.E., 3° Piso, Armário 8, Maço 17.

<sup>176</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 161.

confiante na vitória e reafirmava o seu respeito pela Itália e pela sua atitude. O chanceler alemão repetiria ainda ao seu interlocutor a afirmação de um destino comum para o fascismo italiano e para o nacional-socialismo nazi. No seu regresso a Roma, o chefe da política externa fascista seria recebido pelo *Duce*. Este último, não se mostraria tão confiante quanto o chanceler alemão na plena vitória, salientando que a França e a Grã-Bretanha continuavam firmes. Declarações influenciadas, segundo Ciano, pela inveja que consumia Mussolini face ao sucesso exibido pelo *Führer*.<sup>177</sup>

Depois de abandonados os projectos de paz negociada, a atenção de Mussolini voltar-se-ia para a criação de um bloco balcânico neutral do qual a Itália assumiria a liderança. Tal plano permitiria expandir a influência fascista na zona balcânica e funcionaria como um meio de contenção das aspirações soviéticas. Ciano mostrar-se-ia favorável à coligação uma vez que o concerto facultaria à Itália uma base política e diplomática mais vasta, proporcionando os meios para transformar a não-beligerância em simples neutralidade. Por seu lado, a Alemanha encarava com reticências tal empreendimento, deixando claro que a sua aprovação dependeria da capacidade de o bloco promover a resistência balcânica à pressão económica ocidental, e não se revelar como simples instrumento para a satisfação dos interesses políticos italianos. Depois da reunião de 1 de Outubro, em Berlim, o *Führer* recomendaria a Ciano a concretização do projecto. Após tomar conhecimento de que a Turquia, com o apoio britânico, encetava negociações para a realização de um projecto semelhante, mas de cariz anti-fascista, o genro do *Duce* revelava ao ditador alemão que a Itália não estaria disposta a organizar um bloco neutral se este colocasse em causa a preservação do Eixo e a liberdade de Mussolini intervir no conflito quando fosse oportuno.

Este projecto não se cingia exclusivamente à região balcânica. Como indica António Telo, Roma já havia mostrado “que dava grande importância à Península, não só para a criação de um bloco no Sul da Europa de governos autoritários” mas também “como ponte para a África e a América do Sul, onde pretende aumentar a sua influência.” Ora, esse *bloco latino* seria para uma parte dos dirigentes fascistas, dos quais se destacava Ciano, uma forma de compensar “a crescente influência alemã nos Balcãs e na própria Itália.”<sup>178</sup> A primazia da Alemanha “no conjunto do poderio militar e político do Eixo e dos seus aliados”, faria “com que a hipótese de um *bloco latino* agrupando espanhóis, portugueses, franceses, romenos e italianos, em que estes últimos

---

<sup>177</sup> *Idem*, p. 163.

<sup>178</sup> TELO, António – *O.c.*, p. 128.

tinham, pelo menos, o benefício de serem um dos dois *líderes* na *Nova Europa*, aparecesse regularmente como uma hipótese atractiva às várias ditaduras que os dominavam.”<sup>179</sup> Segundo Manuel Loff, esta ideia de “mundo latino e católico” constituiria, no início da década de 40, “boa prova da predisposição para reconhecer a construção de uma *Nova Ordem* hitleriana como um facto consumado, além de propiciar uma justificação para a participação nesta de cinco governos, como eram o português, o espanhol, o francês, o italiano e o romeno, com posições exteriormente diferentes no conflito, mas teoricamente interessados numa estratégia internacional conjunta. A par da fundamental «impotência» internacional que acabarão por revelar, tal explicará, eventualmente, o facto de cada uma das tentativas balbuciadas no sentido da «latinização» da «Nova Ordem» ter sido sistematicamente torpedeada ou abandonada por um ou outro dos cinco governos que nela não tivessem tomado a iniciativa.”<sup>180</sup> Essa “latinização” seria, naturalmente, bem aceite pelos regimes ibéricos quando, em 1939, “Ciano e alguns dos seus diplomatas lançam ideias neste sentido”.<sup>181</sup> Um dos seus partidários seria Renato Bova Scoppa, futuro ministro italiano em Lisboa, como veremos mais à frente no nosso trabalho.

As negociações para a efectivação do bloco neutral acabariam, contudo, por esmorecer e o interesse ocidental para que a Itália assumisse a liderança do mesmo, afastando-a definitivamente do conflito, conduziria Mussolini a abdicar de forma irreversível do projecto. Portanto, o chefe do Governo italiano renunciava a seguir uma política balcânica que engrandeceria o seu prestígio, mas que levaria a Itália para a neutralidade, em troca do reforço da sua lealdade perante a aliança celebrada com a Alemanha.

Perante este contexto internacional, definido pelo ministro de Portugal em Roma como “fase de guerra diplomática”, e no seguimento do discurso do *Führer* de 6 de Outubro, do qual Mussolini possuiu, possivelmente como gesto de boa vontade, conhecimento prévio, Lobo de Ávila proferia o seguinte: “A verdade é que não tendo sido aceites ou, antes, havendo sido substancialmente malogradas ou contrariadas sobretudo pela irrupção de Moscovo as bases romanas de uma eventual tentativa de conciliação pacificadora, mais não seria lícito exigir, ainda em homenagem aos laços contratuais do conúbio Roma-Berlim, que aquilo que em linguagem de plateia teatral se

---

<sup>179</sup> LOFF, Manuel – *O.c.*, p. 514.

<sup>180</sup> *Idem*, pp. 611 e 612.

<sup>181</sup> *Idem*, p. 612.

soía chamar um êxito de estima.” Continuava afirmando que, “sem renunciar a muito discreta acção diplomática em prol de uma ou mais soluções pacifistas, a atitude italiana sofreu uma primeira e rude acometida por via dos acontecimentos político-militares desenrolados no leste europeu. Como se não bastasse o aniquilamento dum dos seus autênticos baluartes de influência, que era a Polónia, a suprema direcção política deste país, que ainda há poucos meses empenhou, com indiscutível galhardia e máximo benefício espiritual, próprio e alheio, uma boa dose de suas vidas e fazendas no combate à vaga comunista no solo ibérico, assistiu ao desenrolar da avançada moscovita até aos confins balkanico-danubianos, até às portas de países, ao longo dos quais a Itália havia almejado edificar uma vasta e interessante esfera de útil e prestigioso ascendente. Em vão a imprensa italiana pretendeu conduzir os governos aliados (aliás e para tal efeito em bem precárias condições, atenta a circunstância de haverem sido os primeiros a solicitar a solidariedade moscovita, à qual o senhor Churchill ainda, ao que parece, entende não renunciar...) a uma oposição violenta aos desígnios do «Kremlin»; restando-lhe, o que não é de pouca monta, empreender a reedificação de suas ambições diplomáticas e úteis, praticamente singelos gestos de isenção, quais o do acordo ítalo-grego”, de retirada das tropas fronteiriças, “e do Dodecaneso, e sobretudo procurando valorizar a sua condição abstencionista, mediante afirmação de seu credo anti-comunista e o revigoração da sua eventual eficiência de protecção ou solidariedade com aqueles países, oprimidos ou ameaçados pelo galgão demolidor do Oriente europeu”, isto é, a URSS. Era ainda de destacar a declaração do *Duce*, “em conversa isolada, a um dos mais categorizados membros de seu partido na Ligúria, de que a Itália podia considerar-se como liberta de compromissos na esfera e acção internacionais e perante a nova conflagração europeia.” Tal atitude não estaria, contudo, despreendida de “embaraços morais” decorrentes dos compromissos pactuários e perante a qual era notória a discrepância “entre os votos preponderantes da nação e aquelas exigências do timoneiro”.<sup>182</sup>

De facto, depois de perceber que a prossecução da guerra era inevitável, o *Duce* experimentava um desconforto cada vez maior por ser obrigado a manter-se fora dela. “The Italians”, partilhava o *Duce* com Ciano, “after having heard my warlike propaganda for eighteen years, cannot understand how I can become the herald of peace, now that Europe is in flames. There is no other explanation except the military

---

<sup>182</sup> Ofício nº 216 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 16/10/1939, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 8, Maço 17.

unpreparedness of the country”,<sup>183</sup> não deixando de acusar Hitler de o ter obrigado a trair a sua palavra ao renegar os seus próprios compromissos.

A 19 de Outubro, dá-se a assinatura do pacto anglo-franco-turco. A notícia não seria recebida com desagrado por Ciano, que considerava tal aliança um golpe para a Alemanha e ao mesmo tempo recebia a garantia do embaixador francês, Poncet, de que o acordo não possuía um carácter anti-italiano, destinando-se apenas à preservação do *status quo* no Mediterrâneo oriental.<sup>184</sup> O relato proveniente de Roma indicava que “não aderindo ao desconcertado mau-humor de Berlim e Moscovo, antes tendo ofertado ao novo resultado internacional a mais ampla e serena divulgação, a atitude italiana foi e está sendo, no entanto, de acentuada cauta introspecção. E compreende-se. Por um lado, a Itália mantém oficialmente com o Reich o seu conúbio político, a despeito de sua constância ser objecto de renitências ou de certas incompatibilidades, cuja menor não foi certamente o conchavo com o país soviético”. Para Lobo de Ávila, era evidente que “se a contrariedade de Moscovo é transparente perante a resistência turca, a exasperação de Berlim é palpável e transbordante. Sob tal aspecto, o raro comentário officioso italiano entendeu ainda sacrificar aos seus encargos de aliança, registando a exasperação germânica mas endossando capitalmente as consequências do desastre diplomático aos agiotas diplomáticos do «Kremlin».” Pois bem, a Itália por “possuir já múltiplas e dispersas dominações territoriais na extensão mediterrânica, acalenta, mormente após a junção da Albânia, complexos desígnios de influência ao longo do Danúbio e pelas faldas balcânicas. Desde logo, é de admitir a imediata manifestação de perplexidade, aliás muito sucinta e serenamente expressa pela glosa oficial, mantendo-se longe da estupefacção pelo novo resultado diplomático, mas pondo singelamente em linha as alegações dos vitais interesses italianos que, à fé do depoimento categorizado, não são evidentemente e apenas de ordem económica.” Podíamos, portanto, deduzir que, apesar da atitude italiana não hostil ao pacto anglo-franco-turco, não seria “temerário concluir que a abstenção italiana encontra nele novas e ponderosas razões de subsistência e expectativa.”<sup>185</sup>

Enquanto preparava o render da guarda<sup>186</sup> de finais de Outubro, Mussolini conceberia uma série de medidas com vista à clarificação da posição italiana. O *Duce*

---

<sup>183</sup> Mussolini, cit. in CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 165.

<sup>184</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 168.

<sup>185</sup> Ofício nº 221 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 30/10/1939, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 8, Maço 17.

<sup>186</sup> Remodelação ao nível do Partido e dos vários ministérios.



propunha-se a escrever uma carta a Hitler na qual salientaria que a Itália, perante as condições actuais, representava para o *Reich* uma reserva de suporte económico e moral, mantendo também a perspectiva de que poderia, posteriormente, desempenhar um papel militar. Planeava igualmente convocar o Grande Conselho perante o qual pretendia esclarecer as especificidades da não-beligerância, tópico sobre o qual Ciano também discursaria diante a *Camera dei Fasci*. Tal discurso deveria manter uma linha pró-germânica, pela vontade de Mussolini, mas essa não era a ideia do ministro dos Negócios Estrangeiros, que utilizaria a oportunidade para tentar alargar o fosso entre a Itália e a Alemanha.<sup>187</sup>

A 27 de Outubro, começariam as mudanças no seio do Partido Único italiano e nos diferentes ministérios. Seis ministros seriam destituídos, entre os quais Alfieri e Starace, claramente germanófilos, e substituídos por homens novos, alguns de entre eles, amigos pessoais de Ciano, designadamente, Pavolini no Ministério da Cultura Popular, Ricci nas Corporações, e Riccardi nos Câmbios e Valores. Mutti substituiria, para satisfação geral, Starace como Secretário-geral do Partido. Dos quatro ministros mantidos nos seus cargos, três eram anti-germânicos e contrários à entrada na guerra: Ciano, Bottai e Grandi. Assistia-se a uma mudança que não deixava de anunciar uma alteração na política abstencionista adoptada por Mussolini mas que acabaria por provocar uma crise no seio do Partido Nacional Fascista.<sup>188</sup>

A remodelação ministerial italiana seria abordada pelo ministro de Portugal em Roma num dos seus ofícios ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Oliveira Salazar. Começava por explicar que tal remodelação caberia “no quadro da mecânica constitucional do neo-Estado fascista, que tem demarcado a duração do mandato governamental a um prazo de três a cinco anos, após o qual os colaboradores do senhor Mussolini firmam bem disciplinarmente a carta-texto de seu pedido de demissão em troca de algumas linhas espistolares e elogiosas do chefe do governo.” Essa não seria, contudo, a principal razão da transformação do elenco ministerial mas sim a “necessidade de substituir certas superintendências militares, já no seio do governo já nos quadros do Estado-maior, necessidade patenteada ao senhor Mussolini pelos resultados das últimas manobras e tornada imperiosa pela insuficiente preparação sobretudo das forças armadas terrestres do seu país perante as responsabilidades das horas presentes e vindouras...”. Relativamente aos novos ministros do regime, Lobo de

---

<sup>187</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 170.

<sup>188</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 666.

Ávila indicava que os últimos haviam sido recrutados ”preponderantemente no rol dos seus combatentes laureados em terras de África e de Espanha” e “embora a determinante haja sido de peso, está no entanto longe de certas e pretensas ilações de translação de política externa, o que não obsta a que alguns dos novos colaboradores do senhor Mussolini não estejam imunes da convivência germânica e sejam reputados mais favoravelmente dispostos para acolher os bons ofícios de Paris e Londres.” A revolução ministerial seria, portanto, encarada de forma bastante favorável pelos aliados ocidentais, no que poderia ser considerado, à primeira vista, como a adopção de um novo rumo da política externa fascista. Política esta, condicionada pela “resolução bélica nazista, logo e mais gravemente adicionada da eclosão do eixo Berlim-Moscovo”, à qual se seguiria a abstenção italiana, que não deixava, contudo, de prosseguir “a sua política de insinuação nos países balkanico-danubianos, enxertada com os gestos amigáveis para com a Grécia e a Turquia, confirmada mediante a troca de notas ítalo-helénicas e com a realização do acordo húngaro-romeno (no qual se diz não haver sido alheia a inspiração e voto de Roma), e cujo prosseguimento se anuncia discretamente através de negociações, mais estreitas e positivas, entre a abstenção italiana e as neutralidades de Ankara, Bucarest, Belgrado e Sofia.” O ofício terminava com Lobo de Ávila a expor uma confidência que lhe teria sido endereçada, indicando que a atitude italiana “não é de neutralidade mas de expectativa, como compete aos deveres e conveniências de um país, que pretenda manter a sua condição de grande potência”. Ao que se teria adicionado que “a Itália entrará em guerra na primavera próxima.”<sup>189</sup>

Para Ciano, o estado das relações ítalo-soviéticas, marcadas pelo receio italiano da crescente influência russa nos Balcãs, “certainly does not help to improve relations with Berlin”, mas não constituía a única razão para o clima de tensão entre as ditaduras do Eixo. A situação do Alto-Ádige, que tinha sempre constituído um assunto sensível entre os dois países, parecia ganhar novos contornos. As iniciativas das organizações propagandísticas alemãs presentes no território para a possibilidade de incorporação da região, através de plebiscito, no *Reich*, e não apenas das populações de língua alemã aí radicadas, começava a inquietar seriamente os dirigentes fascistas. Para o chefe da política externa italiana, tal conjectura corria o risco de agravar uma situação que se apresentava cada vez mais tensa. No seu diário, Ciano anotava que “if the French and

---

<sup>189</sup> Ofício nº 233 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 13/11/1939, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 8, Maço 17.

British were clever, this would be a fine moment to create a major incident between us and the Germans.”<sup>190</sup> A 21 de Novembro de 1939, Mussolini afirmava perante Ciano que o assunto poderia originar um conflito entre a Itália e o *Reich*, ao mesmo tempo que reforçava as forças policiais e os *carabinieri* e fortalecia a vigilância fronteiriça.

Por esta altura, cresciam também os rumores de uma ofensiva alemã na frente ocidental através da invasão da Bélgica e da Holanda, que, a acontecer, significava um ataque a países neutros. Essa possibilidade causava alguma desconfiança nos meios diplomáticos, visto que, segundo Ciano, ela teria sido definitivamente rejeitada pelo *Führer*, quer por questões de ordem técnica, quer por questões morais. Mais uma vez, nada tinha sido comunicado ao seu aliado latino e, apesar de o *Duce* considerar a investida pouco provável, tal situação resultaria no total descrédito da Alemanha e originaria em Itália “a great wave of hatred for Germany which would have to be taken into account.”<sup>191</sup> Nos meios diplomáticos, colocava-se, inclusivé, a hipótese de que a Itália “teria informado o Governo alemão de que estava directamente interessada na manutenção da integridade territorial da Holanda e da Bélgica.”<sup>192</sup>

Em Itália prosseguia a extensa preparação militar do país, fruto não só dos “consideráveis dispêndios materiais na Abissínia e Espanha, mas também por certas faltas ou atrasos de sua própria aparelhagem.” Em ofício de finais de Novembro, Lobo de Ávila comunicava, tendo em conta os esforços de preparação bélica italiana, que o *Duce*, apesar do abstencionismo, afirmava a um embaixador das potências ocidentais que “la pace dell’ Italia fascista non è una pace imbelle: è una pace armata”. Quanto à política externa italiana, a única nota de destaque prendia-se com os protestos italianos relativamente a “certos rigores do bloqueio posto em prática pelas autoridades de Inglaterra e França.” Embora não fosse assunto de menosprezar, “parece não constituir determinante capital para o governo de Roma.”<sup>193</sup>

De facto, apesar de alguns protestos contra as medidas de bloqueio que dificultavam a navegação italiana, as relações italo-britânicas tinham conhecido uma “apreciável melhoria.”<sup>194</sup> O progresso registado no relacionamento entre Londres e Roma não era alheio à política executada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, que se aplicava a estreitar os laços com as potências ocidentais e, em primeiro

---

<sup>190</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, pp. 173 e 174.

<sup>191</sup> *Idem*, p. 175.

<sup>192</sup> Telegrama de Armindo Monteiro a Salazar, Londres, 18/11/1939, in D.A.P.E., vol. VI. doc. n.º 228.

<sup>193</sup> Ofício n.º 246 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 28/10/1939, in A.M.N.E., 3.º Piso, Armário 8, Maço 17; italiano no original.

<sup>194</sup> Telegrama de Salazar a Armindo Monteiro, Lisboa, 5/12/1939, in D.A.P.E., vol. VI. doc. n.º 266.

lugar, com a Grã-Bretanha. O embaixador português em Londres confirmava esta aproximação num dos seus telegramas a Salazar, salientando que “neste momento entre a Grã-Bretanha e a Itália, em Londres e em Roma, se entabularam negociações para uma aproximação dos dois países, no sentido de mais estreita colaboração internacional.” Não deixava de ressaltar que a aproximação seria “o pagamento do preço da neutralidade”, e que do lado inglês havia a “convicção profunda de que a Itália quer manter-se fora da guerra, o que diminui a força da sua posição.”<sup>195</sup>

Mussolini, ao contrário do seu genro, demonstrava uma exasperação cada vez maior perante o bloqueio britânico. Ameaçava tomar medidas de retaliação e falava de vingança contra os ingleses. Ciano, mantendo sempre uma atitude conciliadora para com a Grã-Bretanha, afirmava “that we can do very little about it. Either we have the power to oppose, which means war, or else we keep our mouths shut and try to solve difficulties in a friendly way.” O *Duce* mostrava-se desconfortável e humilhado por assumir uma posição neutral numa Europa que estava a combater ou a preparar-se para o combate. Para o chefe da política externa fascista não existia nenhuma alternativa: “our absolute military unpreparedness, our lack of adequate supplies, and our economic dependence will force us to remain in our present position for a long time, which doesn't displease me in the least. The day will come when everybody will see the great advantages that non-belligerency has given Italy.”<sup>196</sup>

A 7 de Dezembro, era convocado o Grande Conselho Fascista, no qual Ciano iria expor algumas orientações relativamente à política externa, como prelúdio ao seu discurso na *Camera dei Fasci*. Mencionando o conteúdo do texto, Lobo de Ávila indicava “que a Itália mantém sua condição de «não-beligerância»; que sua vigilância volveu-se mais atenta após os recentes acontecimentos em curso nas margens bálticas, e em ameaça nas paragens do sudeste europeu; que, em desmentido a certas «tendenziöse informazioni di origine straniera» as relações ítalo-germânicas (decididamente a expressão «eixo Roma-Berlim» ainda d'esta feita não logrou voltar à superfície...) perduram tais quais<sup>197</sup> e que a Itália entende salvaguardar seu tráfico marítimo «nella maniera piu esplicita e per il suo prestigio e per le sue indiscutibili necessità di vita.” Examinando o discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, o ministro de Portugal em Roma afirmava que “a curva do abstencionismo italiano conheceu

---

<sup>195</sup> Telegrama de Armino Monteiro a Salazar, Londres, 5/12/1939, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 268.

<sup>196</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 183.

<sup>197</sup> Este último ponto, relacionado com a imutabilidade das relações entre Roma e Berlim, fora inserido na agenda pela forte insistência do *Duce*.

ultimamente duas sérias inflexões, determinadas já pelas novas medidas promulgadas pelo bloqueio anglo-francês, já pelos temerosos acontecimentos da avançada panslavista [sic], nas dobras da dissolvência bolchevik.” O texto em questão teria omitido, segundo Lobo de Ávila, algumas determinações, nomeadamente que “as conversações diplomáticas entre o [Palácio] «Chigi» e os governos de Londres e Paris, por via das práticas do bloqueio, que em certo momento se julgaram plenamente favoráveis aos interesses italianos, se toldaram delicadamente; que o novo galgão do avassalamento soviético deu motivo e entrecho a especificadas conversas entre Roma e Berlim, provocando declarações tranquilizadoras da «Wilhelmstrasse», cuja sinceridade o futuro comprovará, do mesmo passo que o governo fascista entendeu sublinhar não só a sua veemente intransigência anti-comunista mas a sua eventual liberdade de acção e defesa no terreno político-social, para tanto invocando sem reticências já as incompatibilidades dictadas pelo credo fascista, já a sua função tutelar dos países cristãos ao longo da zona baltico-danubiana.”<sup>198</sup> De facto, o golpe de força da União Soviética contra a Finlândia<sup>199</sup> tinha provocado uma onda de indignação por toda a Itália, patenteada, nomeadamente, através de manifestações estudantis a favor dos finlandeses. Contudo, as violentas demonstrações anti-bolchevistas não podiam deixar de ser interpretadas, segundo Ciano, como manifestações anti-alemãs. O Conde acreditava que “the fate of the Finns would be of much less concern to the Italians if the Russians were not from all practical points of view the allies of Germany.”<sup>200</sup> No decurso de um encontro entre Ciano e o Primeiro-ministro finlandês, o último solicitaria à Itália o fornecimento de armas, ao qual o ministro italiano não levantaria objecções. Isto apenas seria possível enquanto a Alemanha permitisse o tráfego, o qual poderia ser condicionado a qualquer momento, tendo em conta a “aliança” entre o Reich e Moscovo. Seria durante a mesma reunião, que o ministro dos Negócios Estrangeiros italiano tomaria conhecimento de que a Alemanha tinha igualmente fornecido material de guerra aos finlandeses,

---

<sup>198</sup> Ofício n° 258 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 15/12/1939, in A.M.N.E., 3° Piso, Armário 8, Maço 17; italiano no original.

<sup>199</sup> A Finlândia era considerada pela URSS como parte integrante da zona de influência soviética e vigorava, desde 1932, um pacto de não-agressão entre ambos. Após ter celebrado, sucessivamente, pactos de não-agressão com Estónia, Letónia e Lituânia, resultando em verdadeiras “anexações disfarçadas”, a URSS encetava, a 21 de Outubro de 1939, negociações com a Finlândia para o estabelecimento de bases naquele país, à semelhança do que havia conseguido nos três países bálticos. A Finlândia recusaria ceder às exigências soviéticas o que culminaria, a 28 de Novembro, na denúncia do pacto de não-agressão pela URSS. A 30 de Novembro, o Exército Vermelho invadia o território finlandês. (DUROSELLE, Jean-Baptiste – *O.c.*, p. 300).

<sup>200</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 180.

comprovando que o entendimento germano-soviético não era tão integral quanto Berlim e Moscovo faziam entender.

Alguns dias antes do discurso de Ciano na *Camera dei Fasci*, Mussolini solicitava ao seu ministro a inclusão de um depoimento sobre as relações entre a Itália e a União Soviética, as quais, não assentando na cordialidade, deviam pelo menos ser civilizadas, demonstrando, apesar de tudo, que continuava favorável ao *Reich*. Tais afirmações contrastavam totalmente com o restante discurso do chefe da política externa fascista. Um incidente com o novo embaixador soviético em Itália acabaria por resolver a questão. O súbito regresso do diplomata russo a Moscovo antes mesmo da apresentação das suas credenciais ao chefe do Estado italiano seria aproveitado pelo genro do *Duce* para convencer o ditador de que, se alguma alteração ao discurso fosse efectuada, seria para exacerbar o relacionamento entre os dois países.

A 16 de Dezembro, Ciano discursava perante a *Camera dei Fasci*. A intervenção confirmava, segundo Lobo de Ávila, “as cláusulas condicionadas do pacto de aliança ítalo-germânica, conformemente às quais a plena solidariedade bélica entre os dois países se subordinaria não só a um assentimento prévio, mas a uma efectivação a prazo e após exaustão de todas as diligências e operações diplomáticas de uma conciliação pacífica.” Era também salientado que, “subsistindo embora e ao preponderante serviço das proclamadas ambições revisionistas do articulado político de Versalhes e seus complementares arranjos, a amizade política ítalo-germânica, sua mecânica e eficiência se detêm outrossim já perante o facto novo do intervencionismo soviético já e sobretudo face às suas eventuais e temerosas consequências.” Como afirmava o diplomata português, a posição abstencionista da Itália seria reforçada, tanto quanto, a “salvaguarda dos países balkanico-danubianos, junto dos quais a Itália uma vez malogrados propósitos abertamente tutelares, prossegue uma acção de renovação do zelo diplomático e discreta assistência material e moral.” Era ainda de registar que a “definição primordial da atitude italiana como de «abstenção de qualquer iniciativa bélica» volveu a um novo enunciado de «não beligerância».”<sup>201</sup>

O discurso de Ciano teria uma grande repercussão, tanto em Itália, como no estrangeiro, recebendo uma aceitação positiva das potências ocidentais e, inclusivamente, de Berlim, apesar do “subtle anti-German poison which permeated it.” No seguimento da sua intervenção, Ciano estava convencido que, “if it was difficult

---

<sup>201</sup> Ofício n° 263 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 24/12/1939, in A.M.N.E., 3° Piso, Armário 8, Maço 17.

formerly to persuade the Italians to march side by side with the Germans, it is impossible now despite their pledged word, since they know the whole truth and what is happening behind the scenes.”<sup>202</sup>

Nos finais de Dezembro surgia um novo acontecimento que constituiria um sério golpe à confiança de Mussolini na palavra alemã. Um resumo de uma palestra concedida pelo vice-presidente da Câmara de Praga, Josef Pfitzner, chegava ao conhecimento italiano, no qual eram revelados os objectivos imperialistas alemães. Referia a intenção do *Reich* em anexar, não apenas Alto-Ádige e Trieste, mas também a sua ambição em conquistar toda a planície da Lombardia. A Alemanha penetraria no Vale do Pó, ocuparia Trieste e passaria a dominar os Balcãs e o Mediterrâneo oriental. O documento aumentou a desconfiança e o receio de Mussolini relativamente ao seu aliado. Perante tais factos, ordenou a Ciano que enviasse uma cópia do documento por carta anónima à embaixada soviética em Paris, uma vez que o discurso também possuía ameaças à integridade russa.<sup>203</sup>

Com algum exagero, Ciano indicava no seu diário, a 26 de Dezembro, que “for the first time”, referindo-se a Mussolini, “he wants the Germans defeated” e que o mesmo tomaria medidas para tal efeito. Mesmo que a “derrota” não se concretizasse, adiaría pelo menos a vitória do *Reich* até à entrada italiana em guerra. Com base nas informações do adido militar em Berlim, Mussolini incumbiria Ciano de informar os embaixadores da Holanda e da Bélgica em Roma sobre a iminente ofensiva alemã para ocidente e consequente invasão dos dois países.<sup>204</sup> Os serviços de informação alemães acabariam por interceptar o relatório do embaixador belga sobre as conversas com Ciano, iniciando de imediato investigações sobre a fuga de informação, sem que nunca os italianos desconfiassem que tal acto poderia ter acabado desastrosamente para o *Duce*.<sup>205</sup>

As relações entre Roma e Berlim passavam, de facto, por uma fase delicada. Em telegrama de Lobo de Ávila a Salazar do início de Janeiro, o ministro de Portugal em Roma mencionava, acerca da situação internacional e com base nos meios fidedignos, que “as relações italo-germânicas atravessam discretamente fase delicada, por motivo da investida soviética contra a Finlândia, com cuja causa a opinião pública italiana patenteia solidariedade, e cominação contra países balcânico-danubianos, sendo esse o

---

<sup>202</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 185.

<sup>203</sup> KNOX, MacGregor – *O.c.*, p. 62.

<sup>204</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 188.

<sup>205</sup> TELO, António José – *O.c.*, p. 55.

principal assunto das conversações italo-húngaras.” Destacava ainda as fortes preocupações dos meios diplomáticos “respeitadamente à Bélgica, Holanda e países nórdicos; os meios políticos italianos, por sua vez, admitem consequências decisivas da atitude italiana, caso o entendimento germano-soviético se transforme em aliança militar.”<sup>206</sup>

As conversações italo-húngaras de que o representante português em Roma informava Salazar aconteciam no seguimento da visita de Antonescu<sup>207</sup> à Itália. O chefe do Governo romeno pretendia averiguar as intenções italianas na eventualidade de um ataque soviético às fronteiras romenas. Ciano reafirmava o “anti-bolchevismo” da Itália, mas evitaria qualquer tipo de compromisso que a pudesse unir à Roménia, num momento em que pretendia total liberdade de acção. A proposta de Antonescu ia ao encontro de um entendimento com a Hungria, pela mediação italiana, procurando evitar a ameaça húngara que o obrigaria a chegar a um acordo com a União Soviética.

Mussolini mostrar-se-ia favorável a assumir um papel de mediador e a apresentar a proposta de Antonescu à Hungria. Segundo Ciano, o *Duce* estaria pronto, inclusivé, para fornecer apoio militar à Roménia, de proporções semelhantes ao fornecido a Franco em Espanha, na eventualidade de agressão por parte da União Soviética. Confirmando as citadas ocorrências, o ministro de Portugal em Bucareste comunicava a Salazar que “a Itália, desejando um entendimento entre a Hungria e a Roménia para melhor se oporem à agressão soviética, influenciará a Hungria a corresponder à atitude amigável deste país”, acrescentando que “o Ministro dos Negócios Estrangeiros húngaro teria dito que a Hungria não se aproveitaria do ataque soviético à Roménia para agredir este país.”<sup>208</sup> Em resposta ao telegrama do representante português em Bucareste, Salazar informava da visita do encarregado de negócios da Roménia ao Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, perante o qual o primeiro teria sido incumbido de “sondar officiosamente sobre a nossa atitude em caso de ataque russo contra as bocas do Danúbio”, questionando “se entraríamos numa acção conjunta em que, sob a égide de Roma, a Península Ibérica tomasse parte.” Tal conjectura seria declinada por Salazar, salientando

---

<sup>206</sup> Telegrama de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 9/1/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 307.

<sup>207</sup> Marechal Ion Antonescu, primeiro-ministro romeno de 1940 a 1944.

<sup>208</sup> Telegrama de Quartín a Salazar, Bucareste, 13/1/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 312.



que a Roménia “teria em tal caso toda a nossa simpatia. Mas sobre a atitude de outros países ou planos de acção conjunta nunca fôramos sequer abordados.”<sup>209</sup>

Confirmando as informações anteriores sobre as conversas italo-magiares e a prossecução da política anti-soviética italiana, o ministro de Portugal em Roma informava Salazar das incidências relativas ao encontro entre Ciano e o ministro dos Negócios Estrangeiros húngaro, István Csáky. Lobo de Ávila esclarecia que o chefe da política externa húngara “veio mais uma vez pugnar junto de seus fortes protectores políticos de Roma não só pelas suas ambições revisionistas mas também por suas garantias de imunidade contra sua nova e deveras perigosa vizinhança soviética.” De acordo com as suas informações, o diplomata português indicava que Ciano entendera “ministrar ao seu colega húngaro conselhos de calma e prudente expectativa, aguardando o resultado de negociações pacíficas com seus vizinhos da Roménia e Jugoslávia, sob o patrocínio moral de Roma, de preferência a quaisquer colisões só favoráveis ao comum inimigo moscovita.” Concernente à ameaça soviética, a política italiana era clara, constando que “qualquer agressão das gentes de Moscovo contra as populações e interesses magiares determinará, mediante acordos pactuados, uma imediata e efectiva reacção italiana.” Sobre a Finlândia e a ofensiva soviética, ficava patenteado que “a objecção deste país em contrário das tremendas ameaças subversivas de Leste [...] não é platónica ou simplesmente verbalista.” O ministro de Portugal em Roma prosseguia proferindo que “em aditamento ao magnífico capítulo, escrito sob tal aspecto pela ajuda italiana em terras de Espanha, de várias e fidedignas proveniências me acorrem informes, de que tal e muito valiosa ajuda se está repetindo em prol das galhardíssimas populações finlandesas”, salientando “não só a pronta aquiescência do Duce à mais eficaz coadjuvação material ao exército finlandês, mas a sua imediata execução, tendo, só de uma partida, largado de um porto desta península um carregamento bélico de cerca de 100 milhões de dólares.” No seu diário, Ciano anotava o tom progressivamente desesperado dos pedidos finlandeses para material militar. Apesar do auxílio italiano, o ministro dos Negócios Estrangeiros assinalava que a situação finlandesa achava-se cada vez mais precária face à esmagadora superioridade dos recursos soviéticos, adivinhando-se a queda de uma resistência que não podia, na verdade, ser eterna.

---

<sup>209</sup> Telegrama de Oliveira Salazar a Quartín, Lisboa, 16/1/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 318.

Quanto às relações entre a Itália e as potências ocidentais, Lobo de Ávila informava, no seguimento do que vinha decorrendo, que as mesmas “prosseguem em melhoria lenta e, acrescente-se: com sinais diversos.” Como tal, “a alta indústria italiana não tem recusado sua útil cooperação a variadas requisições dos governos aliados; mas, enquanto a Itália não vislumbrar promessa e garantia de satisfação, total ou parcial, de seus chamados «interesses vitais», e, bem assim até que sua preparação militar se ache suficiente em face às tremendas contingências desta guerra estática, sua diuturnidade abstencionista persistirá, cauta e reservada.”<sup>210</sup>

No início de 1940, os impulsos pró-germanistas do *Duce* pareciam uma vez mais regressar. Expressava a vontade de enviar ao *Führer* algumas recomendações e informá-lo que continuava a preparar militarmente a Itália. Ciano mostrava-se incomodado com o comportamento do *Duce*, reafirmando que travar a guerra ao lado da Alemanha seria “the height of folly”, sendo, por isso, imperioso que tal não se realizasse. O ponto de vista de Mussolini era completamente contrário ao do seu ministro. O *Duce* nunca travaria uma guerra contra o *Reich* e, quando a Itália estivesse preparada, ele marcharia ao lado do *Führer* contra as democracias que, do ponto de vista de Ciano “are the only countries with which one can deal seriously and honestly.”<sup>211</sup>

O chefe do Governo italiano censurava as democracias ocidentais por se pronunciarem demasiado em prol da paz. A hostilidade da opinião pública italiana perante a guerra exacerbava Mussolini, despertando progressivamente o pró-germanismo do *Duce*. A 5 de Janeiro, enviava uma carta a Hitler com algumas considerações. Entre elas, como Ciano indicava no seu diário, uma proposta para a reconstrução do Estado polaco que se revelaria, segundo a convicção de Mussolini, suficiente para o restabelecimento da paz, pois acreditava que a França e a Grã-Bretanha não desejavam a guerra. A proposta do chefe do Governo italiano não seria bem recebida no seio da diplomacia germânica uma vez que se admitia a iminência da ofensiva alemã para ocidente.<sup>212</sup>

Em meados de Janeiro, o protesto do *Reich* contra a venda de motores de avião italianos para França influenciaria Mussolini a considerar proibir a exportação de material de guerra para os aliados ocidentais. O *Duce* apenas seria demovido pela escassez de divisas em Itália, necessárias, face à desvalorização da lira italiana, à

---

<sup>210</sup> Ofício nº 15 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 23/1/1940 in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 8, Maço 17.

<sup>211</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 192.

<sup>212</sup> *Idem*, p. 196.

obtenção de matérias-primas essenciais para a preparação militar. O ponto de vista italiano seria comunicado ao *Reich*, assegurando, deste modo, uma maior liberdade comercial à Itália a nível internacional.

O bloqueio aliado continuava a influenciar as relações da Itália com as potências ocidentais. Numa reunião com o embaixador inglês, Percy Loraine, Ciano informava o diplomata britânico de que não era aceitável para a Itália aceder às propostas da Grã-Bretanha, e que os italianos não permitiriam que as suas necessidades elementares fossem racionadas. A persistência inglesa acabaria por transferir a discussão sobre o bloqueio para o plano político, o que se poderia tornar seriamente perigoso.<sup>213</sup> De acordo com a sua política de conciliação para com as democracias, o ministro dos Negócios Estrangeiros dedicava-se a resolver as contrariedades relativas ao bloqueio. Em conferência com o representante britânico ele seria, contudo, informado que o embargo atingiria igualmente o carvão alemão que chegava à Itália pelo mar.

As manifestações anti-francesas e anti-inglesas revelavam-se cada vez mais recorrentes por parte de Mussolini. A crescente hostilidade do *Duce* preocupava os representantes das democracias ocidentais e o tom ameaçador das suas declarações tinha repercussões adversas, tanto em França, como na Grã-Bretanha. Percy Loraine, confessando as suas apreensões a Ciano, concluía que Mussolini deveria estar ciente “that the Britain of today is no longer the Britain of a year ago. She is now strong and prepared for anything.”<sup>214</sup>

Enquanto evidenciava a satisfação pela atitude comum face à questão finlandesa, o embaixador inglês em Roma apontava a Ciano a apreensão despertada pela atitude de Mussolini. A Inglaterra sentia que a hostilidade do *Duce* era algo que impossibilitaria uma aproximação mais profunda entre os dois países. O ministro de Portugal em Roma indicava por telegrama, a 10 de Fevereiro, que a “lenta melhoria nas relações ítalo-britânicas e ítalo-francesas; conquanto aquelas estejam influenciadas pela prática do bloqueio para com os transportes italianos, os últimos estão assinalando favoráveis impressões pela comum atitude anti-soviética, demonstrando o Governo Francês pronta aquiescência ao trânsito do auxílio militar italiano à resistência da Finlândia.” Confirmando os impulsos pró-germânicos do *Duce* e o seu desprezo pelas democracias, Lobo de Ávila indicava que “o Embaixador da Alemanha relatou-me confidencialmente que, em recente conversa, o Duce haveria reconhecido fatal necessidade de inicial

---

<sup>213</sup> *Idem*, p. 197.

<sup>214</sup> Loraine, cit. in CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 199.

entendimento germano-soviético sob impulso das tentativas aliadas para o isolamento da Alemanha”.<sup>215</sup>

Por seu lado, Ciano empenhava-se em evitar que os inconvenientes económicos entre a Itália e a Grã-Bretanha se transpusessem para o plano político. No início de Fevereiro, o ministro dos Negócios Estrangeiros italiano negociava com Londres um acordo comercial: a Grã-Bretanha forneceria à Itália uma parte do carvão de que ela necessitava e em troca poderia adquirir armas e munições. Adivinhava-se a oposição de Mussolini, mas Riccardi salientava a necessidade de se alcançar um acordo sob o risco de tornar a situação económica do país demasiado onerosa.

O *Duce* opunha-se determinantemente à venda de armas aos britânicos, defendendo que a posição da Grã-Bretanha tornava-se a cada dia mais difícil. O chefe do Governo italiano não desejava reduzir os armamentos à disposição da Itália e tencionava cumprir as obrigações recentemente concertadas com o *Reich*. De facto, em Janeiro, Mussolini comprometera-se junto do *Führer* a ajudar a Alemanha a resistir ao bloqueio através da cedência de géneros alimentícios e de matérias-primas destinadas à indústria de guerra nazi.<sup>216</sup>

Ciano informaria Percy Loraine da decisão do *Duce* em negar a satisfação de qualquer tipo de encomenda relativa a material militar, obtendo do seu interlocutor uma forte reacção. O diplomata britânico replicava que tal decisão destruía a base de todas as negociações e que, num curto espaço de tempo, o transporte de carvão proveniente da Alemanha seria travado pela Grã-Bretanha. O representante inglês não deixaria de salientar o significado político da rejeição italiana, adivinhando-se a entrada num período de maior tensão quanto às relações entre os dois países.<sup>217</sup> Mussolini não se mostrava minimamente preocupado com a crise do carvão, reafirmando a sua posição perante a Grã-Bretanha. Para o *Duce*, a venda de armas aos britânicos teria desonrado a Itália, e nem mesmo as advertências dos seus ministros perante a escassez de matérias-primas pareciam demover o chefe do Governo italiano.

Tais factos seriam confirmados no relato do ministro de Portugal em Roma. Depois de fazer referência às reuniões do Supremo Conselho de Defesa Nacional, onde Riccardi discursara sobre a situação monetária da Itália, os *stocks* de matérias-primas e a real condição das forças armadas italianas, chegando a conclusões totalmente

---

<sup>215</sup> Telegrama de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 10/2/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 375.

<sup>216</sup> MILZA, Pierre (2001), p. 668.

<sup>217</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 206.

pessimistas, o diplomata português registava “uma presente inflexão naquela curva de lenta melhoria das relações ítalo-britânicas, cujo traçado havemos a todo o tempo assinalado superiormente. Tal inflexão, ao que nos consta fidedignamente, demarca-se no capítulo e terreno das trocas mercantis e resulta da insistente pretensão inglesa de obtenção de fornecimento de guerra em câmbio de certas facilidades de abastecimento hulfífero.” Circunstâncias que não impediam “o senhor Mussolini de se confessar optimista”, contrastando “com certas opiniões jornalísticas locais, quais os artigos do «Avvenire» e do «Telegrafo», o primeiro bradando, alto e veemente, pela urgente satisfação das «reivindicações italianas», e o segundo anunciando-nos uma guerra longa, dilatada além de todas as previsões e triunfante para os mais fortes no campo militar e, sobretudo, no domínio das possibilidades económicas.”<sup>218</sup>

No início de Março, confirmando o teor das correspondências anteriores, Lobo de Ávila informava que “as relações ítalo-britânicas e ítalo-francesas atravessam fase áspera, consoante informações provindas de origem diversa nos meios diplomáticos e meios officiosos italianos e traduzidas por mais severa e parcial atitude da imprensa, sendo, porém, prematuras quaisquer ilações extremas. Para tanto, recolhem-se explicações satisfatórias, indo desde os motivos das divergências no terreno económico até à persistente convicção do Duce e alguns dos seus colaboradores militares respeitadamente à capacidade de resistência alemã e eventual desfecho da guerra mediante paz de compromisso.”<sup>219</sup> Condições de paz que o *Duce* considerava aceitáveis e que incidiam sobre o reconhecimento do *Lebensraum* germânico e a restauração das colónias alemãs, o que Londres não podia, evidentemente, considerar.

A 18 de Fevereiro, Percy Loraine informava Ciano que o primeiro dia de Março tinha sido escolhido como data em que a Inglaterra começaria a deter todo o transporte de carvão proveniente da Alemanha, por via marítima, para a Itália. O *Duce* mostrava-se imperturbável perante a notícia, destacando a importância dos combustíveis nacionais e a sua convicção no desenvolvimento da produção das minas de lignite italianas, ao mesmo tempo que ignorava os relatórios de especialistas que afirmavam que a falta de carvão paralisaria o quotidiano do país a uma larga escala.<sup>220</sup> A 1 de Março, a imprensa inglesa anunciava que a partir daquele dia, o carvão de origem alemã seria considerado um artigo de contrabando e, portanto, seria apreendido.

---

<sup>218</sup> Ofício nº 28 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 16/2/1940, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 8, Maço 17.

<sup>219</sup> Telegrama de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 1/3/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 422.

<sup>220</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 209 e 210.

Em exposição da política italiana, e mais precisamente sobre o diferendo italo-britânico, Lobo de Ávila declarava o seguinte: “o país italiano foi sempre e, a despeito dos seus esforços autárquicos, continua de ser consideravelmente vassalo do estrangeiro no capítulo da hulha negra”, cujo principal fornecedor era a Alemanha. Contudo, sobreveio a guerra e com ela novos embaraços. O primeiro, “foi a exiguidade dos transportes fronteiriços ítalo-germânicos, já por sua afectação a mais instantes aplicações, já pelos rigores da invernã, deixando quase somente aberta a estrada dos mares norte-europeus e sua cominatória barragem, cuja efectivação não escapou naturalmente a uma zelosa instância do obstrucionismo britânico”. Perante tais circunstâncias, “o problema comportava uma intuitiva ou menos difícil solução, que aliás não tardou em ocorrer ao corpo pericial do «Board of Trade»: tomar a posição fornecedora alemã”. Ora, “para a economia internacional italiana a subrogação do vendedor germânico pela oferta britânica não poderia ser indiferente, já pela avultada contra-partida de clearing assim trazida ao avultado credor italiano, já pela orientação bem conhecida da estratégia mercantil deste país de evitar o mais possível a liquidação de suas compras mediante desembolso em ouro ou equivalentes efeitos cambiários. E como se tal relutância não bastasse, a proposta inglesa fora mais longe, procurando obter, em troca de seus combustíveis, o fornecimento de artigos de guerra, ao que certas instâncias officiosas italianas haveriam dado inicial conformidade, do que tudo, ou quase, lograram conhecimento os competentes serviços do «Reich».” O diplomata português indicava que o eventual sucesso das negociações italo-britânicas depararia com “as possibilidades consideráveis da resistência económico-financeira da Alemanha hitleriana e germano-russa”, ao mesmo tempo que dava conta de uma “conversação telefónica directa, cujos interlocutores não havemos mistar [sic] designar, limitando-nos a trasladar, que um deles se não eximiu a patentear no decurso ou remate do colóquio, que «se o exército alemão capturasse, entre o material inimigo, um só canhão de fabrico italiano, ele se veria compelido a uma revisão da política de aliança ítalo-germânica».” Porém, “tal advertência se localiza em precedência cronológica ao último discurso do Führer, em que, pela vez primeira após o começo da guerra, se invocou explicitamente a amizade italiana e a interdependência de interesses dos dois países.”<sup>221</sup>

No que se refere à questão do carvão, Mussolini ordenaria a Ciano a elaboração de uma dura nota de protesto contra o Governo britânico. O ministro dos Negócios

---

<sup>221</sup> Ofício de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 8/3/1940, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 8, Maço 17.

Estrangeiros redige uma nota firme mas cautelosa, com o intuito de não arruinar um eventual entendimento para o diferendo entre os dois países. Apesar de não ter qualquer intenção de cortar relações com Londres, no momento em que recebia Noel Charles, um representante do embaixador inglês em Roma, Ciano avisava o seu interlocutor, “as a good friend of the British”, que as medidas tomadas relativamente à questão do carvão “are the sort that will serve to push Italy into the arms of Germany.”<sup>222</sup>

Embora as relações entre Roma e Londres atravessassem um período de maior tensão, o ministro de Portugal em Roma indicava que “os meios fidedignos mostram-se em geral optimistas respeitadamente a um possível arranjo actual do diferendo económico ítalo-britânico, sendo esse também o parecer há pouco por mim recolhido na Embaixada inglesa.”<sup>223</sup> Este relato acontecia um dia antes de os primeiros navios serem detidos e o *Duce* não esconderia a sua exasperação, não tanto pelas consequências que dali poderiam advir, mas perante a demonstração de força por parte da Grã-Bretanha, ao mesmo tempo que manifestava o seu desejo de vingança, prevendo a inevitabilidade da derrota inglesa.

Na véspera da visita de Ribbentrop a Roma, que tinha sido acordada no início de Fevereiro e seria o prelúdio ao encontro entre Mussolini e Hitler, a 18 de Março, na fronteira do Brenner, era finalmente alcançado um acordo com a Grã-Bretanha relativamente aos navios detidos. As embarcações e respectivas cargas seriam libertadas, na condição de nenhum navio italiano ser enviado para os portos do Norte<sup>224</sup> para efeitos de carregamento de carvão alemão com destino à Itália. Ciano incumbia Pavolini de destacar “the news about the agreement with London in the best way possible. Ribbentrop will not like this, but it will help to counteract, within and without our boundaries, the unfavorable impression of his visit.”<sup>225</sup>

A 10 de Março, o *Duce* recebia Ribbentrop, o qual era portador da resposta do *Führer* à carta que Mussolini tinha enviado ao seu homólogo alemão no início de Janeiro. Dois pontos essenciais eram de destacar do documento: o chanceler alemão pretendia resolver o conflito pela força das armas e que o lugar da Itália era inevitavelmente ao lado do *Reich*. O *Duce* concordava que o fascismo devia marchar juntamente com o nazismo na frente de combate, mas evidenciava ainda algumas incertezas, confidenciando ao seu genro que não acreditava na iminência da ofensiva

---

<sup>222</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 215.

<sup>223</sup> Telegrama de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 4/3/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 427.

<sup>224</sup> De Roterdão.

<sup>225</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 219.

alemã, nem no completo sucesso germânico. No segundo dia de reuniões com o ministro nazi, Mussolini não deixaria de aludir às obrigações que pretendia cumprir e que revelavam as suas mais profundas convicções. Declarava, reservando para si o direito de escolher a data, a intenção de intervir no conflito, travando uma guerra paralela à da Alemanha que lhe permitisse estabelecer a primazia italiana sobre o Mediterrâneo.<sup>226</sup> Ribbentrop mostrar-se-ia satisfeito com o *Duce* e propunha uma reunião entre os dois ditadores a ser realizada na passagem do Brenner, ao qual Mussolini acedeu imediatamente.

Sobre a reunião entre o chefe do Governo italiano e o ministro nazi, o representante português em Roma apresentava a Salazar informações pouco concretas. Indicava, acerca da visita oficial do ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, que “os meios políticos italianos mostram-se extremamente reservados e comedidos, frisando tão-somente que a oportunidade da visita oficial, aliás cortês retribuição à anterior visita oficial do seu colega italiano, partiu de Berlim e que o seu objectivo não ultrapassa as periódicas consultas directas previstas no pacto de aliança ítalo-germânico.” Acreditava que as conversações haviam, eventualmente, incidido sobre “a partilha em esferas de influência nas extensões balcânico-danubianas e no Próximo Oriente, mediante imediata cooperação armada italiana, até à constituição comum de uma frente para os efeitos seguintes: contingências económicas; prosseguimento rígido do bloqueio dos aliados, e consequências do desaparecimento da resistência finlandesa, com a qual a opinião deste país continua a patentear solidariedade, deplorando o seu malogro e atribuindo-o, principalmente, às carências diplomáticas e militares dos aliados do Norte da Europa.”<sup>227</sup> Do Vaticano, após a visita do ministro das Relações Exteriores alemão ao Papa, o encarregado de negócios de Portugal informava que o Governo italiano havia emitido um comunicado afirmando “ter-se examinado a situação internacional no quadro do pacto de aliança e acordos existentes”, no que seria apenas uma visita oficial de retribuição que não colocava em causa a posição italiana, uma vez que “a Itália não pode e não quer entrar agora na guerra”. Porém, Almeida Pile indicava que “económica e politicamente faz tudo pela Alemanha, inclusivamente procurando manter a neutralidade nos Balcãs e até imobilizá-los com a ameaça das forças comunistas.”<sup>228</sup>

---

<sup>226</sup> *Idem*, p. 220.

<sup>227</sup> Telegrama de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 11/3/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 446.

<sup>228</sup> Telegrama de Almeida Pile a Salazar, Vaticano, 12/3/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 452.



Depois da conferência com Ribbentrop, o *Duce* mostrava alguns sinais de preocupação. Até àquele momento, apesar das suas manifestações beligerantes, Mussolini não acreditava no eclodir de uma guerra geral. Ciano indicava que “the prospect of an imminent clash in which he might remain an outsider disturbs him and, to use his own words, humiliates him. He still hopes, but less than before, that he can influence Hitler and persuade him to desist from his intention to attack.”<sup>229</sup>

A 18 de Março os dois ditadores encontravam-se na passagem do Brenner. No seu diário, Ciano revelava que a conferência era “more a monologue than anything else.”<sup>230</sup> O *Führer* anunciava que a ofensiva sobre a frente ocidental seria lançada brevemente, mostrando-se confiante de que ela seria vitoriosa. A resposta de Mussolini incidiria sobre a intervenção italiana, confirmando que a Itália entraria em guerra no momento oportuno, logo que estivessem reunidas as condições necessárias para o empreendimento, e que a Alemanha tivesse criado uma situação favorável.<sup>231</sup> Uma vez terminada a reunião, Ciano expressava a sua convicção de que a posição italiana permanecia substancialmente a mesma e, assim, informou François Poncet e Percy Loraine, os quais, ao contrário do ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, estavam convencidos de que o *Duce* tinha, irremediavelmente, traçado o destino do seu país.

O encontro do Brenner tinha causado, naturalmente, grande comoção nos meios diplomáticos. O encarregado de negócios de Portugal em Roma indicava que o *Duce* “foi convidado por Hitler para, de comum acordo, colaborar na nova ofensiva pela paz, julgada impossível porque envolve a derrota dos aliados, diminuindo a sua força para se opor no futuro à aberração totalitária”<sup>232</sup>. Hitler, com este encontro, une mais a Alemanha, com a certeza de colaboração da Itália, e dentro e fora aparece como o paladino da paz, vítima da teimosia dos aliados. Mussolini mostra-se um elemento a temer: prepara a opinião pública, já satisfeita com o acordo do carvão para qualquer hipótese e sublinha os seus esforços de paz com pretexto de combater o bolchevismo, apresentado neste momento como o inimigo número um, quando, na realidade, esta é a Alemanha, por mais forte e mais próxima.”<sup>233</sup> De Berlim, o ministro de Portugal referia que o encontro entre os dois ditadores “não teve qualquer fim preciso, fazendo antes parte de um plano sensacional do *Führer*. Decerto Hitler desejaria influenciar Mussolini

---

<sup>229</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 221.

<sup>230</sup> *Idem*, p. 224.

<sup>231</sup> KNOX, MacGregor – *O.c.*, p. 87.

<sup>232</sup> Referindo-se provavelmente ao pacto germano-soviético.

<sup>233</sup> Telegrama de Almeida Pile a Salazar, Roma, 18/3/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 468.

e, sobretudo, a opinião pública italiana, que sente pouco favorável, até para efeitos internos. Por seu lado, Mussolini tentaria impedir quanto possível uma ofensiva, cujos reflexos, sendo desastrosos, o poderiam atingir.”<sup>234</sup>

Nos dias que se seguiram ao encontro do Brenner, Mussolini mostrava-se cada vez mais e decididamente pró-germânico começando, inclusivamente, a esboçar os alinhamentos estratégicos da guerra italiana: seria defensiva nos Alpes, defensiva na Líbia, ofensiva na Etiópia contra Djibuti e o Quênia, e finalmente ofensiva, no plano naval e aéreo, no Mediterrâneo. A atitude do Duce começava a influenciar alguns dos hierarcas fascistas. Se Muti, Ricci, e em maior medida, Revel e Riccardi se mostravam favoráveis à aliança com a Alemanha e, conseqüentemente, à intervenção, Grandi, Bottai e obviamente o próprio Ciano eram contrários ao empreendimento.<sup>235</sup>

Os relatos provenientes de Roma eram, neste momento, um tanto indefinidos. Segundo Lobo de Ávila, tal se devia à “cerração dos chamados meios diplomáticos, que cá por estas paragens subsiste e cada vez mais densa e desencontrada.” O diplomata português indicava que, “sobrevindo em concomitância com a eliminação da galharda e malograda resistência finlandesa e logo após o diferendo ítalo-britânico em torno da hulha negra de proveniência germânica, digamos que tais factores geraram o ambiente, mas não a plena explicação do novo assomo da amizade ítalo-germânica, trazida mais uma vez à superfície da consagração oficial através de visitas, colóquios e ditirambos da aliança pactuária entre os dois países.” Expressando a dificuldade de informação provinda da discrição oficial, aliada à “angustiosa e indigente confusão da letra redonda e da própria diplomacia”, o representante português indicava, baseado em depoimentos “desavindos dos mais representativos porta-vozes do credo fascista acerca duma eventualidade de reconciliação ou transigência entre o Estado fascista e o Kremlin, o que seria, nesta época pródiga de invencionismos terminológicos, a substituição do eixo Roma-Berlim pelo triângulo Roma-Berlim-Moscovo.” Concluía informando que “mau grado o relativo malogro das ofertas carboníferas, não consta hajam sido suspensas, antes prosseguem com zelosa discrição, as negociações comerciais ítalo-britânicas”.<sup>236</sup>

A agressividade crescente de Mussolini e o rumo que a situação internacional tinha tomado, levaram ingleses e franceses a colocarem perante Roma a possibilidade de negociações que proporcionassem condições mais favoráveis à Itália. Em reunião

---

<sup>234</sup> Telegrama de Veiga Simões a Salazar, Berlim, 20/3/1940 in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 472.

<sup>235</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 226.

<sup>236</sup> Ofício nº 58 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 27/3/1940, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 8, Maço 17.

com Ciano, o embaixador francês, Poncet, “has gone so far as to talk about the cession of French Somaliland”, prontamente recusada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, invocando “that Mussolini’s state of mind is not much inclined to negotiation”, principalmente perante ofertas tão pouco seguras quanto aquelas.<sup>237</sup>

A 2 de Abril, Ciano indicava no seu diário, que as notícias da intensificação do bloqueio por parte das democracias ocidentais levavam o *Duce* a reforçar ainda mais a sua posição. Mussolini informava o *Reich* da aceleração dos preparativos para a guerra e acabava de elaborar um memorando para o qual tinha transferido as directivas da intervenção italiana. Atestaria os seus desejos ante o Conselho de Ministros afirmando que, perante a iminência do estalar da guerra, a Itália não poderia permanecer neutral sob o risco de ver abalado o seu prestígio como grande potência e de ser encarada como subserviente das democracias ocidentais. Os italianos deveriam marchar com a Alemanha para alcançar os seus próprios fins, que passavam pela construção de um império mediterrânico desembaraçando o acesso para os oceanos.<sup>238</sup>

O equilíbrio de forças parecia agora pender para o lado da Alemanha. A sensação de fraqueza dos aliados que tinha sido transmitida a Ciano nas conversações com Adriano Dingli, consultor jurídico da embaixada italiana em Londres, fazia o genro do *Duce* acreditar que, se tal era o estado de espírito da Grã-Bretanha, o destino da Europa poder-se-ia considerar tragicamente traçado. Incumbido por Mussolini, o chefe da política externa italiana ofereceria a mediação da Itália caso os ingleses estivessem dispostos a negociar um compromisso de paz admissível, o qual significaria a cedência da Polónia e da Europa continental à Alemanha. Caso contrário, a Itália colocar-se-ia ao lado do *Reich*.<sup>239</sup>

O ministro de Portugal em Roma confirmava os desenvolvimentos recentes, afirmando o seguinte: continuidade do “assomo germanófilo, por nós assinalado desde seus primeiros sintomas, e não são de influência contrária as circunstâncias ultimamente produzidas, já nos quatro cantos europeus, já no hermético alambique diplomático. Neste, ao que muito discretamente nos foi dado a recolher, ia em curso uma oficiosa acção diplomática francesa, embargada em seus resultados, seja pelas acrescidas exigências italianas, seja pela contextura da nova composição ministerial, surda dos corredores parlamentares parisienses.” Concluía afirmando que eram reflexo do estado

---

<sup>237</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 227.

<sup>238</sup> *Idem*, p. 231.

<sup>239</sup> KNOX, MacGregor – *O.c.*, p. 88.

de espírito italiano, entre outros, “a veemência francófoba de certos órgãos da imprensa fascista”, assim como as “palavras proferidas há vinte e quatro horas pelo chefe do governo italiano, aludindo «à resolução italiana de fazer face às vicissitudes desta primavera em retardo, sejam elas quais forem...»”.<sup>240</sup>

Na madrugada de 9 de Abril, o embaixador alemão, Mackensen, informava Ciano da decisão de Hitler em ocupar a Dinamarca e a Noruega e de que tal empreendimento já estava em curso. Mackensen entregaria uma carta do *Führer* a Mussolini na qual o primeiro justificava a sua acção, obtendo imediatamente a aprovação do *Duce*. O chefe do Governo italiano confessava a Ciano que pretendia aproveitar o caos que reinava na Europa para atacar a Jugoslávia, convencido de que a França e a Inglaterra nada fariam, agora que a guerra a ocidente parecia reanimar. Desejo que não passaria de uma ilusão face ao estado real das forças italianas.

O sucesso dos exércitos alemães na Escandinávia teria, inesperadamente, repercussões favoráveis em vastos sectores da opinião pública italiana, provocando uma aparente mudança no sentido pró-alemão. Em confidência a Ciano perante tal situação, Mussolini afirmaria que os italianos eram “like a whore are always on the side of the winner.” Para o chefe da política externa fascista, “more surprising than the speed of the German action is the Franco-British reaction. The Allies reply to Hitler’s military success with a barrage of speeches and articles.”<sup>241</sup> Ao mesmo tempo, o *Duce* apressava-se a garantir ao *Führer* a celeridade da preparação das forças armadas italianas.

Perante tais circunstâncias, o ministro de Portugal em Roma dava conta do “persistente ambiente de germanofilismo, perfilhado por alguns sectores de superintendência oficial e traduzido pela atitude da imprensa, geralmente mais favorável às iniciativas germânicas, não sendo de prontamente inferir decisivas ilações práticas respeitantes à acção italiana, o que ontem me foi corroborado por muito categorizada personalidade do exército regular.”<sup>242</sup> O representante português no Rio de Janeiro indicava que a embaixada italiana naquela cidade não acreditava “que os aliados consigam alterar a situação nos Balcãs, mas que se aí levarem a guerra a Itália não se interessará, salvo se tocarem na bacia do Danúbio”, ao que se teria acrescentado que “a Itália fará tudo para se manter na actual situação, embora continue a apoiar a acção de

---

<sup>240</sup> Ofício nº 74 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 9/4/1940, in A.M.N.E., 3º Piso, Armário 8, Maço 17.

<sup>241</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 235.

<sup>242</sup> Telegrama de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 11/4/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 557.

Berlim no que represente interesse italiano.”<sup>243</sup> A situação italiana começava a ser encarada com uma crescente apreensão nos meios diplomáticos. O embaixador de Portugal em Madrid referia que se falava “cada vez mais em que a Itália entra na guerra. A intriga acerca do Mediterrâneo está no auge.”<sup>244</sup> As notícias vindas de Bruxelas apontavam no mesmo sentido: o ministro de Portugal naquela cidade indicava que “a mudança decisiva da atitude italiana a favor da Alemanha parece ter sido detida apenas por a campanha da Noruega não ter constituído um êxito. A Itália continua, porém, a ser objecto de todas as atenções e preocupações.”<sup>245</sup> Alguns dias depois, na sequência do seu encontro com o embaixador da Itália naquela cidade, Calheiros assinalava que o último “se mostrou mais do que nunca hostil aos aliados e irritado com a política inglesa. Disse-me que a situação económica do seu país era muito difícil, havendo numerosas restrições devidas ao *contrôle* marítimo. [...] Acrescentou que a Inglaterra segue sistematicamente a política de aniquilamento da Itália o que, se essa política não mudar, conduzirá às mais graves consequências.” O ministro de Portugal em Bruxelas concluía o seu relato afirmando que ficara “com a impressão de que só por temor da força dos aliados a Itália não entra desde já no conflito, mas que, se essa força se debilitar, não hesitará em colocar-se do lado da Alemanha.”<sup>246</sup>

Em finais de Abril, assiste-se a um esforço diplomático procurando manter Mussolini fora do conflito. A 24 desse mês, François Poncet entrega uma carta ao *Duce* proveniente do novo presidente do Conselho francês, Paul Reynaud, convidando o chefe do Governo italiano para um encontro “before the two nations cross swords”.<sup>247</sup> Mussolini tem o cuidado de informar o *Führer*, para não levantar em Berlim qualquer tipo de suspeitas de jogo duplo da sua parte, e rejeita encontrar-se com o chefe do Governo francês, endereçando-lhe uma resposta fria e austera. A 1 de Maio, é Roosevelt quem endereça uma carta ao *Duce* aconselhando-o a permanecer fora do conflito. Na missiva enviada a Mussolini, o presidente americano avisava que na eventualidade do conflito se espalhar, alguns estados que pretendiam manter uma postura neutral seriam obrigados a rever a sua posição. Depois de acusar o seu homólogo americano de ser abertamente favorável aos franceses e britânicos, Mussolini responde, mais uma vez,

---

<sup>243</sup> Telegrama nº 57 de Sèves a Salazar, Rio de Janeiro, 17/4/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 583.

<sup>244</sup> Carta de Pedro Teotónio Pereira a Salazar, Madrid, 18/4/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 590.

<sup>245</sup> Telegrama de Calheiros a Salazar, Bruxelas, 22/4/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 600.

<sup>246</sup> Telegrama de Calheiros a Salazar, Bruxelas, 26/4/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 612; *italico* no original.

<sup>247</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 238.

dura e altivamente, fazendo recair sobre os aliados ocidentais a responsabilidade de uma eventual intervenção militar italiana.<sup>248</sup>

Segundo a interpretação de De Felice, os sinais de que Mussolini estava preparado para se juntar à Alemanha no conflito eram evidentes. Confirmavam-no as garantias que o *Duce* dá a Hitler sobre a preparação das forças armadas, a crescente deterioração das relações com Londres e Paris e, inclusivamente, a substituição do embaixador italiano em Berlim, Attolico, a pedido do *Führer*, por Alfieri, claramente mais favorável ao *Reich* do que o primeiro.<sup>249</sup>

A mesma ideia era evidenciada pelo embaixador português em Madrid, segundo o qual, era expresso no meio político espanhol, que “a Itália não pode deixar de entrar na guerra. Se os aliados perderem, ou, antes, começarem a fraquejar seriamente, ela tem de os atacar para alegar serviços perante a Alemanha. Se esta última tiver um momento de crise, a Itália terá igualmente de intervir ao seu lado, em virtude dos compromissos tomados e para defender o regime.”<sup>250</sup>

O ministro de Portugal em Roma dava conta da “perplexidade oficial italiana, atravessando fase exacerbada sob a influência dos resultados militares na Escandinávia, prática adoptada no bloqueio dos aliados e sua acrescida presença naval no Mediterrâneo oriental, sendo de registar que essa exacerbação é sobretudo excitada pela linguagem de certa imprensa, tendo-me o próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros manifestado ontem, e pessoalmente, haver sido o Governo Italiano informado, prévia e oficialmente, do supracitado acréscimo e encarar a situação com muita calma e vigilância.”<sup>251</sup>

A presença britânica no Mediterrâneo oriental passa, momentaneamente, para segundo plano depois das notícias do sucesso alemão na Noruega. Mussolini exalta perante o anúncio, afirmando a sua certeza na vitória da Alemanha. A preocupação em Londres torna-se mais evidente. Em reunião com Ciano, Percy Loraine declara a intenção da Grã-Bretanha em salvaguardar as relações entre os dois países, apesar de vastos sectores da opinião pública inglesa já considerarem a Itália fascista como um inimigo. O chefe da política externa italiana reafirma ao seu interlocutor a vontade do

---

<sup>248</sup> FELICE, Renzo de – *O.c.*, p. 135.

<sup>249</sup> *Idem*, p. 133.

<sup>250</sup> Carta de Pedro Teotónio Pereira a Salazar, Madrid, 6/5/1940, in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 653.

<sup>251</sup> Telegrama de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 6/5/1940 in D.A.P.E., vol. VI. doc. nº 654.

*Duce* em ser leal ao pacto “that bind him to Berlin, but this does not mean that in the near future we are going to abandon our non-belligerency.”<sup>252</sup>

Na madrugada de 10 de Maio, Mussolini tomava conhecimento da ofensiva alemã na Holanda e na Bélgica. O embaixador Mackensen, acompanhado por Ciano, entregaria uma mensagem ao *Duce*, na qual Hitler explicava ao seu aliado os motivos da intervenção nos dois países e convidava o seu homólogo a tomar as decisões que ele julgasse necessárias para o futuro do seu país. Depois de o embaixador alemão se retirar, o *Duce* declarava a Ciano que estava convicto do êxito dos exércitos nazis e que estava determinado a intervir.

Mussolini mostrava-se cada vez mais impaciente e nos dias que se seguiram assistiu-se ao extremar do discurso do *Duce*. O chefe do Governo italiano afirmava: “Some months ago I said that the Allies had lost the victory. Today I tell you that they have lost the war. We Italians are already sufficiently dishonoured. Any delay is inconceivable. We have no time to lose. Within a month I shall declare war. I shall attack France and Great Britain in the air and on the sea. I am no longer thinking of taking up arms against Yugoslavia because it would be a humiliating expedient.”<sup>253</sup>

As notícias dos avanços do exército alemão, além de, naturalmente, influenciarem o *Duce*, impressionavam a opinião pública, que parecia adaptar-se à ideia da intervenção ao lado da Alemanha. Tal permitiria à Itália participar na partilha do saque, mas a população desejava, acima de tudo, a conclusão rápida da guerra.

Num momento em que o equilíbrio europeu se via fortemente ameaçado, Salazar recebia o novo ministro da Itália, Bova Scoppa, em São Bento. Em conversa sobre a situação internacional, o representante italiano indicava ao seu interlocutor o “máximo desejo da Itália de não intervir na guerra, grandes esforços por se manter em paz e por manter em paz os Balcãs e o Mediterrâneo, mas necessidade de intervir se se puser o problema da profunda remodelação da carta da Europa.” O *Duce* defendia a tese de que “nenhum Estado pode considerar-se independente se não tem saída para o oceano” e que em tempo de guerra e “com as medidas de fiscalização marítima adoptadas pelos Governos Inglês e Francês a falta de independência dos países sem saída para o oceano é sentida com acuidade.” Portanto, segundo Bova Scoppa, “este problema, que a Itália considera essencial à sua independência e vital para o seu desenvolvimento, pode levar o *Duce* a intervir na guerra para modificar a situação.” Salazar contestava a tese de

---

<sup>252</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 245.

<sup>253</sup> Mussolini, cit. in CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 249.

Mussolini sobre a independência, realçando que “larga porta sobre o oceano tínhamos nós, país exclusivamente atlântico, e sentíamos as mesmas opressões e danos da parte dos dois países aliados.” Continuava, proferindo que “se, pois, se trata de uma relação de forças, a situação do Mediterrâneo não é essencialmente diversa com portas fechadas; há apenas questão de grau pela maior ou menor facilidade que certas marinhas têm com estes pontos de apoio de dominar os mares. Sendo assim, o que fica é outra questão: dado que a concepção de Mussolini em harmonia com o seu discurso o pode levar à guerra e, se o leva, o fará entrar ao lado da Alemanha, quais as consequências para a Europa e para a própria Itália dessa intervenção?” Ora, “na hipótese de uma vitória esmagadora sobre a Inglaterra e a França, a Alemanha ficará senhora da Europa. Pode perguntar-se qual o destino da Itália na Europa germanizada; o que será da sua grandeza, da sua potência, das suas fronteiras e dos seus mares interiores, para onde a Alemanha há-de por força querer também saída? Os tratados e declarações feitos parecem não ser obstáculo bastante: a experiência dos últimos anos e meses é suficiente e Mussolini com o seu realismo sabe-o bem, pois aquando do Anschluss, declarou que as fronteiras não se discutiam, defendiam-se.” A entrada da Itália na guerra podia, então, segundo Salazar, resultar em conjunturas muito graves. Aderindo às considerações de Salazar, o ministro italiano argumentava que o *Duce* tinha procurado lançar o *Pacto a Quatro* “como maneira de contrabalançar as forças e moderar as tendências de hegemonia, mas nada conseguira em face da política franco-inglesa nos últimos anos.” Salazar, depois de destacar “o interesse da paz da Itália para a construção da paz futura”, lançaria ainda a possibilidade de negociações “ com a Inglaterra, de modo a atenuar o exagerado rigor da fiscalização aliada e fazer desaparecer a impressão de domínio que está a fazer sentir aos outros povos.” Essa possibilidade era tomada em consideração pelo representante italiano “dadas as graves preocupações de espírito de Mussolini acerca dos resultados da sua intervenção, ele não daria o golpe sem ter feito todo o possível para evitá-lo.” Salazar terminava o seu apontamento com três conclusões: “a agitação italiana não é chantagem para obter da Inglaterra algumas providências favoráveis, mas preparação moral do povo para a intervenção na guerra; a intervenção na guerra só é prevista contra a Inglaterra e a França; Mussolini está hesitante entre a alternativa de perder a oportunidade de libertar



o Mediterrâneo e as consequências que advirão para a Itália e para a Europa da vitória alemã.”<sup>254</sup>

Ora, a entrada da Itália na guerra preocupava o ditador português por diversas razões. Segundo António Telo, Salazar acreditava que essa possibilidade contribuiria para “dar ao conflito um carácter de luta entre as ditaduras e as democracias”, que poderia “prejudicar as relações [de Lisboa] com Londres”. Nesse contexto, a Espanha era encarada com apreensão por Salazar, pois seriam “imprevisíveis” os efeitos, no país vizinho, da entrada italiana no conflito, uma vez que a “simpatia de Franco por Mussolini é conhecida e o partido italiano é o mais forte em Madrid”. Além disso, a beligerância italiana cortava “a via ainda aberta ao comércio com a Alemanha”, mas eram claramente as “repercussões em Espanha” o factor mais preocupante, “pelo seu efeito imediato sobre Portugal.”<sup>255</sup>

À semelhança do que defendia Ciano, Salazar considerava, na presença do representante italiano em Lisboa, que a Itália teria todas as vantagens em manter a sua neutralidade procurando “formar à sua volta um bloco dos países neutros do Sul da Europa, de modo a influenciar a futura paz.” Contudo, as considerações de Bova Scoppa na citada entrevista com o chefe do Governo português, levariam Salazar a considerar que a Itália se inclinava definitivamente para a beligerância.<sup>256</sup>

O Presidente do Conselho revelaria ao diplomata italiano ser lamentável “a entrada da Itália na guerra, pois assim perde-se o seu papel de cabeça dos países neutros do Sul da Europa.” Além disso, “uma Alemanha vitoriosa, que domine a Europa continental, é uma visão preocupante para todos os países de tradição romana e católica, onde a Itália e Portugal se incluem”, pelo que se podia temer “que a influência da Itália na Europa do futuro, mesmo com o Eixo vitorioso, não seja grande.” Posto isto, segundo a interpretação de Telo, “a beligerância italiana foi um rude golpe para Salazar, que viu esboroar-se um dos seus projectos mais acarinhados: a criação de um bloco latino e mediterrânico de regimes autoritários que influenciasse a Europa e a América Latina.”<sup>257</sup>

Neste período, mais precisamente a 15 de Maio, Roosevelt diligencia junto do *Duce* tentando convencer o chefe do Governo italiano a voltar atrás na sua intenção. No

---

<sup>254</sup> Apontamento de Salazar sobre a visita de apresentação e cumprimentos do novo Ministro da Itália, 13/5/1940, in D.A.P.E., vol. VII. doc. nº 704.

<sup>255</sup> TELO, António – *O.c.*, pp. 128 e 129.

<sup>256</sup> *Idem*, pp. 169 e 170.

<sup>257</sup> *Idem*, pp. 175 e 176.

dia seguinte, é Churchill, num tom conciliador, quem tenta demover Mussolini. Nada conseguem: o *Duce* reafirma a sua vontade em permanecer fiel ao pacto assinado com a Alemanha e a impossibilidade de a Itália ficar fora do conflito.

As informações que chegavam a Portugal pela via diplomática eram contraditórias. Em Londres, o embaixador português informava que a situação italiana continuava a causar algum alarme. Contudo, Halifax confidenciara-lhe que “apesar de todas as aparências em contrário e correndo o risco de ser desmentido pelos factos, hoje mesmo devo dizer que não acredito que Mussolini atire a Itália para a guerra pelos tempos mais próximos”.<sup>258</sup> Em Washington, o representante de Portugal afirmava que o embaixador dos Estados Unidos em Roma “considera iminente a entrada italiana na guerra ao lado da Alemanha.”<sup>259</sup> Na Inglaterra, segundo relato de Armindo Monteiro, a imprensa daquele país traduzia “a impressão geral de que Mussolini teria adiado a entrada da Itália na guerra”, cujas principais razões seriam: dúvidas acerca da vitória alemã; desacordo entre o plano alemão e o plano italiano; atitude ameaçadora de Roosevelt; rigidez da posição da Santa Sé oposta a agressões; tendência espanhola para a neutralidade.”<sup>260</sup>

Ainda relativamente à situação italiana, Lobo de Ávila indica, quanto ao “balanço da perplexidade italiana, que passou a denominar-se «pré-beligerância», acusa, em sentido pejorativo, mais acelerado ritmo de preparação bélica, avolumadas concentrações de tropas na Líbia e nas bases do Egeu, acentuada parcialidade germanófila na imprensa local e algumas, aliás relativamente escassas, demonstrações nas ruas e esquinas.”<sup>261</sup> Veiga Simões indicava que os meios alemães defendiam a possibilidade da entrada italiana, “se o resultado da batalha do Norte da França for contrário aos aliados, ou, no caso de derrota da Alemanha, se ela exigir da Itália atacar a França para aliviar a pressão do exército aliado.” Declarava ainda ter conhecimento de que “Ciano nos últimos doze dias tem empregado extremos esforços para desviar Mussolini da guerra, cujo resultado considera apreensivamente para a Itália.” Concluía denotando que a ofensiva italiana dependeria apenas do *Duce*, “o que é grave, convencido como está de que após a paz imediata que Hitler proporá, e que denomina «a paz justa da Europa», receberá a Córsega e a Tunísia, parte da Suíça e parte da

---

<sup>258</sup> Telegrama de Armindo Monteiro a Salazar, Londres, 14/5/1940, in D.A.P.E., vol. VII. doc. n.º 709.

<sup>259</sup> Telegrama de Bianchi a Salazar, urgente, confidencial e reservado, Washington, 14/5/1940, in D.A.P.E., vol. VII. doc. n.º 717.

<sup>260</sup> Telegrama de Armindo Monteiro a Salazar, Londres, 19/5/1940, in D.A.P.E., vol. VII. doc. n.º 739.

<sup>261</sup> Telegrama de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 19/5/1940, in D.A.P.E., vol. VII. doc. n.º 740.

Jugoslávia, com protectorado sobre a Grécia.”<sup>262</sup> Dois dias depois, o mesmo embaixador revelava, segundo os meios diplomáticos, que o chanceler alemão teria enviado uma mensagem para Roma, “consignando que ou a Itália entraria na guerra imediatamente, único momento em que a intervenção pode ser decisiva, ou que aqui considerariam nulos todos os compromissos existentes.”<sup>263</sup>

Foi nos finais de Maio, no momento em que se iniciava a evacuação de Dunquerque, que a França aplicou um último esforço na tentativa de manter a Itália fora do conflito, propondo importantes cedências de territórios no norte de África, considerando, inclusivamente, concessões na Tunísia e na Argélia. A 27 de Maio, em conferência com Poncet, Ciano informava o diplomata francês de que era demasiado tarde: o *Duce* “wants is war, and, even if he were to obtain by peaceful means double what he claims, he would refuse.”<sup>264</sup>

Em ofício de 1 de Junho, Lobo de Ávila reportava a Salazar as incidências da pré-beligerância italiana. Depois de referenciar os trâmites da preparação económica, o diplomata português recaía sobre o processo beligerante propriamente dito. Começava retoricamente por questionar: “beligerância certa e segura, a pronto ou a prazo? Eis o quesito angustioso e tremendo que, desde as vésperas do último e fatídico mês de Setembro a esta parte, toda a gente, incluindo todos os súbditos italianos, sem excepção, se têm formulado e ainda formulando estão.” Explicava que “paralelamente à renovada exaltação oficial do eixo Roma-Berlim ou patto d’acciaio, sobre cuja caducidade tantos apostaram tão inconsciente ou prematuramente, ao sabor da ingenuidade aliada – a cominação, passiva embora, italiana neutraliza cerca de 1 milhão e meio de soldados aliados, postados em sentinela às múltiplas fronteiras comuns no continente e além-mar”. Entre várias considerações, concluía interrogando se a Itália fascista, “almejando um escol de reivindicações, em cujo elenco o Mediterrâneo é empenho capital” e cuja “coadjuvação militar o “führer” dispensou desde a primeira hora, não terá necessidade [...] de encetar sem mais formalidades, a sua guerra, servindo seus objectivos próprios lés a lés do mare nostrum, ocupando ou protegendo, e, sobretudo, adquirindo jus e penhores para os tractos, trocas e compensações da paz?”<sup>265</sup>

---

<sup>262</sup> Telegrama de Veiga Simões a Salazar, Berlim, 22/5/1940, in D.A.P.E., vol. VII. doc. n° 763.

<sup>263</sup> Telegrama de Veiga Simões a Salazar, Berlim, 24/5/1940, in D.A.P.E., vol. VII. doc. n° 774.

<sup>264</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 255.

<sup>265</sup> Ofício n° 112 de Lobo de Ávila a Salazar, Roma, 1/6/1940, in A.M.N.E., 3° Piso, Armário 8, Maço 17; sublinhado, italiano e latim no original.

A decisão de entrar em guerra foi tomada a 28 de Maio, no mesmo dia em que era anunciada a capitulação belga. Dois dias depois, o *Duce* escrevia ao seu homólogo alemão anunciando-lhe a entrada da Itália na guerra no dia 5 de Junho. Segundo Alfieri, o chanceler alemão teria recebido a notícia com entusiasmo, mas pedia, contudo, o adiamento da data por razões estratégicas. A data de declaração de guerra seria definitivamente fixada para 10 de Junho. Ciano não se tinha, no entanto, comedido de avisar antecipadamente Percy Loraine das intenções do *Duce*.<sup>266</sup> Em telegrama ao embaixador de Portugal em Londres, Salazar mostrava estranheza perante a atitude do ministro dos Negócios Estrangeiros italiano. Na sua resposta, Armindo Monteiro declarava acreditar que tal atitude teria sido ditada pelas seguintes hipóteses: “pôr a Inglaterra diante de uma certeza para provocar um acto de agressão que desse à intervenção italiana o aspecto de guerra defensiva, cobrindo Mussolini perante a opinião pública hostil à guerra; ou, na última hora, dar ainda aos aliados razão para oferta de vantagens, por exemplo no Mediterrâneo, que tornassem inútil a intervenção dos Italianos.”<sup>267</sup>

Quaisquer que fossem as razões do ministro italiano, nada alteraria o rumo que a Itália estava prestes a tomar. O representante português em Londres mostrava-se seguro de que se aproximava o dia em que a Itália “tem de tomar uma posição, avançando ou recuando, sob pena de perda de prestígio.” Achava ser “evidente que na política do Eixo a posição da Itália desempenha um triplo objectivo: deter a esquadra inglesa no Mediterrâneo, o que pode ser de fundamental importância, nos termos em que Hitler quiser lançar o seu ataque sobre a Inglaterra; reter forças aliadas importantes no Norte de África, no Médio Oriente e nos Alpes, com aviação e material correspondente, e manter uma abertura muito séria no bloqueio”. Concluía que a Itália “correria um risco material imenso para, na melhor das hipóteses, ficar reduzida à condição de vassalo de um germanismo esmagador”, pelo que, “ao raciocínio severo dos factos, a neutralidade representaria a melhor defesa dos interesses italianos”.<sup>268</sup>

A decisão já estava tomada, faltando apenas a proclamação oficial do estado de beligerância, tarefa da qual Ciano seria incumbido. A 10 de Junho, receberia os embaixadores de França e da Grã-Bretanha para o efeito. Depois de lhe ser transmitida a declaração de guerra, Poncet declarava ao genro de Mussolini que se tratava de “a

---

<sup>266</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 256 e 257.

<sup>267</sup> Telegrama de Armindo Monteiro a Salazar, Londres, 2/6/1940, in D.A.P.E., vol. VII. doc. nº 805.

<sup>268</sup> Telegrama de Armindo Monteiro a Salazar, Londres, 7/6/1940, in D.A.P.E., vol. VII. doc. nº 819.

“dagger-blow at a man who has already fallen”, mas que não se resignava a considerar Ciano um inimigo, nem o poderia fazer em relação a qualquer italiano. Despedir-se-ia afirmando que “the Germans are hard masters. You, too, will learn this”<sup>269</sup> Percy Loraine receberia a comunicação “without batting an eyelid or changing colour”, limitando-se a perguntar se se tratavam de informações prévias ou de uma declaração de guerra efectiva, retirando-se depois de lhe ser confirmada a natureza do documento.<sup>270</sup> Mussolini dirigir-se-ia aos italianos nesse mesmo dia a partir do Palácio Veneza, comunicando-lhes a sua decisão. A 18 de Junho, quando a França já se encontrava por terra, depois de solicitado o armistício, começa a ofensiva italiana nos Alpes.

---

<sup>269</sup> Poncet, cit. in CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 263.

<sup>270</sup> CIANO, Gian Galeazzo – *O.c.*, p. 263.

## Conclusão

A Itália e a sua política externa do período entre guerras estarão inevitavelmente ligadas ao revisionismo de fronteiras, inicialmente defendido pelos nacionalistas italianos, que colocavam em causa os tratados de 1919, os quais, não correspondendo às ambições italianas, dado o seu estatuto de vencedora, davam um sentimento de “vitória mutilada” ao país.

Ora, as principais áreas de interesse italiano estendiam-se, para além da zona balcânica, ao Mediterrâneo e a África colidindo, naturalmente, com as pretensões da Grã-Bretanha e da França nessas regiões. Por conseguinte, a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, em 1933, podia ser encarada como uma oportunidade para o restabelecimento um equilíbrio no jogo de forças que pudesse ser favorável às aspirações revisionistas italianas. A Alemanha nazi seria, contudo, encarada com cautela por Mussolini, pois receava o projecto expansionista alemão e as pretensões do *Reich* respeitantes à Áustria. Assim, o ditador italiano procuraria privilegiar um entendimento com as democracias ocidentais que culminaria na Conferência de Stresa de 1935, convocada para responder ao revisionismo alemão.

A guerra da Etiópia, que funcionaria como resposta aos anseios imperialistas de Mussolini, acabaria por constituir um ponto de viragem no caminho seguido pelo chefe do Governo italiano em termos diplomáticos. O desejo de não romper com o *Duce* representava, neste momento, o ponto central nos contactos das democracias ocidentais com Roma. Eram encetadas diligências no sentido do alcance de um compromisso para um acordo pacífico relativamente à questão etíope. Tais esforços inseriam-se na política de apaziguamento exercida pela França e pela Grã-Bretanha, mas as negociações acabariam por se saldar num fracasso.

O empreendimento italiano na Etiópia direccionava decididamente a política expansionista fascista para África e para o Mediterrâneo, encontrando aí, naturalmente, a oposição anglo-francesa. A penetração fascista em África representava uma oportunidade para Hitler alargar a sua influência na Europa central, facto que motivaria o *Führer* a validar a campanha italiana na Abissínia, o que promoveria a aproximação entre as duas ditaduras. O estreitar dos laços entre as duas ditaduras representava,

portanto, um passo lógico perante a afinidade ideológica e a política externa revisionista comum aos dois países.

Esse passo seria dado com o início da guerra civil espanhola, que revelou ser um factor decisivo na aproximação entre a Itália e a Alemanha. Apesar de surgirem como signatários da não-intervenção, à semelhança de Portugal, cujo desempenho diplomático nessa questão favoreceria decisivamente o apoio ítalo-alemão a Franco, as duas potências interviriam em Espanha, unidas no auxílio à causa dos nacionalistas.

Após haver reconhecido a anexação italiana da Etiópia, em Julho de 1936, o Reich multiplicaria os contactos com Roma visando atrair Mussolini e envolver a Itália nos interesses da política externa alemã. Além de reforçar a pretendida aproximação, os contactos encetados pela Alemanha eram para Hitler, ao reconhecer o Mediterrâneo como zona de influência italiana, uma forma de assegurar a abstenção do Duce na questão austríaca. Formava-se o Eixo Roma-Berlim e a Alemanha deixava de ter na Itália o principal obstáculo às suas aspirações anexionistas relativamente à Áustria, como se comprovaria depois de consumado o *Anschluss*.

De que forma se encarou em Portugal todas estas questões? Num dos seus discursos perante a Assembleia Nacional, concretamente em Abril de 1938, Salazar expunha da seguinte forma o seu pensamento: Contrapondo a “política *idealista* (...) miragem da «paz universal e indivisível» e da «segurança colectiva», dos acordos e pactos no «quadro da Sociedade das Nações», a uma “política *realista*, aureolada por alguns grandes sucessos”, adoptada por “outras nações [que] aplicaram métodos diferentes e obtiveram incontestáveis triunfos”, o chefe do Governo português defendia que, “com inteiro conhecimento das circunstâncias, das possibilidades próprias e alheias, houve realismo no Sarre<sup>271</sup>, realismo na Renânia, realismo em Dantzig [sic], realismo no *Anschluss*; do outro lado houve e há também realismo no Brenner em 1934, na adesão ao acordo de Nyon para a fiscalização do Mediterrâneo em 1937<sup>272</sup>, no recente convénio anglo-italiano<sup>273</sup>, e até nos contidos sentimentos com que se aceitou o desaparecimento da Áustria.” Ao que acrescentaria que “esta política fascinará em breve as inteligências e apresentará o perigo de arrastar as vontades para o que no meu pensar

---

<sup>271</sup> Região anexada à Alemanha por plebiscito.

<sup>272</sup> Conferência dos países ribeirinhos, aos quais se acrescentariam a Alemanha e a URSS, onde se estabeleceria o patrulhamento do Mediterrâneo pelas marinhas de guerra francesa e inglesa por suspeita de ataques italianos a diversos navios transportando mercadorias para os portos da Espanha republicana. (LOFF, Manuel – *O.c.*, p. 347.)

<sup>273</sup> Acordos de Roma, celebrados com vista ao reconhecimento da anexação italiana da Etiópia pela S.D.N.

é já desvirtuamento da política realista – a política do *facto consumado*, a política da *força*”, concluindo: “Eu sei que a razão também tem força (...). Mas ninguém tem dúvidas que essa força não basta”.<sup>274</sup> As palavras do ditador português pareciam indicar o seu assentimento à “política de realismo”<sup>275</sup>, da qual resultariam os acontecimentos que estavam prestes a mudar a Europa.

Ora, a adesão do ditador português a tal política, pode ter também como exemplo o caso da anexação da Abissínia de Maio de 1936 e o reconhecimento pelo Governo português do Império italiano. Ainda que Portugal tivesse aderido às sanções aplicadas pela Sociedade das Nações aquando da intervenção militar italiana no território etíope, havia-o feito, recordando o discurso de Armindo Monteiro na Assembleia da S.D.N., “que très douloureusement”. O então ministro do Negócios Estrangeiros evidenciava a impossibilidade e inutilidade da aplicação das sanções<sup>276</sup> e o próprio Salazar apontava no sentido de “uma solução conciliatória”, perante um país “com o qual temos mantido ininterruptas relações de boa amizade e para o qual vão, por tantas afinidades políticas e mentais, a nossa admiração e simpatia.”<sup>277</sup> Deste modo, como refere Manuel Loff, “a preocupação salazarista não estava na procura de um método eficaz que impedisse a agressão internacional perpetrada por um Estado «essencial ao equilíbrio europeu» como a Itália. Ao invés, a ideia era, como viria a ser em tantas outras ocasiões nos anos seguintes, procurar *compreender*, e por fim aceitar, as *razões* dos Estados revisionistas.”<sup>278</sup>

Em Setembro de 1938, perante a perspectiva de guerra europeia face à crise checoslovaca, Chamberlain apontava para a realização de uma conferência internacional, a qual ficaria marcada pelas cedências das democracias, facto que se enquadrava na política de conciliação adoptada perante a ameaça do expansionismo da Alemanha nazi. A política de apaziguamento anglo-francesa permitia a Mussolini, pelo papel de mediador da Conferência de Munique, assumir-se, falsamente, como árbitro da Europa e salvador da paz. Na verdade, a reunião a quatro confirmava a Itália, isso sim, como aliada de facto da Alemanha e não como um bastião da paz.

A Conferência de Munique apresentava-se, portanto, como outro exemplo do que Salazar considerava ser a “política realista”. No seu discurso de 27 de Outubro de

---

<sup>274</sup> SALAZAR, Oliveira (1943), pp. 75, 77 e 78.

<sup>275</sup> LOFF, Manuel – *O.c.*, p. 347.

<sup>276</sup> Discurso de Armindo Monteiro na Assembleia da S.D.N., 3/6/1936, já citado.

<sup>277</sup> SALAZAR, Oliveira (1937), p. 116.

<sup>278</sup> LOFF, Manuel – *O.c.*, p. 712.



1938, perante a Assembleia Nacional, o ditador afirmava: “Saíram de Munique, senão uma nova Europa, ao menos perspectivas de uma Europa muito diferente (...) acabou-se nos últimos meses a obra de destruição de Versalhes e em poucas horas se substituíram por outras as bases que foram da política europeia durante dezenas de anos. Isto não é necessariamente a guerra. Pelo contrário, é bem possível encontrar para os problemas que ficaram ou surgiram desta crise soluções de colaboração amigável, talvez até com mais facilidade que nas circunstâncias anteriores.”<sup>279</sup>

A Alemanha não tardaria no incumprimento dos acordos de Munique, efectivando o desmembramento da Checoslováquia. A Itália, por seu lado, aproveita o clima de tensão entre o *Reich* e as democracias ocidentais para o golpe de força na Albânia. Quanto ao *Führer*, eliminada a Checoslováquia, prepara novo ataque, desta feita contra a Polónia. A invasão daquele país não se iniciaria sem antes ser concluída a assinatura de um pacto político-militar entre a Alemanha e a Itália, que colocaria a última à mercê de uma guerra declarada pelo chanceler alemão. O Pacto de Aço é assinado a 22 de Maio de 1939, em Berlim, dando a Mussolini a ilusão de que Hitler não iniciaria qualquer empreendimento belicista até a Itália se encontrar militarmente preparada para defrontar as potências ocidentais. Tornando-se claras as intenções do *Führer* para com o território polaco e colocado perante a iminência da guerra, Mussolini, depois de várias hesitações, não tem outra escolha senão assumir a falta de preparação do seu país para a entrada no conflito. Depois de conseguida a libertação da Itália das obrigações do Pacto, era comunicada oficialmente a não-beligerância italiana a 1 de Setembro de 1939.

Uma vez iniciada a guerra, e depois de esboçadas algumas tentativas de paz negociada, a atenção do *Duce* volta-se para a criação de um bloco neutral, do qual a Itália assumiria a liderança. O projecto é bem visto por alguns dos dirigentes fascistas, dos quais se destaca o ministro dos Negócios Estrangeiros Galeazzo Ciano, pois a formação de um *bloco latino* composto por governos autoritários do sul da Europa, com a possibilidade de se estender aos Balcãs, constitui, para a Itália, uma oportunidade de contrariar a crescente influência da Alemanha.

Ora, a principal expectativa de Salazar relativamente à não-entrada da Itália na guerra em Setembro de 1939, prender-se-ia precisamente com este ponto. De facto, as ideias lançadas nesse sentido, nomeadamente por Ciano, não podiam deixar de ser bem

---

<sup>279</sup> SALAZAR, Oliveira (1943), p. 110.

recebidas pelo chefe do Governo português, quando se colocava a hipótese da formação de um bloco latino-fascista autoritário, do qual Portugal faria parte, que pudesse exercer uma função mediadora na guerra. Tal ideia ganhava mais força perante a possibilidade da participação portuguesa na *Nova Europa*, edificada pela vitória nazi, onde um *bloco latino* liderado pela Itália se pudesse contrapor ao poder hegemónico alemão.

Num momento em que a Itália se mostrava cada vez mais beligerante, Salazar recebia, em Maio de 1940, o novo ministro italiano em Lisboa, Renato Bova Scoppa. Convicto do papel secundário da Itália na Europa perante uma vitória da Alemanha na guerra, Salazar defende as vantagens da primeira em se manter neutral, insistindo “no interesse da paz da Itália para a construção da paz futura.” Colocado perante a hegemonia europeia de uma Alemanha vitoriosa, Salazar questiona “o destino da Itália na Europa germanizada; o que será da sua grandeza, da sua potência, das suas fronteiras e dos seus mares interiores, para onde a Alemanha há-de por força querer ter também a sua saída?”<sup>280</sup> A mesma tese era defendida por Armindo Monteiro ao evidenciar que a Itália “correria um risco material imenso para, na melhor das hipóteses, ficar reduzida à condição de vassalo de um germanismo esmagador.”<sup>281</sup>

A certeza da derrota francesa apressa o desejo de Mussolini em se juntar aos países beligerantes, de forma a conseguir um lugar na mesa das negociações. Salazar, por seu lado, lamenta a entrada da Itália na guerra, “pois assim perde-se o seu papel de cabeça dos países neutros do Sul da Europa.”<sup>282</sup> Além disso, a participação italiana no conflito é encarada com alguma preocupação pelo chefe do Governo português pela sua repercussão em Espanha, cujo envolvimento na guerra teria, naturalmente, efeito imediato em Portugal. A 10 de Junho de 1940, a Itália declarava guerra aos aliados franco-britânicos e Mussolini lançava o país para um conflito que grande parte dos italianos não desejava e para o qual o país não estava verdadeiramente preparado.

---

<sup>280</sup> Apontamento sobre a visita de apresentação... 13/5/1940, já citado.

<sup>281</sup> Telegrama de Armindo Monteiro, 7/6/1940, já citado.

<sup>282</sup> TELO, António – *O.c.*, pp. 75 e 76.

## Fontes utilizadas

### Arquivos

A.M.N.E. [Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa].

A.N.T.T./A.O.S. [Arquivos Nacionais Torre do Tombo/Arquivo Oliveira Salazar, Lisboa].

### Fontes primárias

CIANO, Gian Galeazzo – *Ciano's diary*. Trad. ing. Londres: William Heinemann Ltd, 1947.

*Dez anos de política externa: a nação portuguesa e a segunda guerra mundial*. vols. VI [1970] e VII [1971]. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa: Imprensa Nacional.

SALAZAR, Oliveira – *Discursos e Notas Políticas*. vols. II [1937] e III [1943]. Coimbra: Coimbra Editora.

### Fontes secundárias

BLINKHORN, Martin – *Mussolini e a Itália fascista*. Trad. port. Lisboa: Gradiva, 1984. [Ed. ori.: *Mussolini and fascist Italy*.]

CHABOD, Federico – *História do fascismo italiano*. Trad. port. 2ª ed. Lisboa: Arcádia, 1960. [Ed. ori.: *L'Italia contemporânea (1918-1948)*.]

COLLOTTI, Enzo – *Fascismo, fascismos*. Trad. port. Lisboa: Caminho, 1992. [Ed. ori.: *Fascismo, Fascismi*. Firenze: R.C.S. Sansoni Editore, 1989.]

DUROSELLE, Jean-Baptiste – *Histoire Diplomatique: de 1919 à nos jours*. Paris: Librairie Dalloz, 1953.

FELICE, Renzo de – *Breve história do fascismo*. Trad. port. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005. [Ed. ori.: *Breve Storia del Fascismo*. Arnoldo Mondadori Editore S.p.A., 2001.]

KNOX, MacGregor – *Mussolini unleashed, 1939-1941: politics and strategy in fascist Italy's last war*. Londres: Cambridge University Press, 1982.

LOFF, Manuel – *O nosso século é fascista!: o mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008.

MILZA, Pierre – *Le fascisme*. Paris: MA Editions. 1986.

MILZA, Pierre – *Mussolini*. Trad. port. Lisboa: Verbo, 2001.

MILZA, Pierre – *As relações internacionais de 1918 a 1939*. Trad. port. Lisboa: Edições 70, 1998. [Ed. ori.: *Les Relations Internationales de 1918 a 1939*. Armand Colin Éditeur, 1995.]

MORGAN, Philip – *Fascism in Europe 1919-1945*. Londres: Routledge, 2003.

OLIVEIRA, César - *Salazar e a guerra civil de Espanha*. 1ª ed. Lisboa: O Jornal, 1987.

PALLA, Marco – *Mussolini et l'Italie fasciste*. Firenze: Casterman – Giunti, 1993.

PAXTON, Robert O. – *Anatomía del fascismo*. Trad. esp. Barcelona: Península, 2005.

PAYNE, Stanley G. – *A history of fascism, 1914-1945*. Madison: University of Wisconsin Press, 1995.

POLLARD, John Francis – *The fascist experience in Italy*. Londres: Routledge, 1998.

ROSAS, Fernando – *O salazarismo e a aliança luso-britânica: estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 a 40*. Lisboa: Fragmentos, 1988.

TELO, António José – *Portugal na segunda guerra*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1987.

WHITTAM, John – *Fascist Italy*. Manchester: Manchester University Press, 1995.